

Teresa Joaquina Cardoso Barroso

**Multiculturalismo e Interculturalismo: Didática da História e da
Geografia**

Representações dos Alunos acerca do “Outro”

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino da História e Geografia no 3º Ciclo do
EB e ES, orientado pelo Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves
coorientado pela Professora Doutora Maria Felisbela de Sousa Martins
Orientadoras de Estágio, Doutora Deolinda Dias e Doutora Sandra Nunes
Supervisores de Estágio, Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves e Professora Doutora
Maria Felisbela de Sousa Martins

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2015

Multiculturalismo e Interculturalismo: Didática da História e da Geografia

Representações dos Alunos acerca do “Outro”

Teresa Joaquina Cardoso Barroso

Relatório realizado no âmbito do Mestrado em Ensino da História e Geografia no 3º Ciclo do EB e ES, orientado pelo Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves
coorientado pela Professora Doutora Maria Felisbela de Sousa Martins
Orientadoras de Estágio, Doutora Deolinda Dias e Doutora Sandra Nunes
Supervisores de Estágio, Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves e Professora Doutora Maria Felisbela de Sousa Martins

Membros do Júri

Professor Doutor Luís Alberto Marques Alves
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Elsa Maria Teixeira Pacheco
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professora Doutora Helena Vieira
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 17 valores

Dedicatória

*Dedico este relatório a todos aqueles que amam a
profissão docente.*

Sumário

Agradecimentos.....	9
Resumo.....	10
Abstract	11
Índice de Quadros	12
Índice de Imagens	13
Lista de abreviaturas e siglas.....	15
Introdução	16
Capítulo 1 - O Universo Concetual	19
1.1. Multiculturalismo	19
1.2. Interculturalismo	20
1.3. Transculturalismo	22
1.4. Exclusão	22
1.5. Inclusão	23
1.6. Minoria Étnica.....	24
1.7. Cultura Dominante	24
1.8. Subcultura	25
1.9. Integração Social	25
1.10. Preconceito.....	26
1.11. Discriminação Social.....	26
1.12. Estereótipo.....	27
1.13. “O Eu” e o “Outro”	27
Capítulo 2 - Metodologia Utilizada.....	29
2.1. A Importância do Uso de Metodologia	29
2.2. O Método de Investigação Qualitativa.....	30
2.2.1. Análise de Conteúdo	30
2.4. A Metodologia e as Técnicas Utilizadas: Dificuldades Sentidas	32
Capítulo 3 - O Sistema Educativo e a Educação Intercultural	34
3.1. A Instituição Escola e a Educação Intercultural.....	34
3.2. Os Programas: Reflexos de Multiculturalismo?.....	41
3.3. A Educação Intercultural e a Formação de Professores	49
Capítulo 4 - A Geografia e os Reflexos de Multiculturalismo	54
4.1. Os Portugueses e os “Outros”	54

4.2. Trabalhos Empíricos sobre os Concelhos de Portugal	54
4.2.1. Análise dos Resultados.....	56
Capítulo 5 - A História: Expansão Portuguesa e os Desafios para um Mundo Multi e Intercultural.....	87
5.1. Trabalhos Empíricos sobre o Contacto com o “Outro” na época da Expansão Marítima Portuguesa.....	87
5.1.1. Análise de Conteúdo: A Índia	87
5.1.2. Análise de Conteúdo: África	89
5.1.3. Análise de Conteúdo: Brasil.....	91
5.2. Algumas Reflexões Sobre as Análises de Conteúdo.....	92
Considerações Finais.....	95
Referências Bibliográficas	98
Anexos.....	102
Anexo 1-O Encontro dos Portugueses com África	102
Anexo 2-Textos Elaborados pelos Alunos	105
Anexo 3-O Encontro de Portugal com a Ásia no Séc. XVI de acordo com a descrição de um Piloto Anónimo de Vasco da Gama	112
Anexos 4-Textos Elaborados pelos Alunos	114
Anexo 5-Carta de Pêro Vaz de Caminha sobre a Descoberta do Brasil.....	119
Anexos 6-Textos Elaborados pelos Alunos	124
Anexos 7-Análise dos Indicadores por Concelho	132
Anexo 8-Guião de Trabalho.....	174
Anexo 9-Template.....	177

Agradecimentos

Quero deixar aqui expresso os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que tornaram possível a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, professor Dr. Luís Alberto Marques Alves pela sua paciência, serenidade e profissionalismo;

À minha coorientadora Dr.^a Maria Felisbela de Sousa Martins por todos os esclarecimentos prestados, coerência e perspicácia na escolha dos temas a desenvolver neste relatório. O seu profissionalismo e rigor marcaram todo o meu percurso enquanto professora estagiária;

Às orientadoras de estágio Dr.^a Deolinda Dias e Dr.^a Sandra Nunes pelos conselhos e ensinamentos transmitidos;

À minha família pela paciência e amor demonstrado;

À minha tão querida amiga Susana Martins Pereira por conseguir ver por detrás dos meus olhos;

A Deus, pela minha vida.

Resumo

Numa sociedade cada vez mais multicultural como a nossa, torna-se premente adaptar os sistemas educativo no sentido de os tornar verdadeiramente inclusivos. Não basta viver numa sociedade multicultural, não basta ensinar numa escola multicultural, não basta, portanto, o mero contacto entre culturas, é necessário, efetivamente, que a escola e a sociedade, em geral, saibam viver em interculturalidade. Ou seja, é fundamental que saibam viver e, sobretudo, que aprendam a conviver com as diversas culturas retirando das suas diferenças uma oportunidade para enriquecer e amadurecer, quer pessoal, quer socialmente. Ora, a escola, por excelência, parece-nos ser a instituição que tem mais responsabilidades nesta matéria. Na verdade, é nela, que professores e demais agentes educativos deverão ser capazes de construir uma sociedade melhor, uma sociedade que dê lugar às minorias, que lhes reconheça os seus direitos, que seja aberta às diferenças culturais e onde a diversidade possa ser percecionada como fonte de enriquecimento mútuo. Sabemos que gerir esta diversidade cultural e promover a sua inserção na comunidade nacional assegurando elevados níveis de coesão social, configura-se como um grande desafio. De facto, esta diversidade cultural em Portugal constitui um verdadeiro repto para todo o sistema educativo português e, sobretudo, para a sociedade em geral.

Seja como for, no plano das representações sociais ou ideológicas, o interculturalismo é, efetivamente, um novo paradigma a adotar. Um paradigma onde, *“a diversidade cultural é uma das fontes de desenvolvimento entendido não só como crescimento humano, mas também, como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória entre todas as culturas do mundo”* (UNESCO, 2001).

Palavras-chave: Multiculturalismo, Interculturalismo, Diversidade Cultural, Educação Histórica, Educação Geográfica.

Abstract

In our increasingly multicultural society, it is crucial to adapt the education systems in order to give them a truly inclusive status. It is not enough to live in a multicultural society, it is not enough to teach in a multicultural school and it is not enough an ordinary contact among cultures. Thus, it is required that school and society know how to live in interculturality. Therefore, it is mandatory that they know how to live, and especially, how to socialize with different cultures, taking from their differences an opportunity for personal and social enrichment and maturity. From our point of view, school can be claimed as the institution with more responsibilities at this task. As a matter of fact, teachers and other educational agents must be skilled to build a better society, where minorities are not excluded and where their rights are admitted, which is open to cultural differences and to become a place where diversity can be perceived as a source of mutual enrichment. We know that to manage this cultural diversity and to promote its integration in the national community with high-standard levels of social cohesion, it represents a huge challenge. In fact, this cultural diversity in Portugal is a true trial for all the Portuguese educational system and especially for the society in general.

Lastly, according to social or ideological representations, interculturalism is undoubtedly the new paradigm to adopt. A paradigm where *“cultural diversity is one of the roots of development, understood not simply in terms of economic growth, but also as a mean to achieve a more satisfactory intellectual, emotional, moral and spiritual existence”* (UNESCO, 2001).

Key-words: Multiculturalism, Interculturalism, Cultural Diversity, Historic Education, Geographic Education.

Índice de Quadros

Quadro 1- Conteúdos do Programa do Ensino Secundário de Geografia A.....	pág.42
Quadro 2- Conteúdos Programáticos de Diversidade Cultural no Programa de História A do Ensino Secundário.....	pág.45
Quadro 3- Indicadores Utilizados.....	pág.53
Quadro 4- Concelhos Analisados.....	pág.54
Quadro 5- Os Termos Classificatórios.....	pág.90

Índice de Imagens

Gráfico 1- População Estrangeira de Vila Nova de Cerveira	58
Gráfico 2- População Residente com 15 ou mais anos (VNC)	58
Gráfico 3- População Estrangeira de Vila do Conde.....	59
Gráfico 4- População Residente com 15 ou mais anos (VC)	59
Gráfico 5- População Estrangeira de Vila Verde	60
Gráfico 6- População Residente com 15 ou mais anos (VV)	60
Gráfico 7- População Estrangeira de Ovar	61
Gráfico 8- População Residente com 15 ou mais anos (O)	61
Gráfico 9- População Estrangeira de Marinha Grande	62
Gráfico 10- População Residente com 15 ou mais anos (MG)	62
Gráfico 11- População Estrangeira de Loures	63
Gráfico 12- População Residente com 15 ou mais anos (L)	63
Gráfico 13- População Estrangeira de Vila Flor	64
Gráfico 14- População Residente com 15 ou mais anos (VF)	64
Gráfico 15- População Estrangeira de Vila Nova de Paiva	65
Gráfico 16- População Residente com 15 ou mais anos (VNP)	65
Gráfico 17- População Estrangeira de Fornos de Algodres	66
Gráfico 18- População Residente com 15 ou mais anos (FA)	66
Gráfico 19- População Estrangeira de Belmonte.....	67
Gráfico 20- População Residente com 15 ou mais anos (B)	67
Gráfico 21- População Estrangeira de Marvão	68
Gráfico 22- População Residente com 15 ou mais anos (M)	68
Gráfico 23- População Estrangeira de Portimão	69

Gráfico 24- População Residente com 15 ou mais anos (P)	69
Gráfico 25- População Estrangeira de São Brás de Alportel	70
Gráfico 26- População Residente com 15 ou mais anos (SBA)	70
Gráfico 27- População Estrangeira de Olhão	71
Gráfico 28- População Residente com 15 ou mais anos (O)	71

Lista de abreviaturas e siglas

D.C.- Diversidade Cultural.

ESJGZ- Escola Secundária João Gonçalves Zarco.

INE- Instituto Nacional de Estatística.

MEHG- Mestrado de Ensino em História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário.

ONU- Organização das Nações Unidas.

SE- Sistema Educativo.

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LBSE- Lei de Bases do Sistema Educativo.

Introdução

Inserido no âmbito do Mestrado em Ensino de História e Geografia no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário (MEHG), este trabalho resulta de algumas reflexões efetuadas enquanto professora estagiária na Escola Secundária João Gonçalves Zarco (ESJGZ). Sob a forma de relatório final, o presente trabalho debruça-se, sobretudo, sobre as temáticas do multiculturalismo e do interculturalismo, temas que foram abordados, quer na disciplina de História, quer na disciplina de Geografia. De certo modo, a dissertação sobre estas temáticas configurava-se como uma oportunidade de compreender o fenómeno do multiculturalismo - uma realidade crescente que traduz a existência de diferentes culturas no mesmo território - e o fenómeno do interculturalismo - a interação, convívio e integração dessas mesmas culturas, que assenta numa relação baseada no respeito pela diversidade e enriquecimento mútuo. Outro dos pressupostos a alcançar neste trabalho seria o de compreender como é que, a escola¹ encara o multiculturalismo cada vez mais crescente e como prepara os jovens cidadãos para o entendimento e aceitação do “*outro*” na atualidade. Procuramos, portanto, entender estes dois conceitos - o de multiculturalismo e o de interculturalismo - com base nas representações simbólicas dos alunos.

Deste modo, para além de dedicarmos a primeira parte deste relatório à concetualização, onde estes e outros conceitos foram inevitavelmente esmiuçados, realizaram-se ainda um conjunto de tarefas que nos permitiram tecer algumas considerações sobre a maneira como os alunos de História e de Geografia vêem o “*outro*”. Assim, e de forma particular, aos alunos de História foi-lhes incumbida a análise de três textos acerca do contacto dos portugueses com os habitantes autóctones da Índia, do Brasil e de África. A análise em causa permitir-nos-ia compreender como é que os estudantes entendem as primeiras relações dos portugueses com os povos contactados. Para além disso, os alunos deveriam ainda dissertar sobre como são na atualidade as relações que cada um de nós estabelece com o “*outro*”, com aquele que é culturalmente diferente. A partir destes comentários poderíamos aferir que conceções e representações simbólicas são sustentadas pelos discentes relativamente ao “*outro*”. Por sua vez, aos alunos de Geografia foi-lhes solicitado que estudassem um dado concelho do país, utilizando, para isso, diferentes indicadores, previamente selecionados pela docente, de modo a

¹ Entendemos que, a escola é uma instituição que reflete toda a realidade social. Por outras palavras, a escola é, em simultâneo, o reflexo e a construção da sociedade, modelando-a de acordo com os seus princípios e valores.

que pudessem compreender o crescente multiculturalismo em Portugal. Esperava-se, de igual forma, que estes estudantes, ao analisarem os dados estatísticos, pudessem dissertar também sobre este fenómeno e o modo como o entendem na atualidade.

A par destas considerações, entendemos que seria imprescindível refletir acerca da escola na atualidade e, sobretudo, acerca do seu papel como instituição inclusiva das diferenças sociais e culturais. De facto, a diversidade sociocultural na escola não é nova. Foi-se acentuando com a Modernidade que estimulou o progressivo advento da escola de massas. Esta desencadeou uma crescente presença de alunos de diferentes grupos socioeconómicos e de diferentes realidades regionais. Mais recentemente, esta diversidade aumentou, pelo facto da população escolar abranger também alunos de diferentes grupos nacionais, estrangeiros e étnicos, em resultado dos fluxos migratórios cada vez mais expressivos no nosso país.

Apesar desta diversidade, a questão da coexistência de vários grupos socioculturais na escola só recentemente suscitou a produção de alguma legislação e de algumas reflexões, com o objetivo de “enfrentar” de forma mais adequada a heterogeneização da população escolar. Neste sentido, as escolas devem implementar estratégias para uma aproximação intercultural, com o objetivo de proporcionar uma educação de qualidade a todos os estudantes. O próprio termo “educação intercultural” é atualmente mais utilizado do que o termo “educação multicultural”, pois o primeiro refere com mais clareza a ideia de troca, de comunicação, de negociação e de interação dos diferentes grupos socioculturais. A perspetiva intercultural na educação é, pois, aqui entendida sob uma abordagem educativa baseada no respeito e apreço pela diversidade cultural. Neste sentido, a escola deverá ser capaz de entender todos os membros da sociedade como um todo, propondo um modelo integrador dos estudantes que combine todos os aspetos do processo educativo. Só assim se poderão facultar oportunidades iguais, ultrapassar o racismo nas suas mais variadas manifestações e estabelecer a comunicação e competência intercultural entre todos.

Com base nestes pressupostos, procurou-se estruturar o presente trabalho partindo do geral para o particular. Esta prova é, pois, constituída por uma Introdução, por cinco capítulos, pelas Considerações Finais, pela Bibliografia e pelos Anexos. O primeiro capítulo corresponde à componente concetual onde são abordados os conceitos de multiculturalismo, interculturalismo, minoria étnica, cultura dominante, inclusão, exclusão, integração social, preconceito, discriminação social e estereótipo. O segundo capítulo diz respeito à metodologia e às técnicas utilizadas. O terceiro capítulo é dedicado às dissertações efetuadas sobre a educação

intercultural, o seu papel nos programas curriculares e na formação docente. O quarto capítulo diz respeito à Geografia, à componente prática da investigação realizada pelos alunos e à análise dos resultados. O quinto capítulo é dedicado à História, aos trabalhos empíricos realizados pelos alunos sobre o contacto com o “*outro*” na época da Expansão Marítima Portuguesa e à respetiva análise dos resultados. Por fim, nas Considerações Finais, procura-se fazer uma síntese das ideias mais importantes deste relatório. Segue-se a Bibliografia que indicará quais as fontes utilizadas, e os Anexos, por sua vez, constituirão prova documental de toda a informação abordada, ao longo deste relatório de estágio.

Capítulo 1 - O Universo Concetual

A concetualização é importante para a realização de qualquer tipo de relatório, pois, para além de promover a sua organização, ela constitui a base teórica, a partir da qual assenta todo o trabalho. Uma vez que “*o conhecimento se organiza mediante conceitos*” (Guerra, 1998, p.2), efetuou-se o levantamento de alguns deles, que serviram para estruturar o trabalho como um todo. Assim, foi necessária a decomposição destes conceitos, pois “*(...) sem esta decomposição, não haveria conhecimento*” (Kosik in Breitbach, 1988, p.124). Por outro lado, e como defendem Quivy e Campenhoudt, “*a conceptualização é mais do que uma simples definição ou convenção terminológica. É uma construção abstrata que visa dar conta do real. Para isso, não retém todos os aspetos da realidade em questão, mas somente exprime o essencial dessa realidade do ponto de vista do investigador. Trata-se portanto, de uma construção-seleção*” (Quivy & Campenhoudt, 1992, p.122). Neste sentido, a seleção dos conceitos apresentados neste relatório não foi aleatória, mas obedeceu a alguns critérios que, obviamente, estiveram relacionados com a articulação entre estes mesmos conceitos e o próprio tema do trabalho. Passemos então aos conceitos e à sua compreensão.

1.1. Multiculturalismo

Na sua aceção mais simples, o multiculturalismo é um termo que descreve a existência de muitas culturas numa região, cidade ou país. Ao admitir esta pluralidade de culturas num só espaço, o multiculturalismo reconhece, pelo menos, a existência de uma cultura dominante. Dito de outro modo, este fenómeno reflete o contacto de várias culturas num mesmo território, todavia, teremos que considerar que este contacto nem sempre é pacífico e solidário já que, nem sempre, as minorias étnicas conseguem adaptar-se aos preceitos da cultura dominante e, nem sempre, a cultura dominante aceita os pressupostos culturais das culturas minoritárias². Assim, a diversidade cultural pressuposta pelo multiculturalismo, que deveria ser concebida como uma riqueza, está longe de ser entendida como tal. De facto, o multiculturalismo é, em muitos dos casos, concebido como um obstáculo e um problema. Quer isto dizer que não basta o mero

² Não se trata de adaptar ou não uma cultura à outra, mas de saberem conviver mutuamente com as diferenças aceitando-as com respeito pela dignidade que cada uma delas representa.

contacto entre culturas, não basta o multiculturalismo, mas é preciso que haja interculturalismo, ou seja, que se concebam relações pacíficas entre as diferentes culturas.

1.2.Interculturalismo

Não há dúvida de que a diversidade cultural presente em Portugal é hoje um importante modo de estruturação do tecido social do nosso país. É por esta razão que se torna necessário construir uma perspetiva intercultural, isto é, uma sociedade que dê lugar às minorias, que reconheça os seus direitos, que esteja aberta às diferenças culturais e na qual a diversidade possa ser percecionada como fonte de enriquecimento mútuo. Na verdade, gerir esta diversidade cultural e promover a sua inserção na comunidade nacional assegurando elevados níveis de coesão social, segundo defende Ramos, “ (...) *configura-se como um grande desafio para os próximos anos*” (Ramos in Bizarro, 2007, p.78).

É neste sentido que também as escolas, sob um ponto de vista mais restrito, são de vital importância. A crescente diversidade cultural em Portugal constitui também um verdadeiro desafio para todo o sistema educativo português. Sendo a escola um importante elo de ligação à sociedade de acolhimento, devem criar-se os meios que possibilitem a adequação da instituição escolar à realidade multicultural. O futuro do ensino numa economia e numa sociedade em mutação passa, defendem alguns autores, “*pela integração da educação multicultural, e sobretudo por uma educação intercultural onde estará presente entre outras realidades, a dimensão social e a origem socioeconómica dos indivíduos*” (Mauret & Morlaix in Bizarro, 2007, p.90). Em Portugal é igualmente necessário “*implementar uma educação intercultural suscetível de desenvolver nos portugueses a capacidade de aceitarem e valorizarem as diferenças e contribuir para uma sociedade onde todos participem e dialoguem*” (Idem, 2007, p. 91). A educação no nosso país deve ainda ter em conta a formação de docentes para o interculturalismo, a colaboração das associações de imigrantes na promoção do acesso à escola e o reforço da informação sobre o sistema educativo português para as famílias estrangeiras. As escolas devem, por sua vez, estar sensibilizadas para estas novas realidades, na tentativa de promoverem um sistema de verdadeira inclusão. De facto, a diversidade cultural está no centro do desenvolvimento humano. Neste sentido, é muito importante que se faça da diversidade uma oportunidade de aprendizagem ao ritmo de um mundo global, partilhando tradições e trocas culturais, competências e saberes. Desta maneira, a escola constituir-se-á como um centro onde

as relações humanas pautarão, por excelência, pela justiça, igualdade e fraternidade entre todos. De acordo com o Serviço Nacional de Estrangeiros e Fronteiras³ há cada vez mais pessoas estrangeiras a viver em Portugal. E, mesmo que nas escolas não houvesse qualquer aluno de origem cultural distinta, a aprendizagem da comunicação intercultural continuaria a justificar-se. A educação intercultural é fundamental, pois “ (...) *permite criar condições que facilitam a compreensão da diversidade cultural estruturando um trabalho apoiado, quer no diálogo entre as diferentes culturas, quer na vivência interativa orientada para perspetivas antirracistas*” (Souza in Leite, 2007, p.41).

Assim, o interculturalismo vem mostrar que, “*conhecer os sistemas e as culturas não é suficiente*”. O mais importante é “*reconhecer a sua diversidade e a sua multiplicidade, aceitá-la e saber conviver com ela*” (Abdalla & Pretceille in Bizarro, 2007, p.218).

Dito por outras palavras, o interculturalismo pressupõe a existência de relações de proximidade e entendimento entre diferentes culturas que coabitam num mesmo espaço. Desta forma, este constitui um modo de apreensão que implica, não apenas a descentralização do “*eu*”, mas também a compreensão do “*outro*” aceitando-o nas suas diferenças culturais. Ora, este exercício implica efetivamente a alteridade⁴. Ou seja, significa que deveremos ser capazes de sair de nós e do círculo onde estamos encerrados e abrimo-nos ao mundo e aos “*outros*” que são diferentes. Deste modo, o “*outro*” não deve ser olhado como algo que é “ (...) *estranho e deficiente, mas deverá ser entendido a partir da sua diferença dialógica*” (Idem, 2007, p.219). Quer isto dizer que, o “*outro*” deverá ser compreendido, a partir de uma relação que se baseia sobretudo na aceitação fundamentada, com base no diálogo pacífico e construtivo entre os sujeitos portadores de culturas distintas. Não basta, portanto, que haja multiculturalismo é preciso que as culturas se relacionem de forma pacífica entre si. É preciso que haja interculturalismo.

³ A consulta da página do Serviço Nacional de Estrangeiros e Fronteiras permite-nos perceber como aumentou o número de estrangeiros em Portugal, quer por concelhos, quer a nível nacional. E porque nos parece excessivo colocar as inúmeras tabelas estatísticas que estes serviços apresentam recomenda-se, para melhores esclarecimentos, a consulta da página acedida no dia 02 de agosto, 2015, em <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>

⁴ A alteridade é aqui entendida como uma conceção que parte do pressuposto básico de que todo o homem social interage e interdepende do “*outro*”. Assim, como muitos antropólogos e cientistas sociais afirmam, a existência do “*eu individual*” só é permitida mediante um constante contacto com o “*outro*”.

1.3. Transculturalismo⁵

Por oposição à ênfase dada pelo multiculturalismo à *coexistência* de uma pluralidade de culturas, o transculturalismo distingue-se por realçar a *mistura* das diversas culturas na contemporaneidade. Enquanto o primeiro conceito estabelece fronteiras de reconhecimento e institucionalização das múltiplas culturas que coexistem entre si, o segundo conceito salienta a fluidez dessas fronteiras. O transculturalismo caracteriza-se, assim, pela compatibilidade com a globalização, na medida em que advoga o comércio livre. Com efeito, a mudança no discurso público do multiculturalismo para o transculturalismo, do reconhecimento da diferença cultural para o da fusão cultural, assenta numa perspectiva económica liberal, da qual as práticas de consumo são uma das faces mais visíveis (Kraidy, 2005). Enquanto a tese do imperialismo cultural considera que a ação humana radica nas estruturas sociais prevalecentes, o multiculturalismo sustenta que esta está localizada no indivíduo ou na comunidade a que este pertence. Por sua vez, o transculturalismo aponta a origem da ação humana nas “ (...) *práticas sociais, como o consumo - reprodutoras das estruturas sociais no quotidiano dos indivíduos*” (Hall, 1981, p.1). O transculturalismo procura, assim, ir para além de uma visão estritamente cultural, ao superar o conceito de cultura como um “modo de vida particular” de uma determinada comunidade. Deixando de se constituir como uma particularidade, o modo de vida do transculturalismo é de cariz globalizado, dada a influência de padrões globalmente hegemónicos no que toca às práticas consumistas na atualidade.

1.4. Exclusão

A expressão “exclusão social” embora de uso recente, encontra-se generalizada na atualidade, o que não significa que todos quantos a utilizam tenham uma ideia clara do seu significado. De igual modo, entre os especialistas não existe unanimidade quanto ao sentido que se lhe atribui. Sabemos, no entanto, que Giddens define a exclusão social como “ (...) *as formas pelas quais os indivíduos podem ser afastados em pleno envolvimento com a sociedade*” (Giddens in Nicolau, 2010, p. 40). Por sua vez, Fernandes entende que a “*exclusão social evoca uma fratura nos laços entre o indivíduo e a sociedade, propiciando uma quebra na própria unidade social*” (Fernandes, 2002, p.14). A exclusão social pode, portanto, ser definida pelo

⁵ Apesar de este conceito ser alvo de análise no presente trabalho, ele não constitui a questão central em debate.

isolamento social, por um acesso limitado aos direitos sociais e civis e pela falta de meios económicos. Os fatores que podem contribuir para a exclusão social são os problemas profissionais, os padrões de educação e de vida, a falta de saúde, a nacionalidade, a toxicodependência, a desigualdade sexual e a violência. Neste sentido, este conceito poderá ser entendido como *“a fase extrema do processo de marginalização, ao longo do qual se verificam sucessivas ruturas na relação do indivíduo com a sociedade”* (Castel in Pinto, 1995, p.10).

1.5.Inclusão

A inclusão social designa um conjunto de meios e ações que combatem a exclusão provocada pelo estatuto social, origem geográfica, educação, idade, existência de deficiência ou preconceitos raciais. A inclusão social pressupõe oferecer aos mais necessitados oportunidades de acesso a bens e serviços, dentro de um sistema que beneficie a todos e não apenas aos mais favorecidos no sistema meritocrático⁶ no qual vivemos. Neste sentido, a inclusão implica integração, pois tal como defendem alguns especialistas, inclusão é o *“ (...) ato ou efeito de incluir ou de se incluir (...) é integração”* (Guedes in Dicionário Verbo, 2006, p.609). De facto, o conceito de inclusão social veio introduzir um novo horizonte, no que diz respeito à conquista dos direitos humanos por parte dos mais diversos segmentos sociais, tais como, pessoas portadoras de necessidades especiais, os explorados, excluídos e discriminados, em razão da diferença étnica, do sexo, da orientação sexual, da idade, entre outros aspetos. Na verdade, a inclusão social é, de facto, uma conquista consagrada pela Assembleia das Nações Unidas, aquando da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no dia 10 de dezembro de 1948. Esta Declaração contribuiu para despertar as consciências de todo o mundo e, sobretudo, para reforçar a importância das relações humanas. Assim, com a divulgação e desenvolvimento do conceito de inclusão social, as pessoas passaram a estar protegidas juridicamente. Isto porque, do ponto de vista jurídico, *“consideramos incluídas as pessoas que exercem de facto o direito à habitação, à saúde, à educação, ao trabalho (...)”* (Corrêa, 2009, p.26).

⁶ O sistema meritocrático é um sistema de governo que considera o mérito a razão para se atingir determinada posição. Em sentido mais amplo, pode ser considerada uma ideologia. As posições hierárquicas são conquistadas, em tese, com base no merecimento e os valores que lhes estão associados são a educação e a moral, aptidões específicas para se desempenhar determinada atividade.

1.6.Minoria Étnica

“Minoria étnica” é definida pela ONU⁷ como um grupo, que sendo distinto dos demais, possui as suas peculiaridades culturais. O conceito de minoria étnica utiliza-se amplamente na Antropologia e na Sociologia e refere-se “à *posição subordinada dos grupos na sociedade e não à sua representação numérica*” (Giddens in Nicolau, 2010, p.24). Este conceito diz também respeito ao “ (...) *grupo étnico e racial que sofre discriminação. Esta discriminação resulta da ação de um grupo dominante com maior status social e privilégios face ao grupo minoritário*” (Idem, 2010, p.24). Assim, e de acordo com os pressupostos defendidos por alguns especialistas, as minorias “ (...) *possuem traços culturais e físicos específicos pelos quais os sectores dominantes da sociedade mostram pouco apreço (...) elas constituem unidades conscientes de si próprias, ligadas entre si pelos traços específicos comuns aos seus membros e pelas incapacidades específicas que esses traços provocam*” (Tajfel in Nicolau, 2010, p.24). Atendendo às definições expostas, compreendemos que, as minorias étnicas estão sob o domínio da cultura dominante podendo, por isso, serem ou não discriminadas.

1.7.Cultura Dominante

A cultura dominante é aquela que exerce hegemonia sobre as outras, a que impõe os seus traços, crenças, tradições, ideologias, valores e costumes, quer nos domínios económicos, políticos ou ideológicos. Assim, *grosso modo*, a cada país corresponde uma cultura dominante, ou seja, uma cultura impregnada de costumes padronizados que a maioria das pessoas aceita com naturalidade. A existência da cultura dominante aparece, pois, em oposição a outras culturas minoritárias. Normalmente, estas culturas minoritárias são exercidas por grupos étnicos diferentes que, tal como os indivíduos da cultura dominante, prezam o valor das suas tradições e costumes. Seja como for, a cultura dominante tende, tal como o termo indica, a dominar as culturas minoritárias, não apenas pela limitação numérica que caracteriza as segundas, como também pelos traços culturais que essas culturas contêm, muitas das vezes considerados exóticos, excêntricos ou até bárbaros.

⁷Informações acedidas no dia 10 de março, 2015, em http://www.revistaautor.com/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=543:minorias-etnicas-na-midia-ocidental&catid=14:internacional&Itemid=43.

1.8.Subcultura

O conceito de subcultura pareceu-nos de suma importância, já que nos remete para a existência de culturas minoritárias que, por terem certas características, regras e normas diferentes da cultura dominante constituem uma subcultura. A subcultura é uma realidade *sui generis* que não é fácil de definir. Tal como refere Copans, “o termo *sub* pressupõe a existência do termo *supra* e, tanto um como outro, sugerem a ideia de estratificação” (Copans,1999, p.51). De qualquer modo, sabemos que a subcultura não possui uma autonomia completa, pelo que participa na cultura dominante, muito embora mantenha os seus elementos sociais e culturais específicos⁸.

1.9.Integração Social

O conceito de integração tem sido usado sob uma perspectiva tripla. Em primeiro lugar, há integração sempre e quando um indivíduo se sente como membro de um grupo social, por partilhar as suas normas, valores, crenças, costumes, regras e hábitos. Em segundo lugar, há integração sempre e quando as funções das diferentes instituições da sociedade se complementam; e, por fim, em terceiro lugar, a integração pode também ocorrer quando instituições específicas coordenam a atividade de subsistemas da sociedade e promovem a sua complementaridade. A palavra integração é ainda muito utilizada “ (...) como *sinónimo de coesão, unidade, equilíbrio, ajustamento e harmonia*” (Steinemann, 2005, p.1). Apesar destas considerações, a integração social não apaga as diferenças, antes as coordena e orienta. A maioria dos cientistas sociais está de acordo em referir que, a integração social concebe-se porque existe uma participação múltipla dos indivíduos em diferentes grupos.

Assim sendo, o conceito de integração significa estabelecer formas comuns de vida, de aprendizagem e de trabalho entre todas as pessoas, sejam elas pessoas pertencentes à cultura dominante, sejam elas de minorias étnicas. Deste modo, integração significa ser participante, ser considerado, fazer parte de, ser levado a sério e ser encorajado. Segundo Steinemann, a “*integração requer a promoção das qualidades próprias do indivíduo, sem estigmatização, sem segregação (...) e em cooperação com os outros*” (Idem, 2005, p.1).

⁸ Estes elementos são também, muitas vezes, modificados pelo convívio e partilha de princípios, valores, regras, usos e costumes e tradições com as demais culturas.

1.10.Preconceito

O preconceito é um “juízo” preconcebido, manifestado geralmente na forma de uma atitude discriminatória perante pessoas, lugares ou tradições considerados diferentes ou “estranhos”. Costuma indicar desconhecimento pejorativo de alguém, ou de um grupo social que é diferente. As formas mais comuns de preconceito são o preconceito “social”, “racial” e “sexual”. Debateremos apenas acerca dos dois primeiros conceitos por estarem diretamente relacionados com o assunto a tratar neste relatório. Assim, o preconceito social é uma forma de discriminação que consiste em acreditar que as classes mais pobres são inferiores às que possuem mais bens. Por sua vez, o preconceito racial é a tendência do pensamento, ou o modo de pensar, no qual se dá grande importância à noção de “raças humanas distintas e superiores”⁹, associando-se, por vezes, as características físicas a determinados traços de caráter e de inteligência ou até a manifestações culturais específicas. Assim, o preconceito racial resulta de um conjunto de opiniões pré-concebidas que valorizam as diferenças biológicas entre os seres humanos, atribuindo superioridade a alguns, de acordo com a matriz racial. Na verdade, esta crença na existência de “raças superiores e inferiores”¹⁰ foi utilizada, muitas vezes, para justificar a escravidão, o domínio de determinados povos por outros, e os genocídios que ocorreram durante toda a História da humanidade.

1.11.Discriminação Social

O termo “discriminação” tem a sua origem na palavra “discriminativo”, que quer dizer separação ou distinção. Diz-se que há discriminação social, quando num grupo ou numa sociedade, parte da população recebe tratamento diferente e desigual em relação aos restantes. Em princípio, a parte que sofre o efeito da discriminação tem o mesmo estatuto legal que os outros. Mas, na prática, esta é lesada nos seus direitos, privada de vantagens ou sobrecarregada com obrigações particulares. Desde 2000, que são proibidas na UE¹¹ todas as formas de

⁹ De acordo com a Antropologia, ciência que estuda o Homem e as suas produções culturais, é extremamente incorreto o uso do termo “*raças humanas*”. Na verdade, segundo esta ciência apenas existe uma raça - a raça humana. De resto, considera-se a existência de diferentes etnias e, sobretudo, de diferentes grupos humanos.

¹⁰ Muito menos, a Antropologia admite a existência de “raças superiores ou inferiores”, uma vez que todos os grupos humanos, sem exceção, são ricos e portadores de cultura.

¹¹ Estas informações encontram-se na nova diretiva anti discriminação do Parlamento Europeu. Para mais informações deve-se consultar a página acedida no dia 03 de agosto, 2015 em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Discrimina%C3%A7%C3%A3o>.

discriminação com base na idade, deficiência, orientação sexual ou religião, no local de trabalho. Sabemos, no entanto, que o âmbito de aplicação desta legislação em vigor poderá agora alargar-se a outras esferas da vida social. Assim, esta diretiva visa ainda aplicar fora do mercado laboral, o princípio da igualdade de tratamento das pessoas, independentemente das suas crenças religiosas, deficiências, idades, orientações sexuais, origens ou grupos étnicos. Pretende-se, portanto, que haja proibição no que diz respeito à discriminação direta e indireta, à discriminação múltipla ou por associação e à discriminação nos domínios da proteção social, educação e fornecimento de bens e serviços. São ainda incluídas nestas prerrogativas, os transportes, as associações, a saúde, as telecomunicações, as comunicações eletrónicas, a informação, os serviços financeiros, os transportes, a cultura e o lazer. Estamos, pois, perante uma lei, que para além de regular a proibição face à discriminação no local de trabalho pretende estender-se a todas as outras esferas da sociedade.

1.12. Estereótipo

Estereótipo é a imagem preconcebida de uma determinada pessoa, objeto e/ou situação. É usado, principalmente, para definir e limitar pessoas ou grupos de pessoas na sociedade. Trata-se de um conceito infundado sobre um determinado grupo social, atribuindo a todos os membros desse grupo características frequentemente depreciativas. O estereótipo é, pois, um modelo irrefletido, que permite a construção de imagens pré-concebidas e sem fundamento. Aos estereótipos, Álvaro Miranda Santos chama de antinomias, ou seja, “ (...) *trata-se de uma antinomia psicológica, na vida intelectual, afetiva e voluntária das pessoas; são antinomias estéticas, religiosas, pedagógicas, económicas, políticas, jurídicas, sociológicas e morais* (Santos in Monteiro & Vala, 1993, p.15).

1.13. “O Eu” e o “Outro”

“Eu” e o “outro”. Mas quem sou “eu” e quem é o “outro”? O que nos separa, o que é que nos diferencia e o que nos une? Como perceber hoje a alteridade¹², como interpretá-la,

¹² Entende-se por alteridade, a relação de sociabilidade e diferença entre o indivíduo e a comunidade. Os dois são interdependentes, isto é, o indivíduo apenas se constrói a partir da comunidade e esta concebe-se a partir dos contributos de todos os indivíduos. Desta forma, o “*eu individual*” apenas existe a partir do “*outro*”, da visão do “*outro*”. Neste sentido, o “*eu individual*” compreende o mundo a partir de um olhar diferenciado, sensibilizado pela experiência do contacto.

como aprendê-la, como vivê-la num mundo marcado por fenómenos de globalização e de crescente mobilidade social, onde os contactos internacionais se tornam cada vez mais fáceis e frequentes, constituindo-se como uma componente quase inevitável do quotidiano dos cidadãos? A verdade é que, as culturas se entrecruzam e se misturam interagindo ao nível individual e coletivo em diálogos que, como já referimos anteriormente, podem ser ou não, mais ou menos conflituosos.

Adalberto Dias de Carvalho no seu artigo *“O Outro Como Eu”* afirma que, a presença do “outro” é sempre perturbadora. Este defende ainda que, *“o outro é sede de uma agressão que fragiliza a minha soberania sobre o mundo e sobre os meus privilégios enquanto sujeito. Assim a reciprocidade entre mim e o ‘outro’ configura uma difícil tolerância relativamente à minha liberdade, tornando-se também ameaçadora para os projetos de cada um (...)”* (Carvalho in Bizarro, 2007, p.13). Desde há muito que, o “outro” é visto como uma ameaça. A expansão europeia para outros continentes constitui, a este propósito, um exemplo que preconizou no “outro” o seu próprio aniquilamento, uma vez que, em nome da designada civilização e/ou evangelização se neutralizaram os valores aí existentes. Aliás, as diferenças observadas, *“(...) como a cor da pele, a língua e a religião justificavam a exclusão [dos indígenas] da plenitude da condição humana”* (Idem, 2007, p.16). Importante seria refletir sobre isto e perceber como é que nos nossos dias ocorre a alteridade. Como é que o “eu” se relaciona com o “outro”? É com estranheza, com despeito ou com respeito? Sabemos que as relações de conflito sempre existiram e sempre estiveram presentes em toda a parte. A História da Humanidade está repleta destes exemplos. Todavia, temos hoje ao nosso alcance um sem fim de pressupostos, de leis e de princípios morais que nos ajudam, muito mais do que no passado, a tornar as nossas relações interpessoais mais humanizadas. É preciso ter em conta que, como defende Aballah-Pretceille, *“não há encontro de culturas, mas de pessoas portadoras de cultura”* (Aballah-Pretceille in Bizarro, 2007, p.18). É fundamental, portanto, ter presente que, quando dialogamos não o fazemos de forma abstrata, mas fazemo-lo com o “outro” que é nosso semelhante, um ser humano repleto de ideias, emoções e valores igualmente válidos e aceitáveis.

Capítulo 2 - Metodologia Utilizada

2.1. A Importância do Uso de Metodologia

A ciência, “ (...) ordem humana imposta (...) que permite dar respostas convenientes às interrogações do homem” (Ferreira & Simões, 1986, p.12), deve ser concebida como um corpo de conhecimentos estáveis e aplicados. No sentido de atingir objetivos finais explicativos das experiências vivenciadas, também designadas de leis, a ciência necessita da aplicação de métodos de trabalho, que clarifiquem as várias etapas da investigação. Estes métodos, aplicados em qualquer investigação científica dizem respeito aos “ (...) processos a empregar para, de maneira ordenada e sistemática, se atingir o objectivo ou objectivos pretendidos” (Cristóvão, 2001, p.31). Trata-se, pois, de saber como percorrer “ (...) um caminho de passos calculados e programados” (Idem, 2001, p.31). Assim, o uso de um método implica a “ânsia de saber e de descobrir, elemento importante para gerar entusiasmo y persistir en actitud de busqueda” (Serrano, 2004, p.22).

Neste sentido, ao iniciarmos um qualquer processo de investigação científica, devemos ser capazes de realizar aquilo a que alguns autores denominam de “*aplicación del pensamiento racional*” (Idem, 2004, p.22). A metodologia é, portanto, “*condição necessária para a competência científica, porque poucas coisas cristalizam incompetência mais gritante do que a despreocupação metodológica*” (Demo in Badesa, 2004, p.59). Assim sendo, qualquer trabalho de escrita que pretenda fazer avançar, completar, corrigir ou descobrir novos conhecimentos necessita de observar certas normas metodológicas.

Nesta investigação, em particular, o uso de um método foi imprescindível para nortear toda a pesquisa no campo da educação, pois a sua utilização permitiu “ (...) conhecer o que se deve fazer e o que não se deve fazer na investigação” (Serrano, 2004, p. 12). Mais do que acrescentar conhecimentos aos saberes científicos anteriores, pretendeu-se motivar a reflexão e o espírito crítico por parte dos estudantes do ensino secundário de Geografia e de História, bem como “despertar” o interesse de investigadores e dos demais “curiosos” pelo estudo da temática da diversidade cultural.

De seguida, tencionamos elucidar os leitores acerca das etapas do processo de investigação utilizadas neste relatório, bem como o método e a técnica aplicados para a análise dos resultados obtidos dos trabalhos realizados pelos estudantes, em contexto de aula.

2.2. O Método de Investigação Qualitativa

Em investigação são diversas as opções metodológicas a serem utilizadas. Assim, a metodologia a usar deve ser definida tendo em consideração o problema ou o tema de estudo. Neste caso em particular selecionamos a investigação qualitativa, porque esta possui um carácter “ (...) *indutivo onde a acção das pessoas nas suas manifestações são analisadas numa perspectiva holística e não submetidas a uma lógica de quantificação distribuída por variáveis*” (Lopes, 2008, p.75). Este tipo de investigação é feita a partir do mundo real, onde os processos sociais são estudados de modo flexível “ (...) *construindo, reconstruindo e adaptando o modelo de análise rejeitando posturas pré-definidas, onde as pessoas têm rosto pois o investigador interage com elas. O prestígio social e ideológico não conta, pois o importante e valioso é o pluralismo de ideias*” (Idem, 2008, p.75). Deste modo, recolhemos algumas considerações importantes que se deverão ter em conta aquando da aplicação do método qualitativo - e, de um modo geral, em qualquer tipo de investigação - e que a seguinte citação ilustra perfeitamente: devemos “*definir muito bem o tema a investigar; colocar-se problemas ou perguntas de partida*¹³; *definir a importância e relevância do estudo; considerar a viabilidade da investigação; proceder a uma pesquisa bibliográfica; fundamentar a escolha do paradigma qualitativo para responder às perguntas; definir as características dos participantes; definir procedimentos para a obtenção de informação; proceder à análise dos dados e por fim, definir a forma de organizar e analisar a informação e elaborar a informação final*” (Gayou in Lopes, 2008, p.74).

Assim, procurou-se realizar um estudo empírico, “*porque observa la realidad*”, comparativo, “*porque analiza las semejanzas y diferencias entre los aspectos que merecen ser comparados*”, e, sobretudo, uma análise de conteúdo que, como técnica permitirá identificar “*rasgos y valores*” da realidade a estudar (Badesa, 2004, p.14). Esta investigação será ainda descritiva, porque implica transcrições de “*dados recolhidos em forma de textos e documentos*” (Biklen, s.d, p.48).

2.2.1. Análise de Conteúdo

A técnica de investigação que nos pareceu mais adequada para utilizar neste relatório final de estágio foi a análise de conteúdo. Mais do que recolher informação de dados, esta

¹³ A existência de perguntas de partida depende da natureza do trabalho de investigação.

técnica serviu, fundamentalmente, para analisar e tratar esses mesmos dados. Graças a ela foi possível realizar um estudo minucioso dos conteúdos recolhidos, quer na componente teórica, quer na componente prática¹⁴. P. J. Stone declara que, *“el análisis de contenido hace referencia a todo procedimiento utilizado para fijar la extensión relativa que especifica referentes, actitudes o temas contenidos en un mensaje o documento”* (Stone in Ander-Egg, 2003, p.245). Por sua vez, para Berelson a análise de conteúdo é *“una técnica de investigación para la descripción objetiva, sistemática y cuantitativa del contenido manifiesto de la comunicación”* (Berelson in Ander-Egg, 2003, p.245). Neste sentido, esta técnica tornou-se essencial em todo o processo de investigação, especialmente, aquando da análise dos textos redigidos pelos alunos. Por fim, Quivy e Campenhoudt acrescentam ainda que, esta análise de conteúdo constitui o *“(…) trabalho exploratório de toda a investigação (...) e tem como funções alargar a perspectiva de análise; travar conhecimento com o pensamento de autores cujas investigações e reflexões podem inspirar as do investigador; revelar facetas do problema nas quais não teria certamente pensado por si próprio, e por fim, optar por uma problemática apropriada”* (Quivy & Campenhoudt, 1999, p.109).

Nesta investigação, em concreto, a análise de conteúdo foi elaborada, tendo sido criadas algumas categorias, a partir dos comentários redigidos pelos estudantes. As categorias foram elaboradas, tendo em consideração algumas frases desses comentários, a que alguns autores designam de “unidades de registo”. Cada unidade de registo deve pertencer apenas a uma das categorias. Estas, por sua vez, não se devem sobrepor e devem estar intimamente relacionadas com os objetivos do trabalho.

2.3. Os Procedimentos Metodológicos

Esclarecido o método e a técnica utilizada torna-se fundamental esclarecer acerca das etapas metodológicas mobilizadas na componente empírica deste trabalho. Atendendo ao objetivo fundamental do presente relatório - compreender as perceções e opiniões dos estudantes do 10º ano de escolaridade, quanto às relações culturais estabelecidas no período da Expansão Marítima Portuguesa, bem como o processo de multiculturalismo vivenciado na atualidade - os procedimentos metodológicos foram os seguintes:

¹⁴ Tencionamos dizer que, o uso da técnica de análise de conteúdo permitiu-nos interpretar não apenas os conteúdos dos manuais consultados (na componente teórica), mas também os textos elaborados pelos alunos na componente prática deste trabalho.

- * Foram selecionadas duas turmas do 10º de escolaridade, a turma do 10º8 e a turma do 10º10¹⁵.
- * À turma do 10º 8 e no âmbito da disciplina de Geografia foi-lhe incumbida a tarefa de realizar um estudo atual sobre o multiculturalismo existente em alguns concelhos do país. Ou seja, o propósito seria o de efetuar o levantamento de alguns indicadores estatísticos de um conjunto de concelhos do país, no total catorze no sentido dos estudantes compreenderem o multiculturalismo presente nesses territórios. Posteriormente, os alunos deveriam analisar e comentar os “números” obtidos.
- * À turma do 10º 10 e no âmbito da disciplina de História foram distribuídos três textos sobre os primeiros contactos estabelecidos entre os portugueses e os povos autóctones de África, da Índia e do Brasil. Os alunos teriam que ter em consideração os contextos, nos quais ocorreu a Expansão Marítima Portuguesa e a ocupação dos territórios considerados e analisar o respetivo conteúdo textual, refletindo sobre o tipo de relações humanas que aí se estabeleceram. Os estudantes foram ainda convidados a redigir algumas considerações, desta vez acerca das relações que todos nós estabelecemos atualmente com os “*outros*”, isto é, com aqueles que são muito diferentes do “*nós*”.
- * Depois de recolhidas, estas informações foram alvo de análise. Desta análise resultaram algumas considerações que estão contempladas nos últimos capítulos deste relatório.

2.4. A Metodologia e as Técnicas Utilizadas: Dificuldades Sentidas

A realização de um trabalho de âmbito social requer cuidados acrescidos principalmente no que diz respeito à escolha da metodologia. Uma das maiores dificuldades encontradas na elaboração deste relatório esteve quiçá na escolha dos métodos e das técnicas a utilizar. Sabe-se que a eleição em causa deveria ter em consideração o tema de estudo e os objetivos a alcançar, no entanto, esta não foi uma tarefa fácil.

A informação recolhida e o entendimento da literatura consultada acerca da metodologia foram de tal ordem diversificada, que provocaram uma sensação de confusão, imbróglio e indefinição. São muitos os autores que defendem muitos e múltiplos métodos, técnicas e

¹⁵ Estas turmas foram as selecionadas porque pertenciam às turmas das professoras orientadoras de estágio de Geografia e de História. Trata-se de “turmas reais” a quem lhes foi solicitada autorização para divulgar a sua identidade.

conceitos utilizados que, na maioria das vezes, constituem a mesma realidade. Atrevemo-nos a dizer que estamos perante aquilo a que Weber designou de verdadeira “*pestilência metodológica*” (Weber in Hekman, 1900, p.15).

Por outro lado, não podemos deixar de referir as dificuldades que sentimos aquando da seleção dos textos e, sobretudo, aquando da seleção dos indicadores estatísticos. A pertinência, objetividade e clareza foram critérios que nos foram exigidos e momentos houve, nos quais estas tarefas nos pareceram impossíveis de concretizar. Em tais momentos, os objetivos inicialmente propostos pareceram-nos difíceis de alcançar, ou até mesmo irrealizáveis. Na verdade, todas as tarefas eram confusas e não se vislumbravam formas de as solucionar.

Relativamente à investigação acerca da diversidade cultural e, particularmente, sobre a forma como os alunos do ensino secundário entendem as relações de interculturalidade, perspetivadas no passado e na atualidade, este pareceu-nos ser um dos aspetos mais difíceis de concretizar. A organização dos textos para a elaboração posterior de um comentário a realizar por parte dos alunos, no âmbito da História, bem como a seleção de indicadores para um subsequente levantamento e análise estatística da realidade multicultural por concelho, no âmbito da Geografia não foram tarefas fáceis. Solicitar atempadamente aos alunos os respetivos trabalhos, compilar os textos, analisar os respetivos comentários, elaborar categorias de análise, entre outros afazeres, tudo tornou este processo duro e muito moroso.

Na verdade, até chegar à redação final deste relatório de estágio muitas foram as emoções sentidas. Estas emoções possibilitaram-nos adquirir a certeza absoluta, de que este trabalho deveria ser, acima de tudo, realizado com a hombridade que deve ser concebida em todas as tarefas da nossa vida, desde as pequenas coisas até às mais complexas.

Capítulo 3 - O Sistema Educativo e a Educação Intercultural

Segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), este deve ser entendido “ (...) *como o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação (...)* ” (Lei de Bases, 1986, p. 3067). Neste sentido compreendemos que o sistema educativo (SE) é, na sua globalidade, um sistema, porque tem em consideração um conjunto de elementos (de instituições, agentes, decretos de lei, entre outros aspetos) que se interrelacionam para formar um todo orgânico, que possui finalidades específicas. Se continuarmos a leitura deste documento podemos comprovar as afirmações anteriores, particularmente, na citação que se segue: “*O sistema educativo desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas (...) sob a responsabilidade de diversas instituições e entidades (...)* ” (Lei de Bases, 1986, p. 3067). Assim, podemos afirmar que o sistema educativo, alicerçado num número considerável de instituições e de agentes, procura garantir, como finalidade última, que todos os indivíduos tenham direito e acesso à educação. Talvez seja este o momento de questionarmos, que educação?

No âmbito deste relatório defendemos que a educação proporcionada pelas escolas deve ser, entre outros aspetos, de natureza intercultural. Isto é, deve ser uma educação que prepare as crianças e os jovens para o contacto, convívio e respeito para com os “*outros*” culturalmente diferentes do “*nós*”. Assim, é premente que numa sociedade cada vez mais globalizada como a portuguesa, a educação intercultural possa fomentar “ (...) *a compreensão mútua entre os seres humanos, quer próximos, quer estranhos*” (Morin in Bizarro, 2009, p. 252).

3.1. A Instituição Escola e a Educação Intercultural

Como temos vindo a referenciar, as questões da diversidade cultural, da mobilidade das populações e das relações interculturais estão no centro da preocupação da maioria dos Estados e são da maior importância no contexto do mundo globalizado. Os encontros e as relações interculturais fazem atualmente parte e integram-se cada vez mais nos contextos, social, económico, político, religioso, escolar, de saúde e mediático das sociedades contemporâneas e, das quais, Portugal não é exceção. Deste modo, tomamos consciência que as problemáticas da diversidade cultural e do interculturalismo implicam um novo reposicionamento metodológico e epistemológico, quer ao nível da investigação, quer ao nível da intervenção.

De facto, existem novos desafios que se colocam às sociedades e às políticas atuais, principalmente no que diz respeito à gestão da diversidade cultural, das identidades, dos conflitos, da educação, da comunicação intercultural, das interações entre “o eu e o outro” e entre o universal e o particular. Assim, a abordagem intercultural implica a existência de várias constatações, decisões, opções e perspectivas que não podemos ignorar e que alguns autores¹⁶ defendem fervorosamente. A saber:

- uma constatação de ordem sociológica tendo em conta que a maioria das nossas sociedades são, e serão, cada vez mais multiculturais;

- uma opção de ordem ideológica, já que o multiculturalismo e, sobretudo, o interculturalismo é, potencialmente, uma riqueza ou um problema para o conjunto da sociedade;

- uma visão estratégica pois, para passar do multiculturalismo ao interculturalismo, torna-se necessário promover a relação entre culturas sem, no entanto, anular a identidade de cada uma delas;

- uma perspectiva interdisciplinar, na medida em que os objetivos do domínio intercultural são objetos complexos, plurais, heterogêneos e pluridimensionais, que não podem ser reduzidos a uma única abordagem disciplinar;

- um processo dinâmico e dialético, onde o intercultural implica a tomada de consciência da alteridade e da diversidade, das identidades individuais e/ou coletivas, das interações entre os indivíduos e os grupos e ainda das relações entre “o eu e o outro”;

- uma perspectiva psicossocial e pedagógica, visto que as problemáticas interculturais implicam o desenvolvimento de competências culturais, sociais, pedagógicas, comunicacionais, individuais e de cidadania. O desenvolvimento destas competências culturais deverá facilitar as interações sociais harmoniosas entre os indivíduos e as diversas culturas e promover a consciencialização cultural, a comunicação intercultural e o funcionamento democrático das sociedades;

- e, por fim, uma perspectiva sociopolítica, dado que, o interculturalismo não é somente um objetivo em si, mas é também um instrumento para promover a coesão social, o exercício da

¹⁶ Referimo-nos, por exemplo, a Natália Ramos, que dedica um artigo a esta temática na obra de Rosa Bizarro de 2007: “*Eu e os Outros - Estudos Multidisciplinares sobre Identidade (s), Diversidade (s) e Práticas Interculturais*” intitulado de “*Interculturalidade, Educação e Desenvolvimento - o caso das crianças migrantes*”, p.367-375.

cidadania, a igualdade de oportunidades e uma integração adequada dos migrantes e das minorias étnico-culturais¹⁷.

Abordando o interculturalismo no contexto escolar podemos afirmar que, apesar destas constatações, são inúmeros os estudos nacionais e internacionais relativos à adaptação e sucesso escolar das crianças e jovens portadores de culturas distintas da dominante. Nestes estudos registam-se problemas de abandono e de insucesso escolar, situações que derivam de múltiplos fatores. Com efeito, a esta problemática estão associados “ (...) *fatores linguísticos, culturais, psicológicos, sendo, igualmente, determinantes a precariedade e a exclusão social e cultural em que vive uma grande parte da população migrante, especialmente os mais jovens*” (Ramos in Bizarro, 2007, p.372). De facto, o insucesso escolar representa um risco acrescido para crianças e jovens, neste caso em concreto, com culturas distintas daquela que prevalece num dado território, e tem consequências psicológicas importantes, quer para os indivíduos, quer para as suas próprias famílias (por exemplo, nas representações que estas possuem acerca de si mesmas, sobre os seus filhos e sobre a própria escola). Esta realidade implica, igualmente, a marginalização destas crianças e jovens, já que estes são “ (...) *muitas das vezes excluídos dos circuitos de apropriação dos saberes ou, pelo menos, daqueles que são mais valorizados nas sociedades industrializadas, como é o caso da educação formal ou da escolarização*” (Idem, 2007, p.372). De qualquer modo, é a escola que na sociedade contemporânea constitui a instituição educativa e de socialização por excelência. A escola, enquanto espaço de aprendizagem e de convivência de diferentes culturas constitui um desafio à educação e ao desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens constituindo, igualmente, um fator de integração, de coesão e de enriquecimento pessoal e social. A educação oferece aos jovens, a oportunidade de adquirirem capacitação e autoconfiança, à medida que obtêm uma diversidade de conhecimentos, aptidões, atitudes e valores fundamentais para obterem igualdade de oportunidades na sociedade e desenvolverem práticas de cidadania. Por sua vez, a escola constitui um espaço importante de contacto e integração na sociedade e desempenha um papel fundamental, designadamente, para aqueles que são culturalmente diferentes e para as suas famílias.

¹⁷ Nestes grupos que possuem uma cultura diferente da dominante podemos considerar: os imigrantes, as comunidades ciganas, as pessoas que possuem outras religiões, entre outros exemplos.

Assim, e como refere Bizarro, os pais confiam na escola e consideram que esta é uma instituição capaz de auxiliar os seus filhos na escolha de uma profissão, no sentido de estes obterem sucesso profissional e, em última instância, êxito social. Mas, por vezes, a escola “*não consegue responder a estas expectativas, aparecendo, frequentemente, como elemento de exclusão, de reprodução de estereótipos e preconceitos, de insucesso e de desigualdades, não proporcionando, assim uma efetiva igualdade de oportunidades para os diferentes grupos étnico-culturais aí presentes*” (Idem, 2007, p.372). Esta autora defende ainda que as desigualdades devem-se “*(...) não só à própria herança individual, cultural e social dos alunos, mas também ao próprio sistema organizacional e curricular, à formação e expectativas dos professores e à cultura dominante na escola*” (Idem, 2007, p.372).

Torna-se, pois, necessário introduzir na escola “*estratégias e intervenções educativo/pedagógicas e curriculares interculturais, onde permaneçam disposições contra a discriminação, uma formação adequada dos professores, metodologias e práticas adequadas às necessidades individuais das crianças e uma melhor comunicação entre a escola, a família e a sociedade*” (Idem, 2007, p.373). Na verdade, todos estes fatores poderão, segundo Natália Ramos, desempenhar um papel importante na prevenção do insucesso escolar e das patologias que podem estar na sua origem e ainda na promoção da autoestima e bem-estar dos jovens e das famílias discriminadas. Neste sentido, uma sociedade multicultural como a nossa, que tende a caminhar para a interculturalidade “*necessita de uma nova abordagem de cidadania para as populações autóctones e migrantes, que incorpore a dinâmica da mudança, da diversidade cultural e os princípios fundamentais dos direitos humanos, em estratégias e políticas que promovam o desenvolvimento humano, a educação, a igualdade de oportunidades, a inclusão e o pleno acesso à cidadania de todos os indivíduos*” (Idem, 2007, p.373).

Na verdade, não basta o mero contacto entre culturas, não basta o multiculturalismo, mas é preciso que haja interculturalismo, ou seja, a relação pacífica entre as diferentes culturas. Ao que tudo indica foi apenas na década de 90 que as questões multiculturais ganharam expressão em Portugal. De acordo com Carlinda Leite foi apenas neste período que foi reconhecido o movimento pedagógico que vinha há anos a apontar para a necessidade de se instituir uma pedagogia diferenciada capaz de, numa educação comum, gerar sucesso para todos. Foram também desta década, um conjunto de medidas e de projetos¹⁸ que pretendiam encontrar formas adequadas para lidar com a diversidade entendendo-a não como um obstáculo, mas sim como

¹⁸ A autora não faz referência às medidas e aos projetos efetuados.

uma oportunidade de evolução e enriquecimento das sociedades. Seja como for, e apesar da existência destas medidas, a verdade é que, chegados aos inícios do séc. XXI e, sendo as escolas cada vez mais multiculturais, parece que a atenção dada a estas questões está de novo a esmorecer. Como menciona a autora, *“não têm surgido na atualidade políticas de administração educacional, projetos e medidas capazes de trazerem para o foco da atenção as novas situações que passaram a caracterizar a população escolar* (Leite in Bizarro, 2007, p.40).

Ao contrário do que defende Clarinda Leite, Ana Mendes sustenta a ideia de que, o multiculturalismo é uma das questões mais glosadas nos dias de hoje admitindo *“ (...) que se trata de uma característica emergente, quer da sociedade, quer da escola em Portugal* (Mendes in Bizarro, 2006, p.133). Esta autora diz ainda que, o multiculturalismo, apesar de ser uma problemática debatida pelos especialistas da atualidade, estes continuam a entender as culturas como realidades homogêneas¹⁹. Ana Mendes procura demonstrar, nos seus trabalhos, como é que este pressuposto da homogeneidade cultural, de um indivíduo ou de um grupo, poderá viciar à partida o entendimento das relações interculturais.

De qualquer modo, o multiculturalismo crescente em Portugal obriga-nos a repensar no papel da escola como meio de socialização e de integração dos diferentes grupos socioculturais que habitam entre nós. Mas será que a escola tem conseguido exercer com sucesso esta função? Como reitera Ana Mendes, *“o universo da educação em Portugal esqueceu durante muito tempo, pelo menos na prática, que haveria de tirar ilações pedagógicas e didáticas da diversidade linguística e cultural de um número crescente dos alunos nos diferentes graus de ensino”* (Idem, 2006, p.135). Perante uma população estudantil multicultural e com tendência a aumentar de número nos próximos anos torna-se insustentável que as nossas estratégias educativas continuem a pender para uma perspetiva assimilacionista²⁰. Mas, mais do que discutirmos se as nossas escolas são capazes ou não de tratar convenientemente este multiculturalismo, importa saber *“como gerir este processo histórico sem pôr em causa os valores de coesão social entre os diferentes grupos sociais existentes”* (Zapatero in Bizarro, 2006, p.135).

¹⁹ Entendemos que as diversas culturas não são de todo homogêneas. Tratam-se de culturas heterogêneas que devem saber conviver respeitando-se nas suas diferenças.

²⁰ Apesar de nos últimos anos começarem a ser contempladas outras realidades culturais, nomeadamente, ao nível da etnia cigana, dos países africanos ou asiáticos.

Neste sentido, ao abordar a escola deveremos fazê-lo de uma forma ampla. Na verdade, mais do que reprodutora, a escola deverá começar a ser, ela própria, produtora de uma sociedade nova, diferente, mais humanizada, que privilegie, no seu programa de ação, os valores consignados na Declaração dos Direitos Humanos e que desenvolva, verdadeiramente, capacidades de cidadania e de intervenção. A diversidade que marca a escola de hoje constitui uma mais-valia que pode e deve ser trabalhada enquanto tal. Como refere Bizarro é importante que as escolas sejam conhecidas e entendidas *“desde que o respeito pelo ser humano ocupe no seu âmago o lugar de trave-mestra que se impõe neste século XXI”* (Bizarro, 2009, p.245). Efetivamente, para falarmos dos *“outros”* e das suas culturas, deveremos começar a olhar para nós próprios e para os encontros que estamos a manter com o *“outro”*. Os encontros pluriculturais existem no quotidiano português desde há longos anos. Urge torná-los experiências interculturais que promovam o conhecimento e o respeito do *“outro”* para também promoverem um maior conhecimento e respeito por nós próprios. A presença entre nós de cidadãos oriundos de outros territórios geográficos, mas também de outras culturas e de línguas maternas diversificadas é indelével e deve ser tido em conta no momento, por exemplo, de equacionar as políticas educativas pelas quais nos queremos reger. Sabe-se que, desde os anos 70 do século XX, a Comissão Europeia se preocupa, de modo claro, com esta temática convidando os Estados Membros a promoverem a integração nos seus sistemas educativos de jovens estrangeiros, aconselhando a que lhes fosse dada a possibilidade de manterem ligações linguísticas e culturais com os países de origem. A partir dos anos 80 do mesmo século, nas recomendações emanadas por esta Comissão, substitui-se o termo *“multicultural”* pelo termo *“intercultural”*, na certeza de que, hoje, interessa realçar e promover a interação entre os grupos, mais do que as multivivências culturais. É este o desafio que se nos impõe. Como fazer conviver, interagir, colaborar, cooperar na escola com crianças, adolescentes, adultos de origem diversificada, na base do esforço do entendimento mútuo, para que as disparidades sociais, educativas e formativas não agudizem fenómenos como os da guetização ou da pertença a *gangs* ou, até, da segregação? Que medidas de âmbito relacional se poderão promover para que não se fique num mero *“(...) contacto entre culturas (...)”* (Leite in Bizarro, 2009, p. 250)? Que processos está a escola a implementar, para que todos os que nela coabitam aprendam a ser e aprendam a viver juntos e com os outros? Não nos esqueçamos além do mais que a diversidade não se afirma só quando coexistem, num determinado espaço e num determinado tempo,

peessoas de etnias ou de línguas maternas distintas. Ela está presente sob várias formas e de múltiplas manifestações.

Assim sendo, como microcosmos que reflete a sociedade em que se insere, a escola de hoje não deixa de evidenciar essas marcas de diversidade que urge transformar em mais-valias e não em fatores de conflitualidade ou de ostracização. Se conflitos há - e as tensões entre o diverso são também uma realidade repetidamente emergente - haverá que os encarar e tentar explicar, para que desapareçam as causas e não apenas as consequências. E há que dotar a escola com meios para esta poder agir com eficácia. Na verdade, a escola deveria “ (...) *poder apostar na valorização da educação intercultural, debatendo a diferença, inquirendo as razões que prefiguram e configuram a heterogeneidade, combatendo o isolamento, o ostracismo, a opressão e a assimilação, fomentando o dinamismo inter-relacional*” (Idem, 2009, p.251). Entendida por Edgar Morin como um dos pilares da educação do futuro e do presente, a educação intercultural tem como objetivo “ (...) *a compreensão mútua entre os seres humanos, quer próximos, quer estranhos sem anular as diferenças negativas, mas fazendo ressaltar as potencialidades de crescimento para todos, no convívio e na inquirição das razões que estão por detrás das diferenças*” (Morin in Bizarro, 2009, p. 252). Desenvolvida ao longo de toda a escolaridade, “*a educação intercultural viabilizará o conhecimento e a compreensão mútuos, o combate aos preconceitos e a neutralização de estereótipos negativos, operando contra o racismo, a xenofobia, a opressão, a assimilação e o desprezo pelo outro*” (Idem, 2009, p.252). Assim, esta educação não pretende aniquilar culturas nem a do “*outro*” nem a “*nossa*”, nem pretende homogeneizar, mas pretende sim, mostrar que, na diferença, podemos ser iguais em direitos e em deveres. Urge portanto não menosprezar os conhecimentos pré-adquiridos que os diferentes alunos trazem para a escola; envolver mais os encarregados de educação levando-os a entender e a respeitar o papel do professor e dos demais agentes educativos e do próprio sistema educativo. Tal como defende Morin é necessário “*levar a escola a abrir-se ao diálogo, sem traumatismos nem medos*” (Idem, 2009, p.253). É urgente que toda a comunidade educativa sem exceção compreenda que, “*quelle que soit sa forme, la ségrégation scolaire affaiblit la capacité du système éducatif à atteindre l’un de ses principaux objectifs, à savoir le développement de l’inclusion sociale, d’amitiés et de liens sociétaux entre les enfants de migrants et les autres. (...) En règle générale, plus de politiques éducatives neutralisent la ségrégation de fait des élèves immigrants sous toutes ses formes, meilleure est l’expérience scolaire*” (Rutter in Bizarro, 2009, p. 253).

Em suma, a dedicação da escola à educação multicultural deve estar refletida na sua filosofia, objetivos e na afirmação oficial dos seus princípios educativos. Cardenas e Zamora defendem que as escolas, ou melhor, defendem que os alunos são capazes de entender e de ter sucesso no pluralismo cultural. Defendem ainda que este pluralismo cultural pode ser uma finalidade educativa positiva pois, na diferença, poderá partilhar-se o que há de melhor entre as culturas: a riqueza da diversidade.

3.2. Os Programas: Reflexos de Multiculturalismo?

Como já mencionamos, em sociedades fortemente marcadas pelas diferenças económicas, sociais e culturais, que desejam caminhar no sentido de aumentar a justiça social, é tarefa inadiável que todos os agentes educativos se envolvam no debate sobre as questões da igualdade e da desigualdade, para que, coletivamente, se procurem meios para se concretizar uma educação escolar estruturada em ideais democráticos. Tal como defende Bizarro, “*cada criança, jovem ou adulto deverá adquirir conhecimentos e desenvolver competências intelectuais e sociais importantes para o exercício da cidadania tendo como pano de fundo e de acordo com os princípios de Paulo Freire a necessidade de se ‘ser mais gente’*”²¹ (Leite in Bizarro, 2007, p. 36).

Neste sentido, consideramos a escola uma das instituições mais indicadas para desenvolver contextos igualitários e onde se poderá aprender a viver numa sociedade caracterizada pela diversidade. Tal como refere o relatório da UNESCO para o século XXI, a escola é um lugar onde se aprende “*(...) a viver juntos e a viver com os outros*” (Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, 1998, p.96). Para Carlinda Leite, a presença nas escolas de crianças, jovens e adultos pertencentes a diferentes grupos proporciona situações de contacto, que podem constituir a base da aprendizagem e da comunicação intercultural. No entanto, para isto é necessário que este contacto se faça num contexto igualitário. A criação deste contexto igualitário parece ser crucial como ponto de partida para o desenvolvimento de uma vivência entre as diversas culturas. Assim, a

²¹ “*Ser mais gente*” é para Paulo Freire o reconhecimento do ser humano no seu todo. Um reconhecimento que deve ser feito por todos de forma justa e indiscriminada.

escolarização comum de grupos diferentes²² tem sido considerada uma das condições que pode promover a aprendizagem da comunicação intercultural, embora esta, por si só, e como é evidente, não esteja garantida. De facto, a escola, sendo o lugar privilegiado de coeducação e admitindo que nela as crianças e os jovens pertencem todos à mesma classe, isto é, são todos estudantes, se forem criadas condições de comunicação real podem ser possíveis situações de partilha de experiências culturais que são mais difíceis de existir em instituições de outro tipo.

No entanto, como nos lembra Connel, para que ocorra esta comunicação intercultural é necessário que, o currículo configurado e desenvolvido nos espaços escolares seja contra-hegemónico e assente numa “teoria da justiça curricular”. Ou seja, não se ambiciona valorizar a cultura e os valores das minorias em desfavor da cultura e dos valores dominantes, mas, sobretudo, pretende-se o desenvolvimento e o recurso a práticas que integrem a diversidade, permitindo a cada um, o reconhecimento de si e dos outros.

Entendido como um *“conjunto de estudos que orienta o modo de transmissão do conhecimento e estimula o desejo do saber, bem como a interiorização do comportamento e/ou atitudes consentâneas ao conhecimento adquirido”* (Nobles in La Brec, 2000, p.14), o currículo é um processo determinante no que diz respeito à integração e inclusão social. Isto porque, se o currículo for determinado pela cultura dominante, os alunos percebem que os comportamentos, ideias, hábitos e valores dos *“outros”* não são tão legítimos ou importantes. Nobles aponta, assim, para a necessidade de um núcleo curricular para todos que seja capaz de se dirigir às diversas culturas. Este autor diz ainda que, *“com efeito precisamos de trabalhar na construção de uma sociedade monoliterata, utilizando processos e métodos culturais dos alunos na sua escola”* (Nobles in La Brec, 2000, p. 14). Por sua vez, Asante defende que as origens culturais dos alunos numa determinada escola têm de se refletir no currículo. Ele acredita que o currículo das escolas deve refletir a diversidade da sua população escolar, quer ela inclua portugueses, pessoas de origem africana, ucraniana, cigana²³, quer qualquer outro grupo étnico ou cultural (*Idem*, 2000, p.14). Assim, é necessário fazer mudanças no currículo, de modo a que as necessidades da população estudantil culturalmente diversificada sejam contempladas, compreendidas e aceites. Acima de tudo, afirma Lynch que *“os professores devem empenhar-se na interação com todas as culturas presentes na sala de aula, seja no trabalho de conteúdos,*

²² Esta tendência pode estar em contracorrente face às políticas educativas hoje defendidas, sobretudo, em Portugal. Por exemplo, as turmas de nível, onde os estudantes são agrupados, tendo em consideração as suas aptidões e destrezas cognitivas poderão ser contrárias a este princípio.

²³ Referenciamos estes grupos, pois são os que mais refletem o multiculturalismo em Portugal.

seja no estilo, na linguagem, nas abordagens e motivações, na avaliação e nos elogios, enfim, tudo o que caracteriza uma prática ou um método de ensino” (Lynch in La Brec, 2000, p. 20). Banks recomenda ainda que *“o currículo e as práticas de ensino sejam um reflexo dos estilos de aprendizagem étnicos locais (...)”* (Banks in La Brec, 2000, p.20). Weis, por seu turno, refere que *“mais do que mudar os pais e os alunos, deve ser o pessoal que trabalha na escola a aprender a valorizar a cultura de origem e a adaptar-se a estratégias de aprendizagem culturalmente específicas, que sejam solicitadas por alunos de culturas não dominantes”* (Weis in La Brec, 2000, p.21).

Efetivamente, o currículo oficial materializado nos diversos programas disciplinares (neste caso concreto, das disciplinas de História e de Geografia) deve apresentar uma estrutura aberta e flexível, que permita ao professor adaptar os diversos conteúdos temáticos às características multiculturais das turmas. Assim, o docente, segundo uma perspetiva construtivista do conhecimento deve solicitar a participação dos estudantes, no sentido de cada um poder partilhar as suas próprias heranças culturais. Acreditamos, pois, que a participação é uma das chaves para o desenvolvimento da comunicação intercultural. Não se trata de uma participação que faça dos grupos minoritários focos de atenção enquanto objetos de estudo, mas sim de uma participação sustentada em situações de igualdade e, na qual, cada um dos grupos se reconhece, se sente reconhecido, ao mesmo tempo que conhece os outros. Não é, de maneira nenhuma, uma participação assente na tolerância ou assente numa atitude piedosa face à diferença, mas deve ser, antes de mais, uma participação estruturada em *“processos de interação que promovam pontes entre culturas”* (Leite in Bizarro, 2007, p.38). A escola, mais do que transmitir um conjunto rígido de conhecimentos, deve ser *“inteligente”*, ou seja, deve ter a capacidade de se adaptar e de ensinar os alunos a aceitarem e a conviverem com as diferenças (Perrenoud in Silva & Ferreira, 2000).

Assim sendo, a *“educação deverá reconhecer e responder às várias necessidades dos alunos culturalmente diversificados”* (Banks in La Brec, 2000, p.13). Como resultado desta *“educação multicultural, todos os alunos deixarão as escolas com os conhecimentos, capacidades e atitudes que lhes permitam atuar produtivamente nas respetivas culturas individuais, na cultura dominante e noutras onde possam ser inseridos”* (Idem, 2000, p.13). É neste sentido que nos parece fundamental refletir sobre se os currículos atuais facultam abordagens temáticas multiculturais.

Deste modo, urge agora analisar os conteúdos programáticos, para se perceber em que momentos são contemplados conteúdos sobre a diversidade cultural, ou conteúdos que se aproximem deste tema, quer no Programa de Ensino Secundário de Geografia A, quer no de História A. Observemos o seguinte quadro, que diz respeito ao Programa de Geografia A.

Quadro 1 - Conteúdos do Programa de Ensino Secundário de Geografia A

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DE D.C. NO PROGRAMA DE GEOGRAFIA A	
10º Ano	Conteúdos sobre a D.C.
<p><i>Módulo inicial</i> - A posição de Portugal na Europa e no Mundo</p> <p>1. A população, utilizadora de recursos e organizadora de espaços</p> <p>1.1. A população: evolução e diferenças regionais</p> <p>1.2. A distribuição da população</p> <p>2. Os recursos naturais de que a população dispõe: usos, limites e potencialidades</p> <p>2.1. Os recursos do subsolo</p> <p>2.2. A radiação solar</p> <p>2.3. Os recursos hídricos</p> <p>2.4. Os recursos marítimos</p>	<p>1.1.A população: evolução e diferenças regionais</p> <p>1.1.1.A evolução da população na 2ª metade do século XX</p> <p>1.1.4.O rejuvenescimento e a valorização da população</p> <p>1.2.A distribuição da população</p> <p>1.2.2.Os problemas na distribuição da população</p>
11º Ano	Conteúdos sobre a D.C
<p>3. Os espaços organizados pela população</p> <p>3.1. As áreas rurais em mudança</p> <p>3.2. As áreas urbanas: organização e dinâmica internas</p> <p>3.3. A rede urbana e as novas relações cidade-campo</p> <p>4. A população, como se movimenta e como comunica</p> <p>4.1. A diversidade de modos de transporte e a desigualdade espacial das redes</p> <p>4.2. A revolução das telecomunicações e o seu impacto nas relações inter-territoriais</p> <p>4.3. Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população</p> <p>5. A integração de Portugal na União Europeia: novos desafios, novas oportunidades</p>	<p>3.Os espaços organizados pela população</p> <p>4.3.Os transportes e as comunicações e a qualidade de vida da população</p> <p>4.3.1.A multiplicidade dos espaços de vivência</p> <p>5.A integração de Portugal na União Europeia: novos desafios, novas oportunidades</p>

5.1. Os desafios para Portugal do alargamento da União Europeia 5.2. A valorização ambiental em Portugal e a Política Ambiental Comunitária 5.3. As regiões portuguesas no contexto das políticas regionais da União Europeia # Estudo de Caso	
---	--

Como podemos observar na análise do quadro (quadro 1), nos módulos um, três, quatro e cinco podem ser lecionadas aulas sobre a diversidade cultural. Todavia, na disciplina de Geografia no ensino secundário, a temática da diversidade cultural não aparece contemplada como conteúdo temático, apenas pode ser abordada pelo professor, caso este assim o entenda, em articulação com os diversos conteúdos em análise.

Neste sentido, no módulo um, a temática da diversidade cultural pode ser debatida, no momento em que se analisa a evolução da população portuguesa e o seu rejuvenescimento. Por exemplo, esta temática pode introduzir-se, aquando do estudo dos imigrantes em Portugal. Os alunos terão oportunidade de compreender que estes imigrantes contribuíram para rejuvenescer a população portuguesa, ao mesmo tempo que modificaram o ambiente cultural do país: falavam outras línguas, tinham outras crenças, outros hábitos, usos e costumes, entre outros aspetos. Ainda no primeiro módulo, os docentes podem solicitar aos estudantes que façam um levantamento estatístico da população de uma determinada área geográfica. Ao mesmo tempo que estudam a distribuição da população portuguesa, os alunos podem compreender a sua composição, ao nível, por exemplo, da diversidade cultural que a caracteriza²⁴.

Seguem-se os módulos três e quatro que, aparentemente, não estão, de forma alguma, relacionados com a diversidade cultural. Todavia, o professor de Geografia pode lecionar as aulas acerca dos espaços rurais e urbanos, abordando a forma como os indivíduos ocupam o espaço físico, agrupando-se segundo o estatuto socioeconómico, mas também tendo em consideração os aspetos culturais que os aproximam ou distanciam. Por exemplo, os estudantes podem realizar um trabalho de campo, no sentido de observarem estas características no território, tais como: os agrupamentos ciganos, as casas ocupadas (normalmente, ilhas) pelos imigrantes oriundos do Leste europeu, entre tantos outros exemplos.

²⁴ Foi esta a tarefa que foi solicitada aos estudantes. A cada par de alunos foi atribuído um concelho do país e estes tiveram de efetuar um levantamento estatístico, que os ajudassem a caracterizar os respetivos habitantes, sob o ponto de vista da diversidade cultural.

Por último, aquando das aulas lecionadas sobre a integração de Portugal na União Europeia (UE), os estudantes devem compreender que, entre os inúmeros desafios e consequências desta adesão, Portugal, tal como os demais países, recebeu imigrantes oriundos dos mais diversos países do mundo. Estas pessoas trouxeram consigo novos padrões culturais que certamente tiveram impactos significativos para as populações locais.

Em síntese, tivemos oportunidade de compreender que o Programa de Geografia A do Ensino Secundário não contempla a temática da diversidade cultural, de forma clara e objetiva. Este tema foi apenas recentemente introduzido no 8ºano de escolaridade. No entanto, o professor de Geografia perante o Programa, que se pretende que seja um documento aberto, flexível e orientador pode solicitar que os estudantes façam o estudo da diversidade cultural, nos diversos módulos apresentados. Entendemos que esta abordagem poderá ser realizada de uma forma mais coerente no módulo acerca da população portuguesa. De seguida, observemos o quadro que se segue, que diz respeito ao Programa de História A do Ensino Secundário.

Quadro 2 - Conteúdos Programáticos de Diversidade Cultural no Programa de História A de Ensino Secundário

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DE D.C. NO PROGRAMA DE HISTÓRIA A
10º Ano
<p>Módulo Inicial - Estudar/Aprender História</p> <p>A História: tempos e espaços</p> <ul style="list-style-type: none"> - Permutas culturais e simultaneidade de culturas <p>Módulo 3 - A abertura europeia ao mundo - mutações nos conhecimentos, sensibilidades e valores nos séculos XV e XVI</p> <p>4. A renovação da espiritualidade e religiosidade</p> <p>4.1. A Reforma Protestante</p> <ul style="list-style-type: none"> - Individualismo religioso e críticas à Igreja Católica. A ruptura teológica - As igrejas reformadas <p>4.2. Contra Reforma e Reforma Católica</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reafirmação do dogma e do culto tradicional - A reforma disciplinar; o combate ideológico - O impacto da reforma católica na sociedade portuguesa <p>5. As novas representações da humanidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - O encontro de culturas e as dificuldades de aceitação do princípio da unidade do género humano: evangelização e escravização; os antecedentes da defesa dos direitos humanos
12º Ano
<p>Módulo 8 - Portugal e o Mundo da Segunda Guerra Mundial ao Início da Década de 80 - Opções Internas e Contexto Internacional</p> <p>3. As transformações sociais e culturais do terceiro quartel do século XX</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alterações na estrutura social e nos comportamentos: a terciarização da sociedade; os anos 60 e a gestação de uma nova mentalidade - procura de novos referentes ideológicos, contestação juvenil, afirmação dos direitos da mulher <p>Módulo 9 - Alterações Geoestratégicas, Tensões Políticas e Transformações Socioculturais no Mundo Actual</p> <p>1. O fim do sistema internacional da Guerra Fria e a persistência da dicotomia Norte-Sul</p> <p>1.3. Permanência de focos de tensão em regiões periféricas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Nacionalismo e confrontos políticos e religiosos no Médio Oriente e nos Balcãs <p>2. A viragem para uma outra era</p> <p>2.1. Mutações sociopolíticas e novo modelo económico</p> <ul style="list-style-type: none"> - O debate do Estado-Nação; a explosão das realidades étnicas; as questões transnacionais: migrações, segurança, ambiente

Como podemos observar na análise do quadro (quadro 2), nos módulos inicial, três, oito e nove podem ser lecionadas aulas acerca da diversidade cultural. Contudo, na disciplina de História, tal como acontece em Geografia, a temática da diversidade cultural não aparece contemplada como conteúdo temático²⁵. No entanto, na disciplina de História, o estudo das diversas civilizações ao longo do tempo histórico pode permitir que os estudantes compreendam que os valores, as crenças, as práticas, as religiões, os usos e os costumes variam de acordo com os espaços e com o tempo considerados.

Assim, no módulo inicial, o professor deve abordar em conjunto com os alunos, as diferentes temáticas propostas pelo Programa sugerindo, por exemplo, a elaboração de trabalhos de grupo. Alguns alunos podem estudar, entre os diversos conteúdos, as permutas e a simultaneidade de culturas num determinado período histórico ou ao longo da própria História da Humanidade.

No módulo três, a diversidade cultural pode ser estudada no ponto quatro, quando se aprende, pela primeira vez na disciplina, o aparecimento das igrejas protestantes. Os discentes devem perceber as ideias, princípios e valores defendidos pelas diversas igrejas. Em última instância, poderão refletir na diversidade de crenças religiosas que coexistiam no século XVI e também na atualidade. Ainda neste módulo, mas no ponto cinco, os alunos poderão compreender o “*outro*” africano, oriental e brasileiro no período da expansão marítima portuguesa. Mais, estes terão oportunidade de analisar os textos da época, nos quais os navegadores portugueses descrevem detalhadamente e com estranheza os pormenores dos habitantes das regiões contatadas. O professor de História pode solicitar que os alunos elaborem uma reflexão ou um comentário acerca dos ditos textos, dando ainda as suas opiniões quanto aos contactos que todos nós estabelecemos no presente com as mais variadas pessoas²⁶.

De seguida, a temática da diversidade cultural poderá ser lecionada no ponto três do módulo oito, quando se efetua um estudo acerca das transformações sociais e culturais do século XX. Apesar de ser uma abordagem geral, os estudantes terão possibilidade de entender que existem transformações sociais e culturais significativas na sociedade, graças ao advento de novos princípios, valores e ideais em relação à vida individual e coletiva.

²⁵ Embora não seja reconhecida como conteúdo temático, a interculturalidade é um conceito chave do programa desta disciplina, pelo que pode ser alvo de avaliação no exame nacional do 12ºano.

²⁶ Foi este trabalho que foi solicitado aos estudantes para estes realizarem individualmente.

Por fim, no módulo nove, o estudo das migrações e a consciência das diversas realidades étnicas, deverão despertar os alunos para o entendimento dos pressupostos teóricos e práticos relacionados com a diversidade cultural. Este último módulo deve proporcionar que esta reflexão se faça para o tempo presente²⁷.

Em jeito de síntese espera-se que os estudantes de História pelo estudo destas temáticas fiquem sensibilizados para as questões da diversidade cultural, tão características das sociedades contemporâneas. Embora o Programa não sugira o estudo específico da diversidade cultural, o professor de História tem a oportunidade de lecionar tais conteúdos, beneficiando da análise social e cultural, dos diferentes grupos e civilizações humanas estudados pela disciplina de História. A História, mais do que a Geografia, estuda diversas civilizações, com diferentes pressupostos culturais. O docente possui a árdua tarefa de alertar os discentes para estas temáticas, aprofundando-as do ponto de vista teórico e prático.

3.3. A Educação Intercultural e a Formação de Professores

Tendo por base todos os pressupostos teóricos defendidos, é evidente e demasiado óbvio que o tema da educação intercultural continua a ser um tema atual. De facto, o mundo em que vivemos é cada vez mais complexo e multicultural. Um mundo em que as migrações são um fenómeno global, em que os grupos minoritários reclamam o direito à diferença, mas que, ao mesmo tempo, sofrem com as consequências da homogeneização. Aprender a viver em comum com a pluralidade de ideias e a diversidade de culturas e de identidades é cada vez mais complexo, mas é também cada vez mais comum. A escola e os professores são, hoje, confrontados com novos desafios e problemas provocados, em boa medida, por aquilo que se designa de globalização. Aceleradora das migrações humanas, a globalização acentua a necessidade de aprofundar a reflexão sócio antropológica em torno das questões étnicas e culturais e, neste contexto, é imperioso repensar o papel da escola e, singularmente, a ação dos professores.

Efetivamente, todos os dias somos confrontados com estereótipos e preconceitos, com manifestações de intolerância, marginalização, racismo, xenofobia, exclusão nos mais variados

²⁷ Para fins de trabalho prático, o estudo acerca da diversidade cultural, como já referimos, foi solicitado aos alunos do 10ºano de escolaridade, no módulo três, ponto cinco. Este estudo poderia também ter sido solicitado aos estudantes do 12ºano, todavia, como a análise em Geografia foi elaborada pelos estudantes do 10ºano, a de História foi realizada por alunos do mesmo nível de escolaridade.

espaços sociais e, inclusive, na escola. Torna-se urgente (re) inventar uma nova realidade política, social e educativa. Esta nova ordem social exige perspectivas críticas inovadoras, nomeadamente, no campo da educação, que nos ajudem a encontrar respostas a questões²⁸ relacionadas com a inovação pedagógica, com a construção de projetos interdisciplinares e, sobretudo, com a formação de professores. Entendemos que todos trazemos connosco o território e a cultura onde nascemos, mas também todos possuímos uma capacidade ilimitada para aprender a conviver e a viver com os outros. É, neste contexto, que tem sentido interrogarmo-nos sobre o nosso posicionamento ético em relação aos “outros” e a nós mesmos.

Com base nestes pressupostos, é necessário melhorar a qualidade da educação, adaptando-a às características socioculturais dos diferentes estudantes. É neste âmbito que emerge a necessidade de refletir a prática pedagógica em contexto multicultural. De facto, em contextos diversificados é necessário que os professores, juntamente com outros parceiros educativos, continuem a investigar e a questionar os atuais modelos de integração e de formação (inicial e contínua) e que as reformas introduzidas no atual sistema educativo abram novos espaços para a diversidade. Para Peres, só “*com uma pedagogia de abertura que permita viver os conhecimentos e conhecer as vivências é que poderemos mergulhar na magia e na aventura do agir comunicacional, apostando na negociação de sentidos e significados*” (Peres, in Bizarro, 2006, p. 125). É neste contexto que Besalú Costa refere que é preciso “*educar a partir de um novo paradigma educativo*” (Costa, in Bizarro, 2006, p. 126).

Neste contexto, defende-se uma formação contínua²⁹ do professor como um espaço e tempo de reflexão-investigação, repensando a escola e os contributos da pedagogia intercultural numa perspetiva praxiológica³⁰. Trata-se, como defende Peres, de implicar os professores na discussão sobre as suas vivências e carências no âmbito da educação intercultural. Partindo delas, e com base em modelos de referência, há que pensar criticamente que a escola não pode ser indiferente às diferenças, uma vez que o direito à diferença não pode servir para cobrir desigualdades e a problemática da luta contra o imperialismo é necessária, para que todos os educadores e professores possuam formação para a diversidade. Na verdade, não basta dizer que é urgente aprender a viver com a diferença, valorizando e aprendendo com ela. É imprescindível

²⁸ Para melhores esclarecimentos vejam-se as questões em causa com mais detalhe na página 121, da obra de Rosa Bizarro intitulada “*Como Abordar a Escola e a Diversidade Cultural*”.

²⁹ O autor neste sentido entende a formação contínua do professor como espaço e tempo de reflexão.

³⁰ O termo praxiológica advém do conceito praxiologia que, neste caso, diz respeito à ciência ou teoria epistemológica que estuda as ações humanas, o comportamento e as suas leis.

desenvolver práticas de acolhimento diferenciado com alternativas organizacionais e pedagógico-didáticas de ensino e de educação que integrem o “outro” de uma forma mais adequada. Para o mesmo autor é imperioso criar uma cultura de resistência face à cultura dominante “ (...) *que tendencialmente segrega, guetiza e exclui*” (Peres in Bizarro, 2006, p. 127).

Deste modo, “*o professor deverá repensar o seu estatuto, transformando-se num intelectual crítico com vista à construção da cidadania plena e à reconstrução da sociedade, numa perspectiva solidária. Este verdadeiro profissional deve assumir uma consciência moral, profissional e comunitária, lutando contra as desigualdades socioeconómicas e exclusões culturais em direção à emancipação individual e coletiva*” (Peres in Bizarro, 2006, p.127). Este profissionalismo a que o autor designa de profissionalidade é sustentada por Freire quando escreve que “ (...) *uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é proporcionar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque é capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque é capaz de reconhecer-se como objeto. A assunção de nós mesmos não significa a exclusão dos outros. É a outredade do não eu, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade do meu eu*” (Freire, 1999, p. 46). Com base nestes pressupostos entendemos que, qualquer proposta de formação de professores deve basear-se, tal como defende Peres “*na autonomia profissional dos docentes, construída em enfoques teóricos, técnicos e prático-reflexivos. (...) [o docente deve estar como] verdadeiro profissional, consciente e comprometido com a reconstrução de uma sociedade de cidadãos mais livres, justos, solidários e democráticos*” (Peres in Bizarro, 2006, p.128). De facto, Rosenshine refere que, os professores precisam de revelar atitudes positivas e grandes expectativas académicas relativamente a todos os alunos pertencentes às minorias étnico-culturais. Investigações indicam que “*certos comportamentos docentes, como o elogio dos alunos e a aceitação destes, estão positivamente relacionados com as suas prestações*” (Rosenshine in La Brec, 2000, p. 23). Por sua vez, Linch responsabiliza os professores dizendo que “*nem eles, nem os alunos, nem mesmo as escolas devem discriminar negativamente os alunos por causa das origens sociais e culturais destes. Mais do que isso, eles precisam de atingir o objetivo que visa aproximar todas as culturas nos conteúdos de aula, no estilo, na*

linguagem, nas abordagens e motivações, na avaliação e nas estratégias de recompensa utilizadas no ensino” (Lynch in La Brec, 2000, p. 23).

Estritamente relacionado com a necessidade de melhorar as atitudes, expectativas e interações dos professores com os alunos pertencentes a minorias étnicas, está todo um conjunto de estágios e programas de formação. Estes programas de formação podem ajudar os professores a compreender os alunos que são culturalmente “diferentes”. De facto, os docentes devem estar envolvidos em programas organizados para compreender e apoiar os objetivos multiculturais da respetiva escola, caso estes existam. Espera-se que estas medidas melhorem as interações entre alunos, professores e demais colaboradores, bem como o ambiente da escola e os valores éticos partilhados.

Para que isto ocorra teremos que reconhecer que o professor deverá assumir um lugar central nesta mudança de comportamento e de visão do mundo. É necessário que os docentes desenvolvam uma perceção ideológica, que lhes permita criar, adotar e modificar, de forma eficaz, os currículos e as abordagens de ensino, por forma a respeitarem e simultaneamente estimularem os educandos, oriundos de grupos culturais subalternizados e diversos. A formação de professores deverá ser capaz de sensibilizá-los, para que estes possam combater os seus próprios preconceitos sociais e compreender que a aprendizagem não se faz apenas em sentido único: deles para os alunos. Ela é de múltiplos sentidos: vertical e horizontal. Por isso há que apostar na aprendizagem cooperativa³¹, partindo do que o aluno já sabe, na sua própria língua ou em outras línguas, fazendo conexões entre novas informações e conhecimentos prévios sem contudo se isentar o professor de, também ele, proporcionar aos estudantes, os conhecimentos e as competências académicas que correspondem à sua atuação dentro da disciplina que ensina.

Peres vai ainda mais longe ao afirmar que *“para agir de uma forma verdadeiramente humana é necessário ir ao encontro do outro e viver a sua cultura, é necessário descobrir que as diferenças também existem em nós e que uns com os outros podemos transformar a realidade”* (Peres, in Bizarro, 2006, p. 129). Assim, a educação intercultural passa pela descoberta de nós próprios (identidade) e pelo reconhecimento do outro (alteridade), ou seja, passa por uma relação de interdependência entre todos os seres humanos. Insiste o mesmo autor que *“não basta ensinar conhecimentos sobre a diversidade humana, migrações, relações entre*

³¹ A aprendizagem cooperativa é entendida por Niquini como *“(…) uma proposta que orienta o trabalho dos professores que desejam oferecer aos alunos, uma formação que contemple não apenas a transmissão de conteúdos, mas o desenvolvimento de outras habilidades sociais como a comunicação, a cooperação, o trabalho em equipa, o pensar e o avaliar no coletivo”* (Niquini in Ludovino, 2012, p.18).

culturas, etnicidades, género, classe social ou modelos de educação multicultural, é imperioso que todos os parceiros educativos criem dispositivos de diferenciação pedagógica que permitam, aprender no dia-a-dia, a negociar de uma forma pacífica conflitos (encontros e desencontros de diferenças) promovendo os direitos humanos e desenvolvendo projetos comuns” (Idem, 2006, p.129). É neste modelo crítico de educação intercultural que, segundo Peres, os professores se devem apoiar tendo sempre presente que, “a educação e a formação de professores, passa pela consciência de que o aprender a viver juntos é talvez o grande desafio do nosso século” (Idem, 2006, p.129).

Em síntese, numa sociedade multifacetada como a nossa em que o multiculturalismo é uma constante, urge defender uma pedagogia que desafie os professores a trabalhar em prol do interculturalismo, uma vez que, *“temos o direito de ser iguais quando a diferença nos inferioriza e temos o direito a ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza”* (Machado in Bizarro, 2009, p. 256). Portanto, escola, currículos e professores devem estar adaptados às novas realidades, nomeadamente, às novas realidades étnico-culturais.

Capítulo 4 - A Geografia e os Reflexos de Multiculturalismo

4.1. Os Portugueses e os “*Outros*”

Referimos já inúmeras vezes que o multiculturalismo é um fenómeno que caracteriza o mundo inteiro e Portugal parece não ser exceção. A sociedade portuguesa quase sempre foi “*(...) permeável à migração das populações, o que conduz inevitavelmente à abertura ao multiculturalismo*” (Taylor, 1994, p. 49). De facto, as transformações ocorridas, sobretudo depois dos anos 70 do século XX, acentuaram-se com os movimentos migratórios que têm contribuído para alterar a composição da sociedade portuguesa e, particularmente, as populações escolares do nosso país.

Comunidades de etnia cigana, dos países da Europa do Leste e, mais recentemente, de todo o Oriente têm vindo a transformar social e culturalmente a sociedade portuguesa. Esta pluralidade de culturas não pode, de maneira nenhuma, ser ignorada pois dela resultam muitas vivências sociais e culturais que têm vindo a moldar todo o panorama social e cultural do país. Na verdade, este contexto multicultural suscitou-nos muito interesse, despertando ainda muita curiosidade nos estudantes de Geografia a quem, em simultâneo, se lecionaram aulas sobre estas questões, na temática relacionada com a distribuição da população portuguesa.

4.2. Trabalhos Empíricos sobre os Concelhos de Portugal

Tendo em consideração o interesse manifestado pelos diversos grupos culturais que coabitam entre nós, foi solicitado aos estudantes da turma do 10º ano de escolaridade, designadamente aos alunos da turma do 10º8 que fizessem um levantamento de vários indicadores estatísticos³². Os dados obtidos permitiriam compreender, se bem que de maneira grosseira³³, o multiculturalismo, quer no que diz respeito à sua distribuição espacial, quer à sua

³² Estes indicadores pareceram-nos ser os mais indicados para o estudo que se pretendia realizar. Estes resultaram de um levantamento exaustivo efetuado na página do Instituto Nacional de Estatística (INE).

³³ Estes dados permitem-nos efetuar uma leitura grosseira da realidade multicultural vivenciada nos diferentes concelhos do país, pois não se realizaram entrevistas, nem qualquer trabalho de campo que nos possibilitem entender este fenómeno com mais exatidão (por exemplo, existem muitos imigrantes clandestinos que não estão contemplados nos dados do INE, existem pessoas portadoras de várias religiões que simplesmente não respondem aos censos efetuados pelo Instituto Nacional de Estatística, entre outros aspetos).

dimensão numérica³⁴. O intuito seria que os discentes compreendessem a realidade multicultural de cada concelho. Neste sentido, foram dedicadas três aulas (de cinquenta minutos cada) que não foram contabilizadas para efeitos de estágio, onde foi explicado aos alunos a natureza e os objetivos do trabalho. Os estudantes foram agrupados em pares e selecionaram um concelho para posteriormente analisarem. Foi-lhes entregue um guião de trabalho³⁵, que em traços gerais explicava o modo de funcionamento do INE e um *template*³⁶ com quadros, gráficos e textos padrão. Os estudantes tiveram apenas que preencher os espaços em branco, respeitantes às informações específicas de cada concelho. Por fim, estes deveriam dissertar sobre os resultados obtidos elaborando, para isso, um pequeno comentário, onde evidenciassem as suas ideias acerca do multiculturalismo existente e sobre as relações sociais que lhe poderão estar associadas.

Neste sentido, os indicadores analisados foram os seguintes:

Quadro 3 - Indicadores Utilizados

Indicador 1: População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal
Indicador 2: População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal
Indicador 3: Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal
Indicador 4: População Residente com 15 e mais anos de idade (Nº) por Local de Residência (2011) e religião.

Quanto aos concelhos analisados procurou-se eleger localidades de diferentes regiões do país (do Litoral, do Interior e da faixa algarvia), de modo a que os discentes pudessem conceber

³⁴ Sabemos que compreender o processo de multiculturalismo implica muito mais do que uma análise estatística. De facto, temos consciência que este estudo não constitui um processo de investigação exaustivo sobre esta temática, mas sim um simples levantamento da realidade numérica sobre os habitantes estrangeiros em Portugal. Este levantamento sobretudo permitir-nos-ia compreender a perceção dos alunos em relação ao fenómeno do multiculturalismo.

³⁵ O guião de trabalho encontra-se no Anexo 8 deste relatório, na pág. 172.

³⁶ O template encontra-se no Anexo 9 deste relatório, na p. 175.

uma visão generalizada do território nacional. Elegeram-se ainda concelhos com uma dimensão semelhante³⁷ para que os resultados pudessem ser mais próximos e fidedignos entre si.

Observe-se no quadro que se segue os concelhos estudados:

Quadro 4 - Concelhos Analisados

LITORAL
(Distrito de Viana do Castelo) Vila Nova de Cerveira - 108,47 Km2/aprox. 9 Mil Hab; (Distrito do Porto) Vila do Conde - 149,03km2/aprox. 80 Mil Hab; (Distrito de Braga) Vila Verde - 228,67 km2/aprox. 50 Mil Hab; (Distrito de Aveiro) Ovar - 147,70 km2/aprox. 55 Mil Hab; (Distrito de Leiria) Marinha Grande - 187,25 Km2/aprox. 40 Mil Hab; (Distrito de Lisboa) Loures - 167,24 Km2/aprox. 200 Mil Hab;
INTERIOR
(Distrito de Bragança) Vila Flor - 265,81Km2/aprox. 7 Mil Hab; (Distrito de Viseu) Vila Nova de Paiva - 175,53 Km2/aprox. 5 Mil Hab; (Distrito da Guarda) Fornos de Algodres - 131,45Km2/aprox. 5 Mil Hab; (Distrito de Castelo Branco) Belmonte - 118,76Km2/aprox. 7 Mil Hab; (Distrito de Portalegre) Marvão - 154,90 Km2/ aprox. 4 Mil Hab;
FAIXA ALGARVIA
(Distrito de Faro) Portimão-182,08km2/aprox.60 Mil Hab; (Distrito de Faro) São Brás de Alportel-150,05Km2/aprox. 10 Mil Hab; (Distrito de Faro) Olhão-130,89 Km2/aprox. 45 Mil Hab;

4.2.1. Análise dos Resultados

Com base nos indicadores estudados, os alunos realizaram um conjunto de quadros e gráficos, a partir dos quais retiraram algumas ilações³⁸.

³⁷ Efetivamente tentou-se selecionar concelhos com um número próximo de habitantes. Todavia, tal não foi possível e, por este motivo, o intervalo oscila entre os 4 mil e 80 mil habitantes. Desta análise, excetua-se ainda o concelho de Loures que possui aproximadamente duzentos mil habitantes. Contudo, no interior do distrito de Lisboa, este era um dos concelhos com menor número de habitantes.

³⁸ Para consultar os trabalhos completos realizados pelos alunos veja-se o Anexo 7, na p. 130. Entendemos ser pertinente colocar no corpo do trabalho os gráficos, por estes permitirem uma leitura mais imediata e clara dos resultados obtidos.

Neste sentido, iremos apresentar alguns dos resultados obtidos pelos estudantes, a partir de alguns gráficos que estes elaboraram.

Assim, os alunos que estudaram o concelho de Vila Nova de Cerveira concluíram que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 9253 habitantes. Destes habitantes, 8681 eram de nacionalidade portuguesa e 262 eram de nacionalidade estrangeira. Deste modo, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 3%, sendo que 2,94% eram homens e 3,06% eram mulheres. Tais dados podem ser constatados no gráfico que se segue.

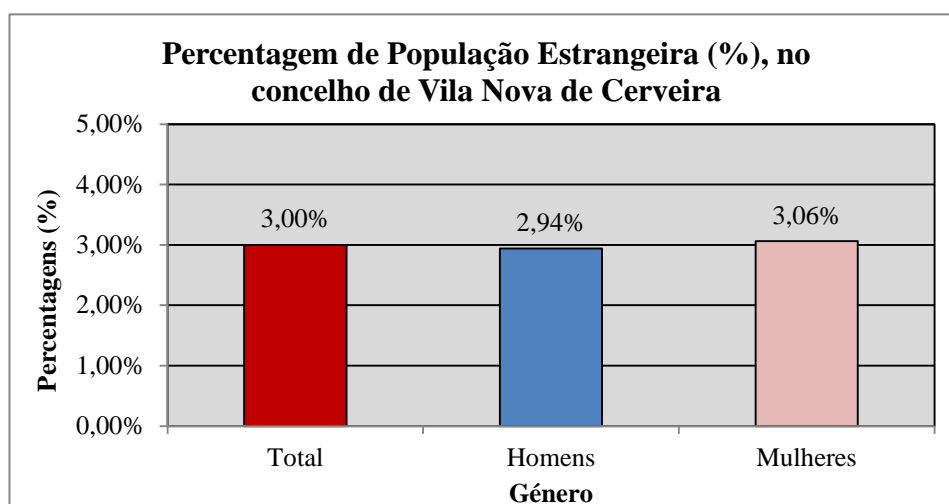


Gráfico 1- População Estrangeira de Vila Nova de Cerveira

Por último, os estudantes consideraram ainda que a população residente com quinze ou mais anos de idade perfazia um total de 8023 habitantes. Destes, cerca de 7084 pertenciam à religião católica, 267 afirmaram não possuir nenhuma religião e 509 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, não existindo ninguém pertencente à religião judaica. O gráfico que se segue evidencia estes dados.

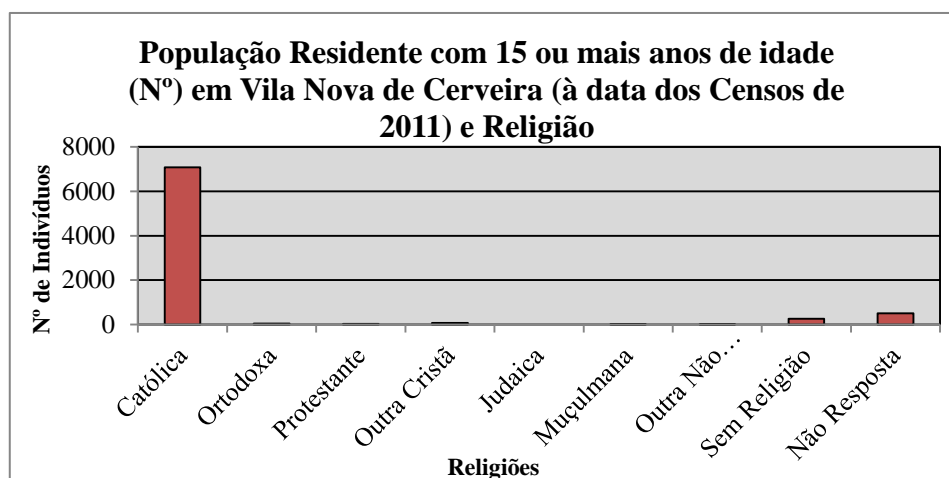


Gráfico 2- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (VNC)

Por sua vez, os alunos que analisaram o concelho de Vila do Conde consideraram que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 79533 habitantes. Destes habitantes, 77034 eram de nacionalidade portuguesa e 1142 eram de nacionalidade estrangeira. Deste modo, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 1,04%, sendo que 1,01% eram homens e 1,07% eram mulheres. Tais dados podem ser constatados no seguinte gráfico.

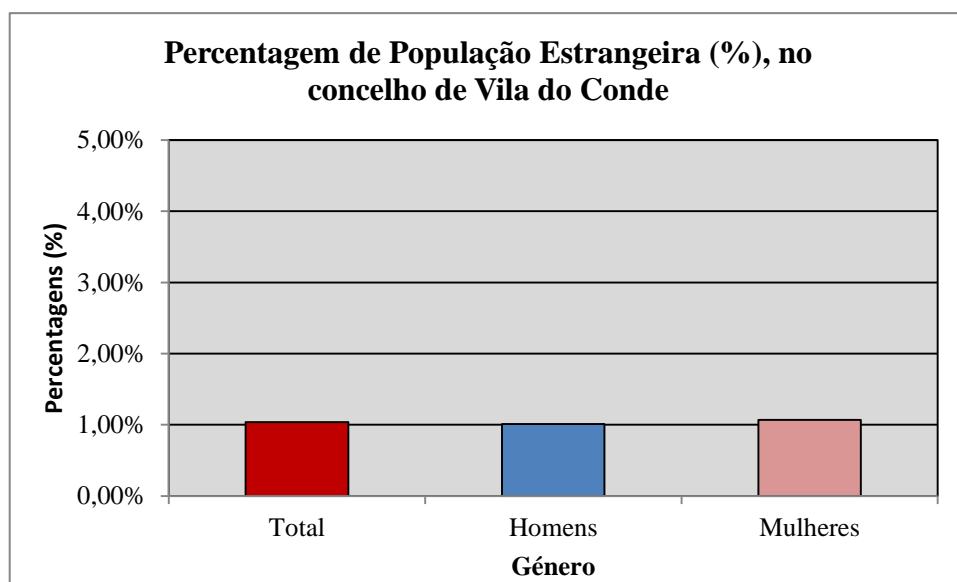


Gráfico 3- População Estrangeira de Vila do Conde

Por último, os estudantes entenderam ainda que a população residente com quinze ou mais anos de idade perfazia um total de 66602 habitantes. Destes, cerca de 59241 pertenciam à religião católica, 2468 afirmaram não possuir nenhuma religião e 3484 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, existindo apenas seis indivíduos pertencentes à religião judaica. O gráfico que se segue comprova estes dados.

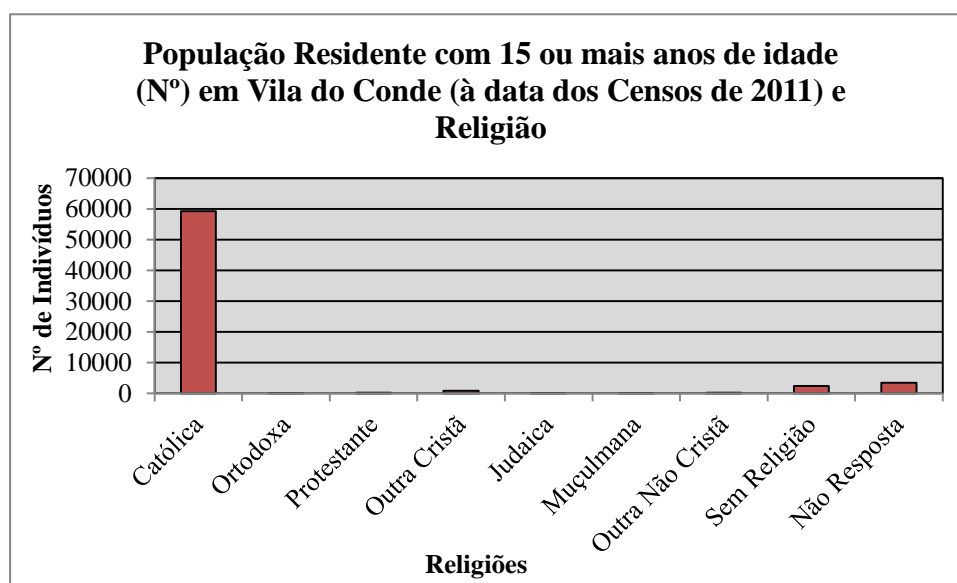


Gráfico 4- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (VC)

De seguida, os alunos que investigaram o concelho de Vila Verde concluíram que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 47888 habitantes. Destes habitantes, 46491 eram de nacionalidade portuguesa e 385 eram de nacionalidade estrangeira. Neste sentido, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 1,59%, sendo que 1,61% eram homens e 1,56% eram mulheres. Tais dados podem ser constatados no gráfico que se segue.

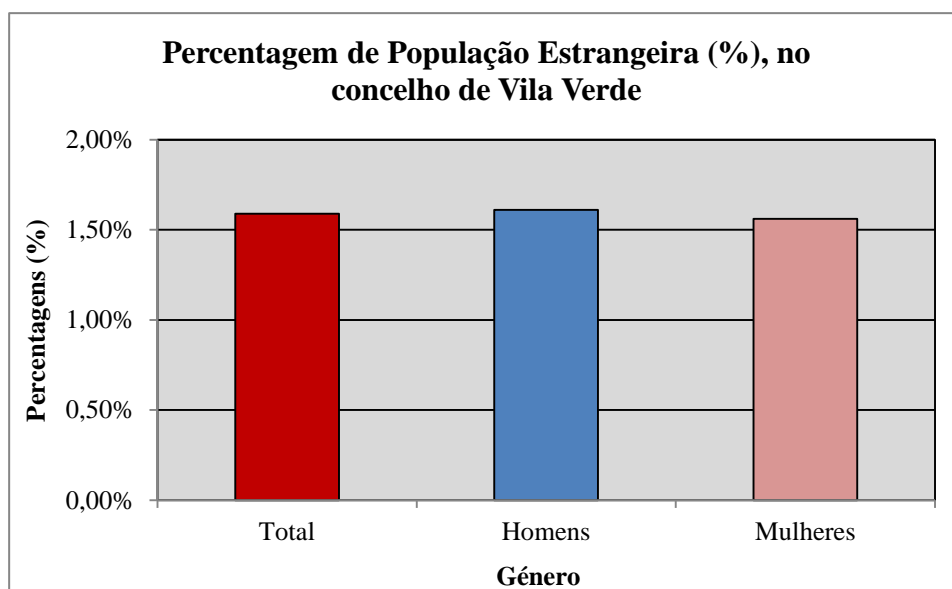


Gráfico 5- População Estrangeira de Vila Verde

Por fim, os estudantes concluíram ainda que a população residente com quinze ou mais anos de idade representava um total de 39890 habitantes. Destes, cerca de 37691 pertenciam à religião católica, 587 afirmaram não possuir nenhuma religião e 1347 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, existindo apenas cinco indivíduos pertencentes à religião judaica e muçulmana respetivamente. Veja-se o seguinte gráfico.

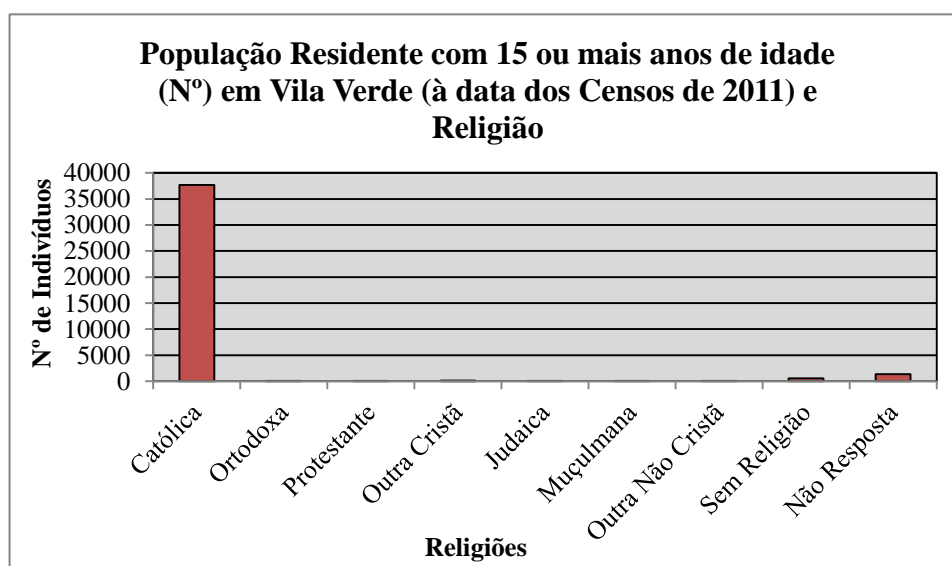


Gráfico 6- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (VV)

De igual modo, os alunos que estudaram o concelho de Ovar consideraram que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 55398 habitantes. Destes habitantes, 53677 eram de nacionalidade portuguesa e 626 eram de nacionalidade estrangeira. Assim, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 1,29%, sendo que 1,31% eram homens e 1,27% eram mulheres. Tais dados podem ser constatados no gráfico seguinte.

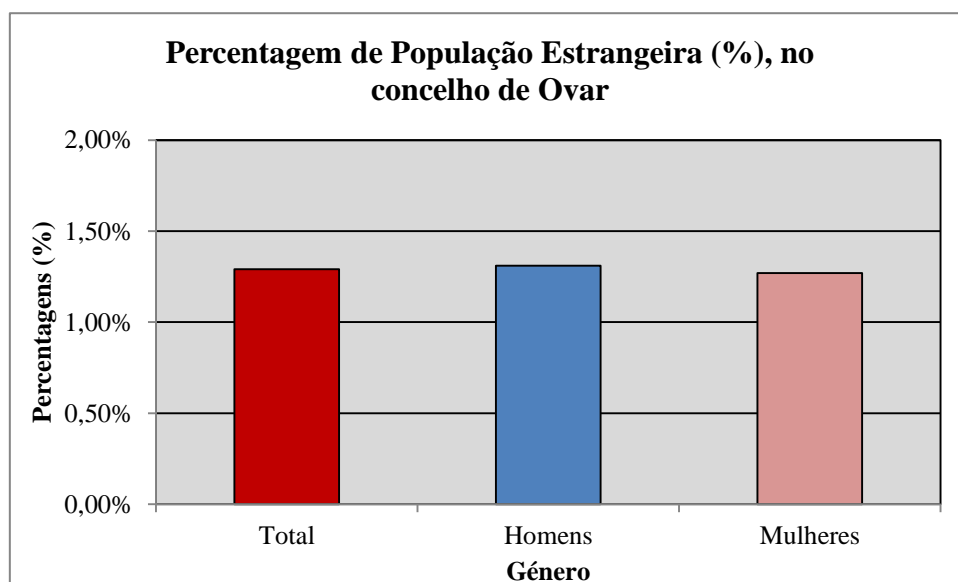


Gráfico 7- População Estrangeira de Ovar

Os estudantes concluíram ainda que, a população residente com quinze ou mais anos de idade perfazia um total de 46815 habitantes. Destes, cerca de 40777 pertenciam à religião católica, 1853 afirmaram não possuir nenhuma religião e 2944 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, existindo apenas seis indivíduos pertencentes à religião judaica. Observe-se o gráfico.

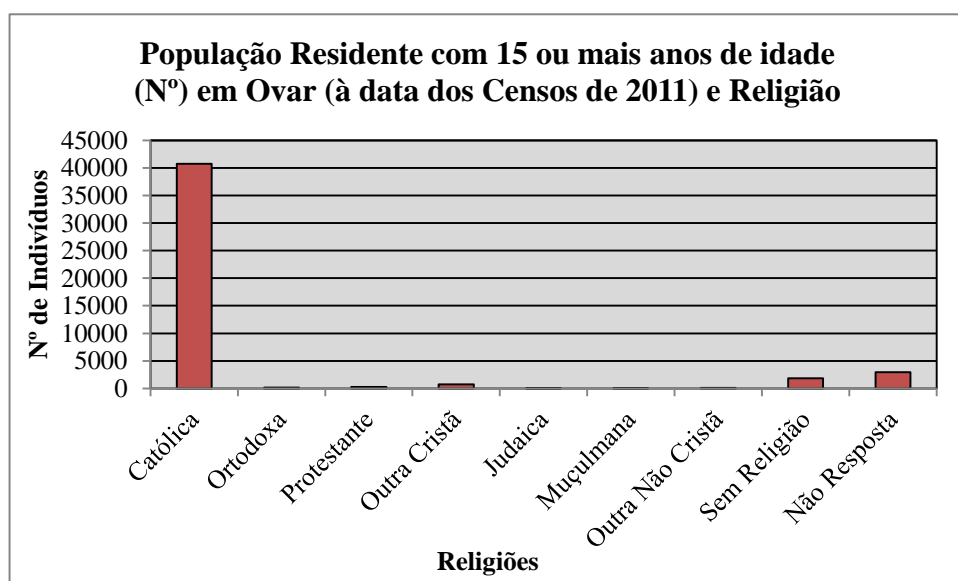


Gráfico 8- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (O)

Os alunos responsáveis pelo concelho da Marinha Grande consideraram que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 38681 habitantes. Destes habitantes, 36908 eram de nacionalidade portuguesa e 1071 eram de nacionalidade estrangeira. Deste modo, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 2,99%, sendo que 2,96% eram homens e 3,03% eram mulheres. Tais dados podem ser verificados no gráfico que se segue.

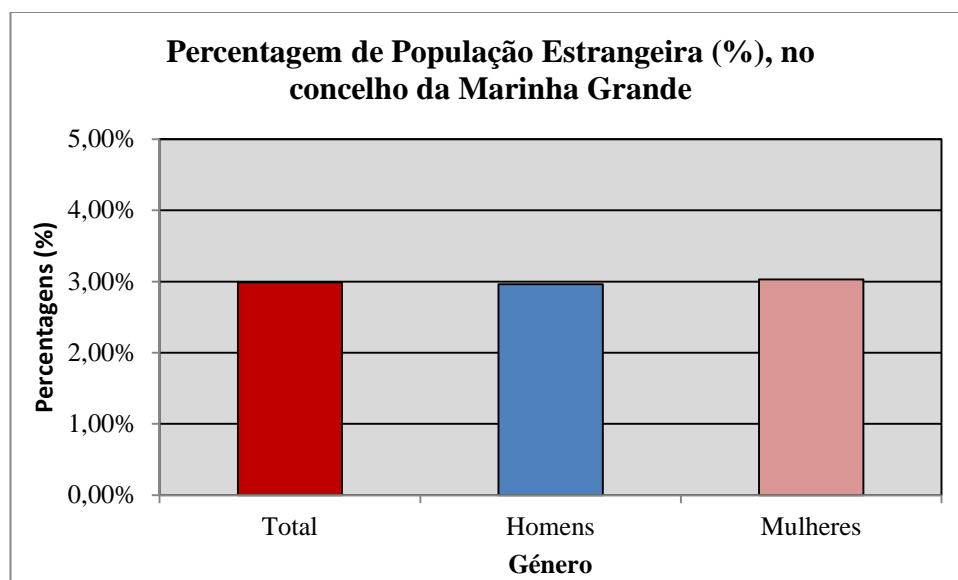


Gráfico 9- População Estrangeira de Marinha Grande

Por último, os estudantes entenderam ainda que a população residente com quinze ou mais anos de idade perfazia um total de 32879 habitantes. Destes, cerca de 24928 pertenciam à religião católica, 2894 afirmaram não possuir nenhuma religião e 3662 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, existindo apenas seis indivíduos pertencentes à religião judaica. O gráfico que se segue comprova estes dados.

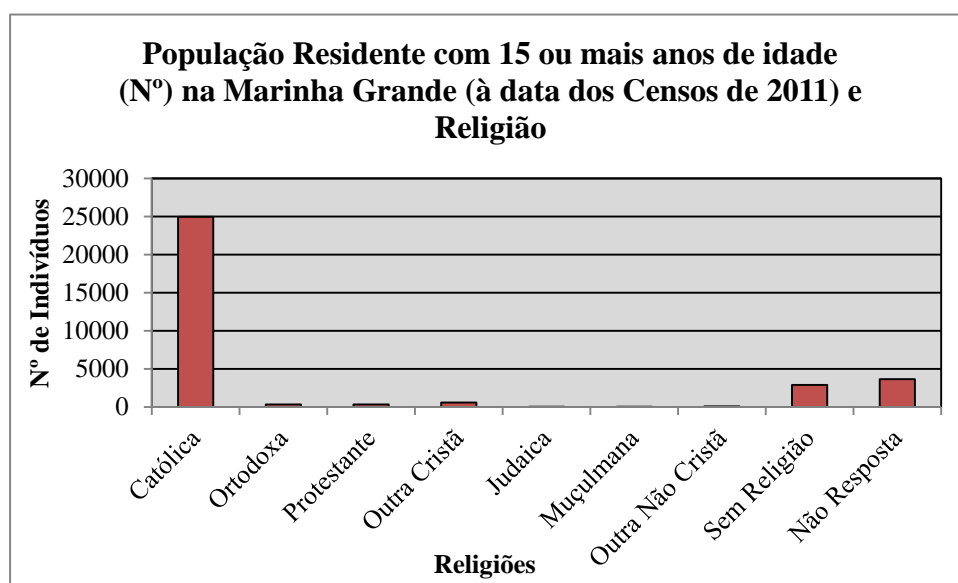


Gráfico 10- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (MG)

De seguida, os alunos que pesquisaram sobre o concelho de Loures entenderam que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 205054 habitantes. Destes habitantes, 182160 eram de nacionalidade portuguesa e 16658 eram de nacionalidade estrangeira. Deste modo, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 8,60%, sendo que 8,60% eram homens e 8,61% eram mulheres. Tais dados podem ser observados no seguinte gráfico.

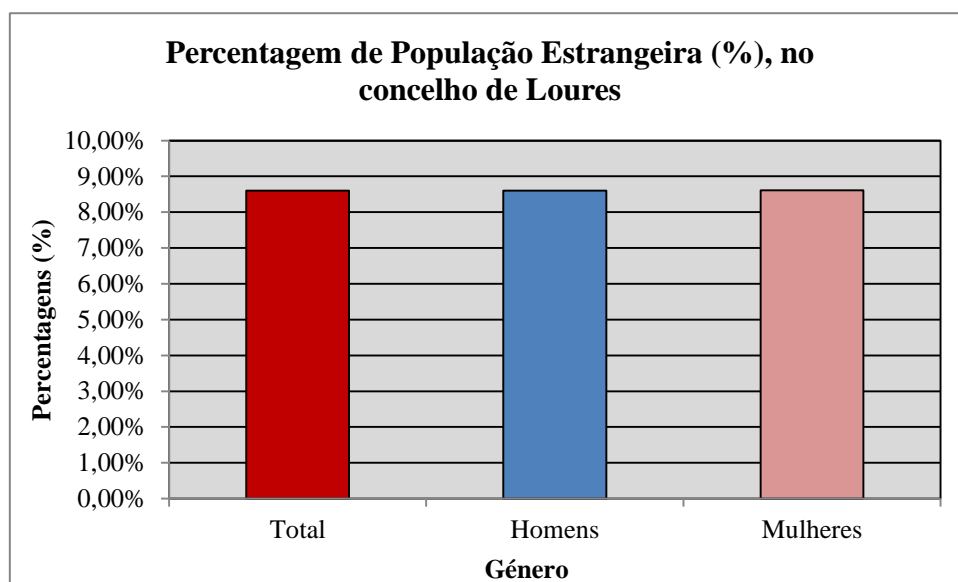


Gráfico 11- População Estrangeira de Loures

Por fim, os estudantes consideraram ainda que a população residente com quinze ou mais anos de idade apresentava um total de 172998 habitantes. Destes, cerca de 121684 pertenciam à religião católica, 18434 afirmaram não possuir nenhuma religião e 19833 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, existindo apenas cinquenta indivíduos pertencentes à religião judaica. O gráfico seguinte comprova estes dados.

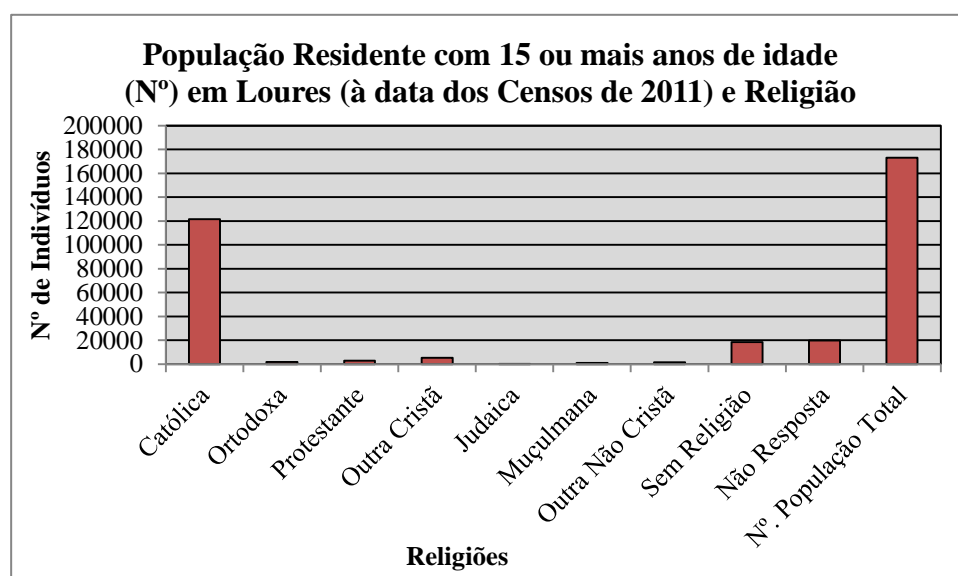


Gráfico 12- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (L)

Por sua vez, os alunos que estudaram o concelho de Vila Flor consideraram que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 6697 habitantes. Destes habitantes, 6427 eram de nacionalidade portuguesa e 134 eram de nacionalidade estrangeira. Deste modo, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 2,34%, sendo que 2,24% eram homens e 2,44% eram mulheres. Tais dados podem ser observados no gráfico que se segue.

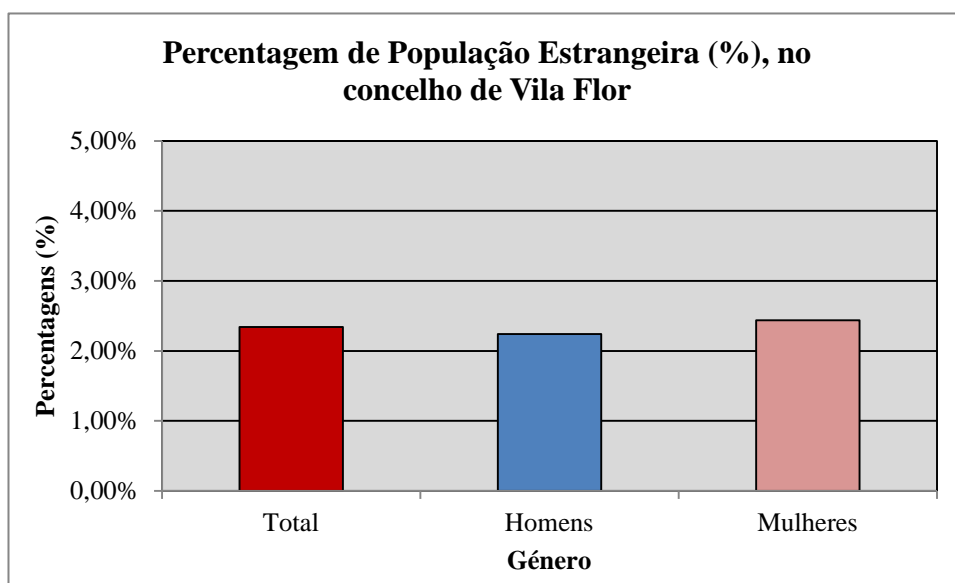


Gráfico 13- População Estrangeira de Vila Flor

Por último, os estudantes entenderam ainda que a população residente com quinze ou mais anos de idade perfazia um total de 5976 habitantes. Destes, cerca de 5548 pertenciam à religião católica, 77 afirmaram não possuir nenhuma religião e 266 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, existindo apenas um indivíduo pertencente à religião judaica. O gráfico seguinte confirma estes dados.

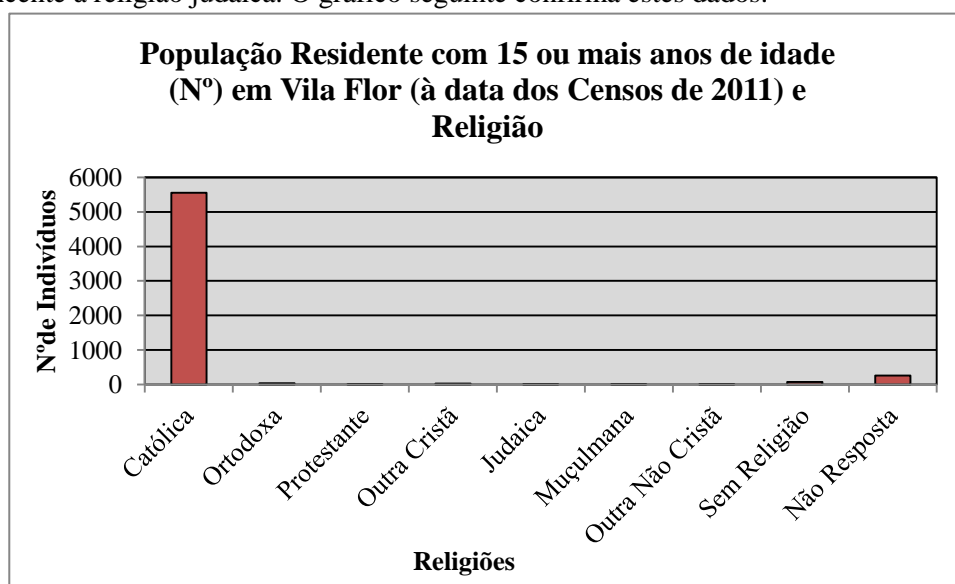


Gráfico 14- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (VF)

Posteriormente, os alunos que estudaram o concelho de Vila Nova de Paiva consideraram que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 5176 habitantes. Destes habitantes, 4976 eram de nacionalidade portuguesa e 57 eram de nacionalidade estrangeira. Neste sentido, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 1,24%, sendo que 1,06% eram homens e 1,40% eram mulheres. Observe-se o gráfico que se segue.

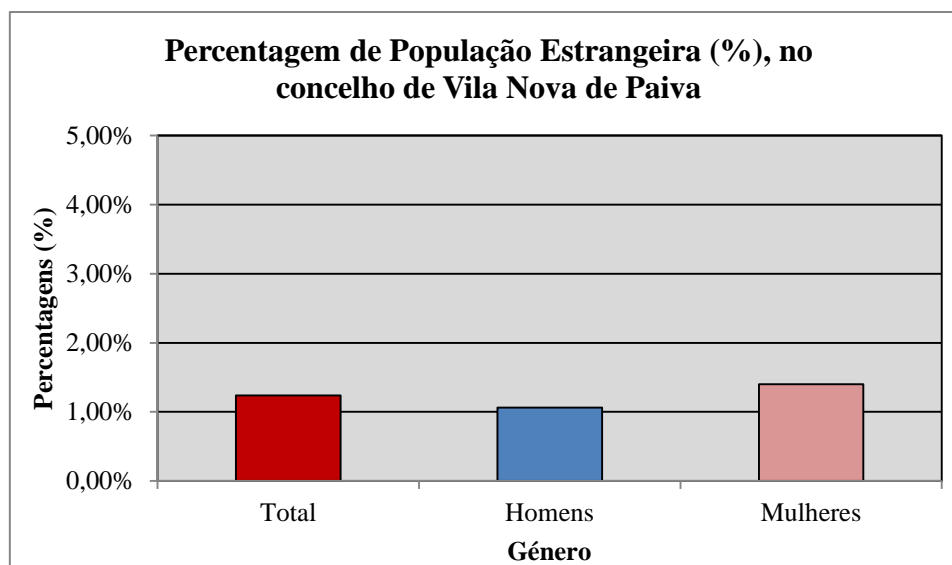


Gráfico 15- População Estrangeira de Vila Nova de Paiva

Por último, os estudantes entenderam ainda que a população residente com quinze ou mais anos de idade representava um total de 4476 habitantes. Destes, cerca de 4184 pertenciam à religião católica, 58 afirmaram não possuir nenhuma religião e 198 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, existindo apenas dois indivíduos pertencentes à religião judaica. O gráfico seguinte comprova estes dados.

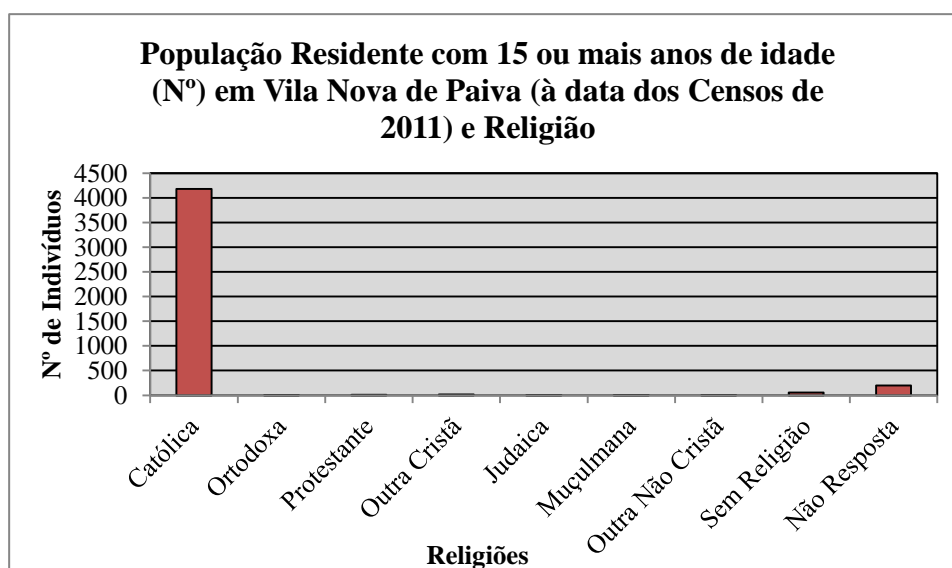


Gráfico 16- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (VNP)

Os alunos responsáveis pelo concelho de Fornos de Algodres entenderam que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 4989 habitantes. Destes habitantes, 4856 eram de nacionalidade portuguesa e 32 eram de nacionalidade estrangeira. Assim, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 0,70%, sendo que 0,76% eram homens e 0,64% eram mulheres. Tais dados podem ser constatados no seguinte gráfico.

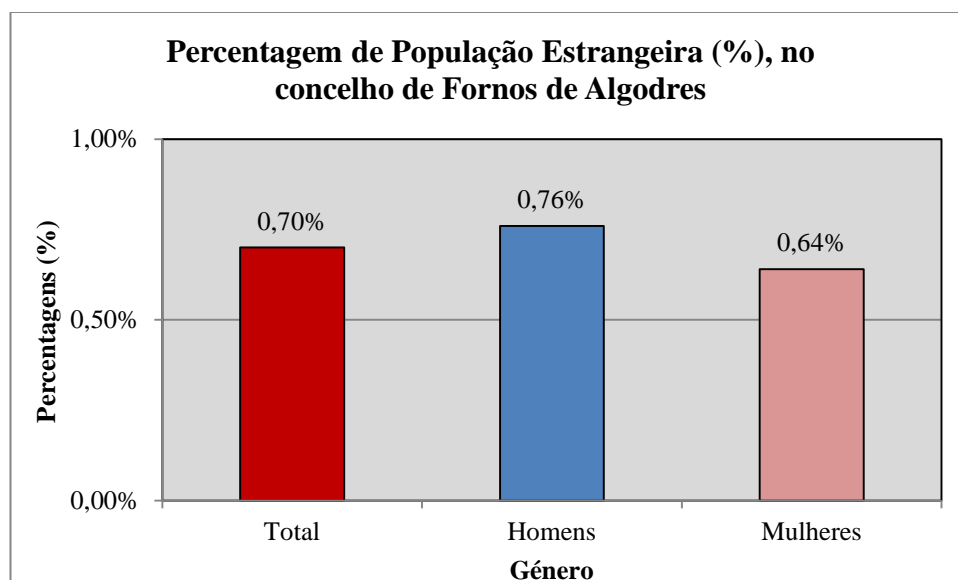


Gráfico 17- População Estrangeira de Forno de Algodres

Por último, os estudantes constataram também que a população residente com quinze ou mais anos de idade perfazia um total de 4477 habitantes. Destes, cerca de 4294 pertenciam à religião católica, 33 afirmaram não possuir nenhuma religião e 94 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, não existindo ninguém pertencente à religião judaica e à religião muçulmana. Observe-se o gráfico que se segue.

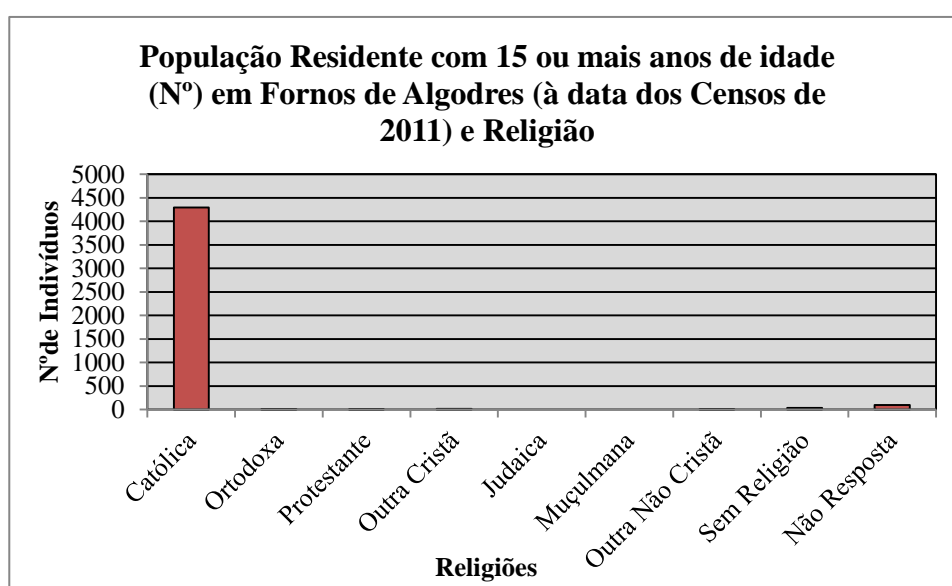


Gráfico 18- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (F.A)

De seguida, os estudantes que investigaram o concelho de Belmonte concluíram que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 6859 habitantes. Destes habitantes, 6706 eram de nacionalidade portuguesa e 60 eram de nacionalidade estrangeira. Assim, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 1,05%, sendo que 1,21% eram homens e 0,90% eram mulheres. Tais dados podem ser comprovados no seguinte gráfico.

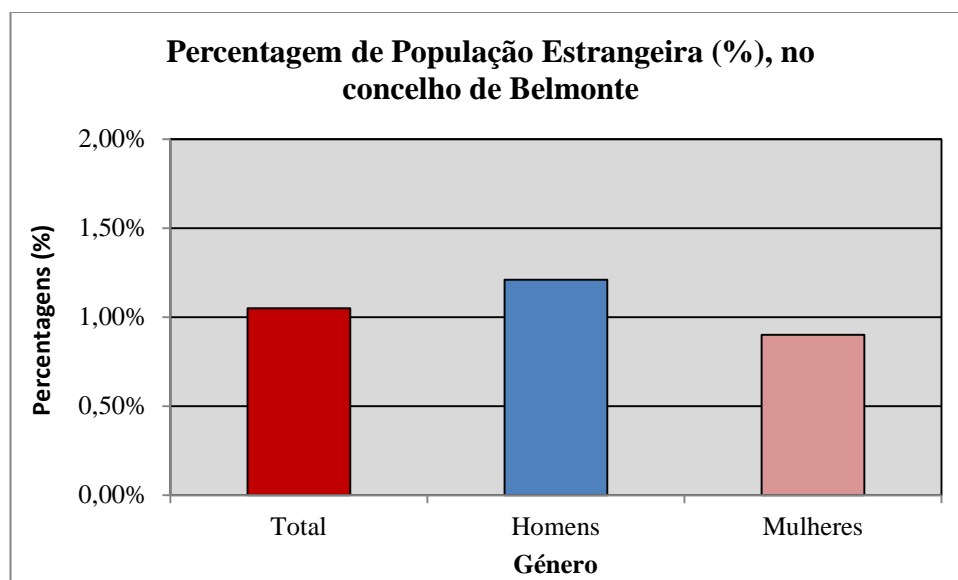


Gráfico 19- População Estrangeira de Belmonte

Por fim, os alunos entenderam ainda que a população residente com quinze ou mais anos de idade apresentava um total de 6051 habitantes. Destes, cerca de 5195 pertenciam à religião católica, 186 afirmaram não possuir nenhuma religião e 496 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, não existindo ninguém pertencente à religião muçulmana. O gráfico que se segue demonstra estes dados.

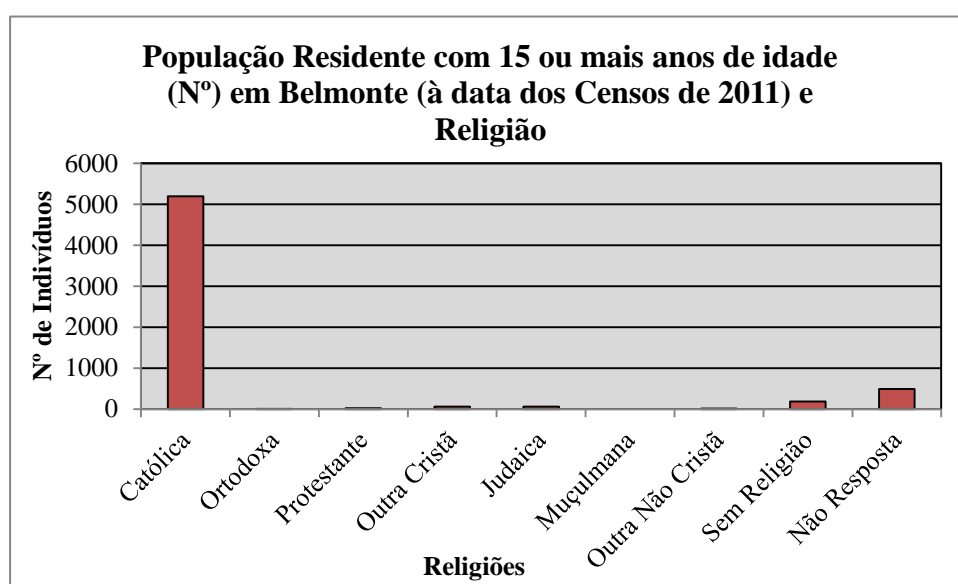


Gráfico 20- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (B)

Por sua vez, os alunos que analisaram o concelho de Marvão consideraram que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 3512 habitantes. Destes habitantes, 3338 eram de nacionalidade portuguesa e 109 eram de nacionalidade estrangeira. Neste sentido, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 3,64%, sendo que 3,49% eram homens e 3,79% eram mulheres. Observe-se o gráfico que se segue.

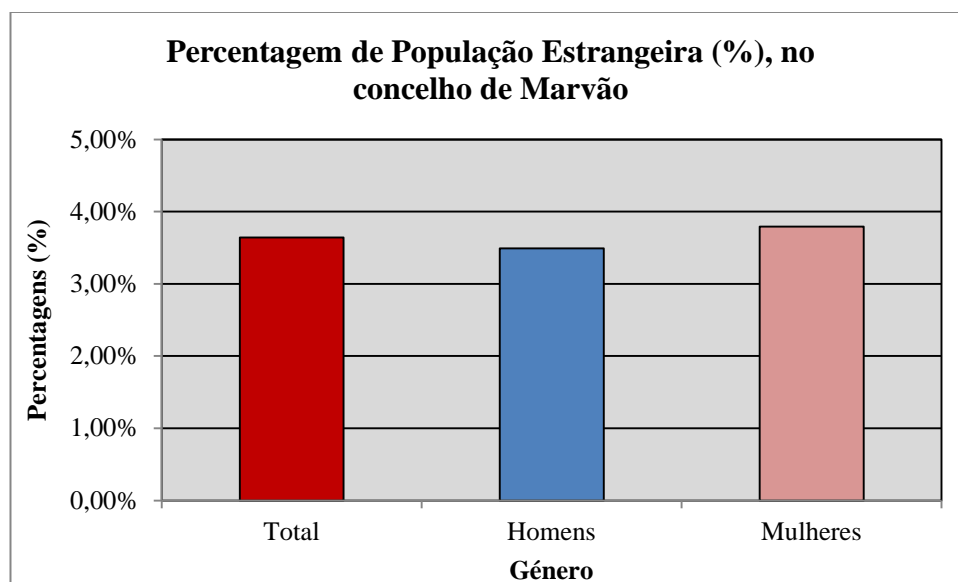


Gráfico 21- População Estrangeira de Marvão

Por último, os estudantes entenderam ainda que a população residente com quinze ou mais anos de idade perfazia um total de 3179 habitantes. Destes, cerca de 2697 pertenciam à religião católica, 135 afirmaram não possuir nenhuma religião e 293 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, existindo apenas um habitante pertencente à religião muçulmana. O gráfico seguinte comprova estes dados.

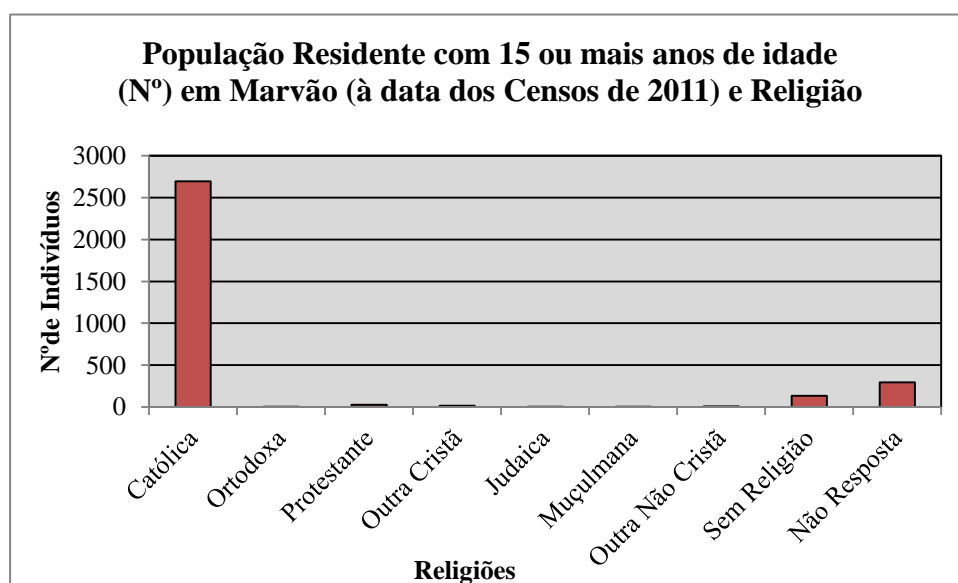


Gráfico 22- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (M)

Posteriormente, os estudantes que investigaram o concelho de Portimão consideraram que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 55614 habitantes. Destes habitantes, 47347 eram de nacionalidade portuguesa e 6091 eram de nacionalidade estrangeira. Deste modo, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 11,58%, sendo que 11,60% eram homens e 11,68% eram mulheres. Tais dados podem ser constatados no seguinte gráfico.

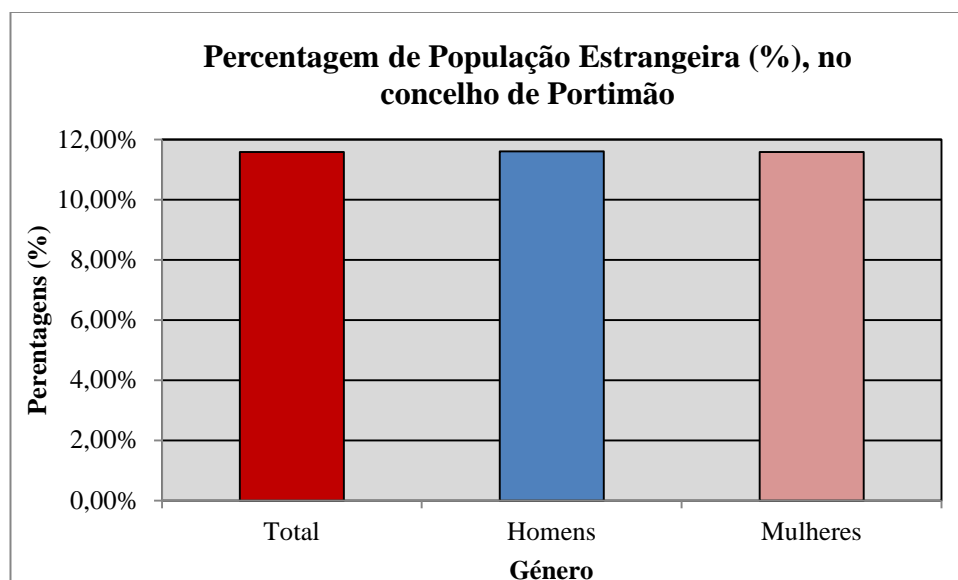


Gráfico 23- População Estrangeira de Portimão

Os alunos entenderam também que a população residente com quinze ou mais anos de idade perfazia um total de 4689 habitantes. Destes, cerca de 31128 pertenciam à religião católica, 4886 afirmaram não possuir nenhuma religião e 5765 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, existindo apenas sessenta e sete habitantes pertencentes à religião judaica. O gráfico que se segue evidencia estes dados.

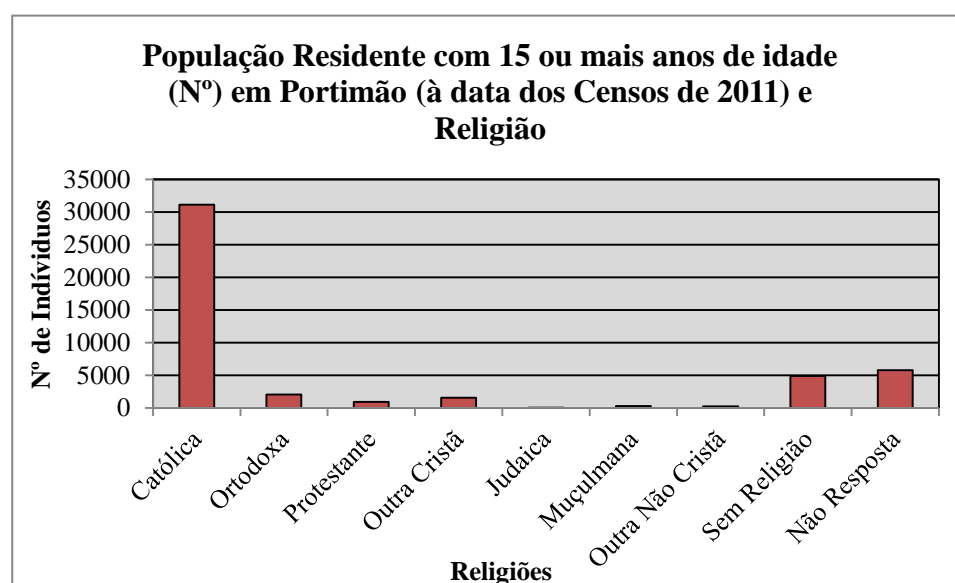


Gráfico 24- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (P)

De igual modo, os alunos que estudaram o concelho de São Brás de Alportel consideraram que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 10662 habitantes. Destes habitantes, 9300 eram de nacionalidade portuguesa e 990 eram de nacionalidade estrangeira. Assim, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 10,15%, sendo que 10,32% eram homens e 9,98% eram mulheres. Veja-se o seguinte gráfico.

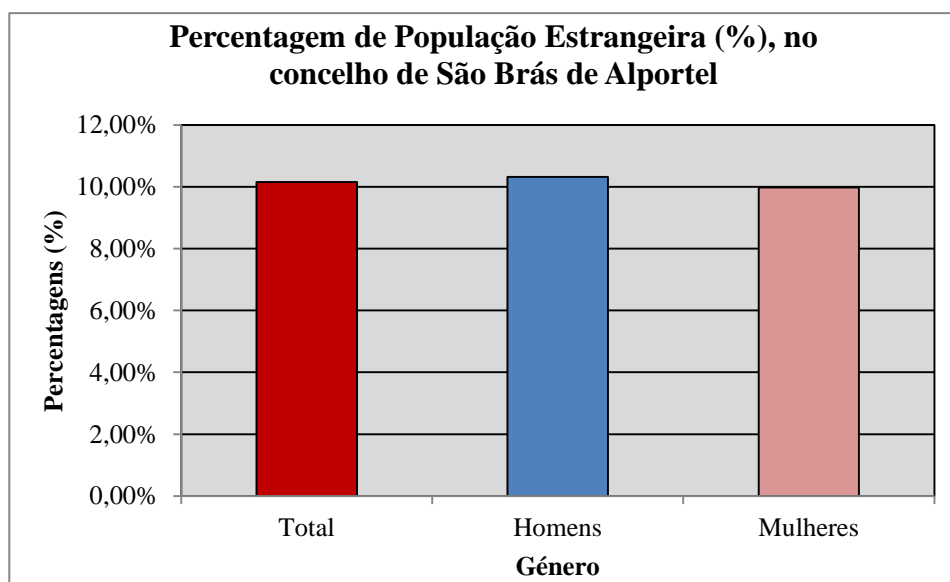


Gráfico 25- População Estrangeira de São Brás de Alportel

Os estudantes entenderam ainda que a população residente com quinze ou mais anos de idade representava um total de 9127 habitantes. Destes, cerca de 6339 pertenciam à religião católica, 965 afirmaram não possuir nenhuma religião e 929 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, existindo apenas seis habitantes pertencentes à religião judaica. O gráfico que se segue confirma estes dados.

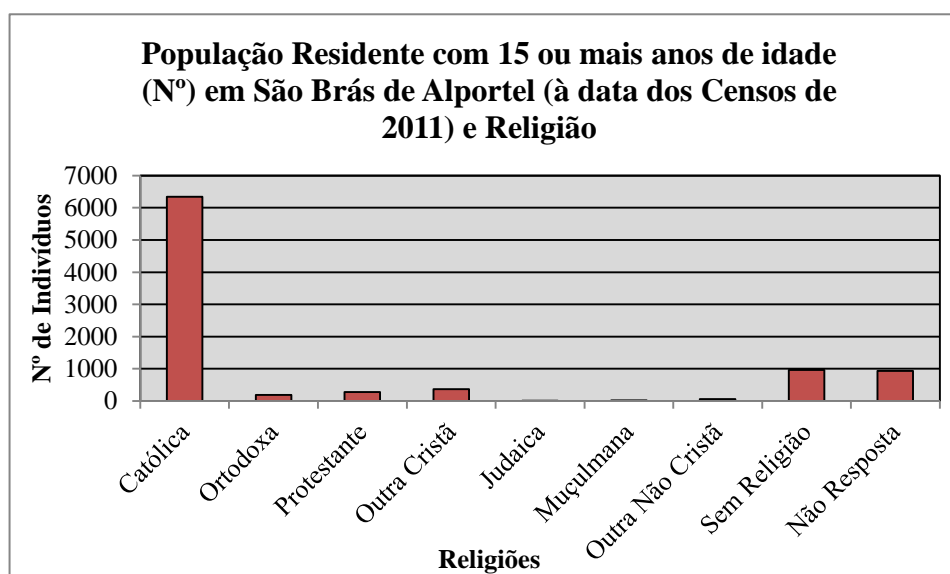


Gráfico 26- População Residente com 15 ou mais anos e Religião (SBA)

Por fim, os estudantes que analisaram o concelho de Olhão constataram que, a população residente em 2011 nesta localidade era de 45396 habitantes. Destes habitantes, 41619 eram de nacionalidade portuguesa e 2684 eram de nacionalidade estrangeira. Deste modo, a percentagem de população estrangeira no concelho era de 6,40%, sendo que 6,38% eram homens e 6,41% eram mulheres. Observe-se o seguinte gráfico.

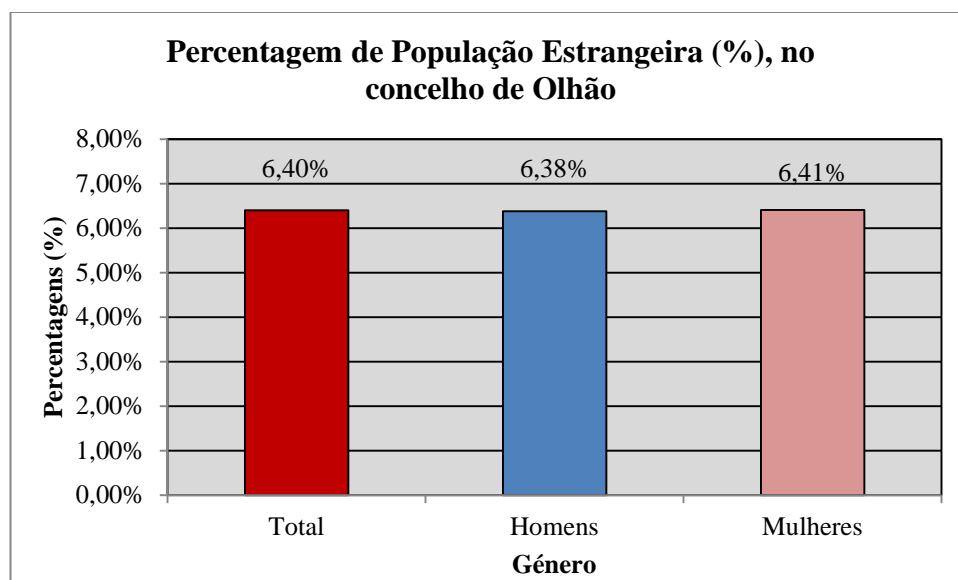


Gráfico 27 - População Estrangeira de Olhão

Os alunos entenderam ainda que a população residente com quinze ou mais anos de idade perfazia um total de 37894 habitantes. Destes, cerca de 26280 pertenciam à religião católica, 4623 afirmaram não possuir nenhuma religião e 3901 não responderam. Os restantes habitantes distribuíram-se por outros credos, existindo apenas dez habitantes pertencentes à religião judaica. O gráfico seguinte comprova estes dados.

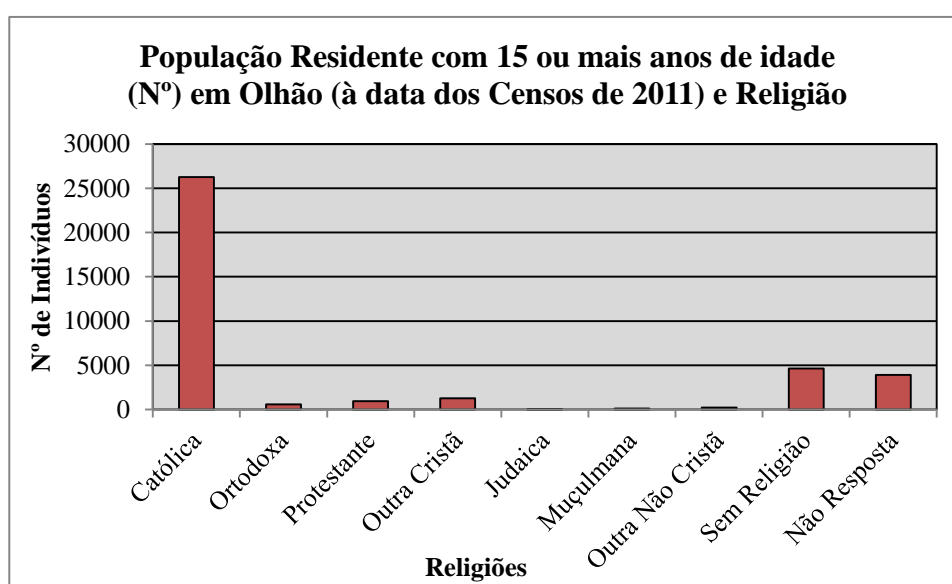


Gráfico 28 - População Residente com 15 ou mais anos e Religião (O)

Por fim, os estudantes elaboraram também um breve comentário acerca dos resultados obtidos, nos quais abordaram os respetivos concelhos, tendo em consideração a temática do multiculturalismo. Estes comentários serão, de seguida, apresentados com as respetivas análises de conteúdo.

Vila Nova de Cerveira

“O concelho de Vila Nova de Cerveira tem aproximadamente 10 mil habitantes, entre homens e mulheres. Tem quase 5 mil de cada, mas, mesmo assim, há mais mulheres do que homens. Existem mais idosos do que jovens. Mas existem mais pessoas entre os 25 e os 64 anos do que idosos. Há mais idosos, tal como acontece em todo o país.

De todas as pessoas que vivem em Vila Nova de Cerveira, 8681 são portugueses e 262 são estrangeiros, que na sua maioria são da Europa. Existem tantas mulheres como homens estrangeiros. Também há 310 pessoas com dupla nacionalidade. Não há ninguém apátrida. A percentagem de estrangeiros é, portanto, de 3%. Quase todas as pessoas com mais de 15 anos são católicas, não existe ninguém judaico e muitos não respondem ou não têm religião.

Nós achamos que não existem muitos estrangeiros neste concelho do litoral. Para ser do litoral achávamos que deviam existir mais. Há também muitos idosos neste concelho, o que achamos estranho, porque é um concelho do litoral. Quase todas as pessoas são da nossa religião, o que é normal, porque não há muitos estrangeiros. Por isso, este concelho é pouco multicultural”.

Tal como podemos observar, os estudantes analisaram a população do concelho de Vila Nova de Cerveira, repetindo alguns dos dados que já haviam redigido nas análises parciais dos quadros e gráficos elaborados.

Os discentes apresentam, ainda, uma análise um pouco linear acerca dos dados obtidos. Apesar disso, os estudantes conseguem compreender que o número reduzido de habitantes de outras nacionalidades explica o reduzido multiculturalismo, mesmo sendo um concelho do Litoral que, à partida, deve ser entendido como uma área atrativa. É interessante e, ao mesmo tempo curiosa, a referência que os alunos fazem aos habitantes que pertencem “à nossa religião”. É, de igual modo, interessante que estes pensem que por serem portugueses, as pessoas devem ser católicas, enquanto os estrangeiros terão de ter outros credos. É a visão do

“outro” como alguém excêntrico, diferente do português que, *a priori*, é mais tradicional. Assim, compreendemos que apesar de tudo, os estudantes e, de um modo geral, todos nós olhamos para os “outros”, a partir dos nossos próprios princípios, valores e crenças.

Vila do Conde

“Vila do Conde é uma terra com 79533 habitantes, onde existem mais mulheres do que homens. 38469 são homens e 41064 são mulheres. A maior parte das pessoas tem de 25 a 64 anos, são pessoas com idade de trabalho, o que quer dizer que este concelho tem muita mão-de-obra, o que é bom para a economia do país.

Nesta terra há ainda mais jovens do que idosos: 22013 são jovens com menos de 25 anos e 11697 são pessoas com mais de 65 anos. Dos habitantes que aqui existem 77034 são portugueses e 1142 são estrangeiros. Há muitos asiáticos neste concelho, sobretudo, chineses. Devem existir muitas lojas chinesas nesta região. O número de imigrantes homens e mulheres é próximo. Há 1356 pessoas com dupla nacionalidade e existe uma pessoa sem nacionalidade. A percentagem de estrangeiros é de 1%. Apesar de haver muitos estrangeiros, existem também muitos portugueses.

A maioria das pessoas são católicas, o que é normal, porque a maioria é portuguesa. Os estrangeiros que existem devem ser os que pertencem a outras religiões.

Pelo número de pessoas que vivem em Vila do Conde, este concelho deve ser grande e os estrangeiros devem gostar desta terra, por ter praia. Assim, este concelho deve ser muito multicultural e as populações locais devem estar mais habituadas à presença de pessoas diferentes, bem mais do que aquelas que vivem no interior”.

De novo, os estudantes recorreram aos dados estatísticos para efetuarem a análise final deste trabalho.

Estes referem os mesmos dados que os alunos anteriores, mas fazem algumas considerações que merecem ser analisadas. Neste sentido, os estudantes associaram, de forma evidente, a presença de chineses com a existência de lojas, de superfícies comerciais geridas por estes imigrantes. É quase como se todos os chineses tivessem que se dedicar ao comércio, o que é natural, uma vez que é algo observável nas localidades onde residem os alunos. Estes voltam a afirmar que, se a maioria das pessoas é portuguesa, então a maioria é católica. Mais uma vez, os estrangeiros são os portadores de outras religiões, distintas da católica. Os estudantes acreditam

que os imigrantes gostam deste concelho, devido à praia. Por último, estes insistem em referir que as populações do Litoral estão mais habituadas aos estrangeiros, do que os habitantes do Interior.

Em síntese, os alunos observam os dados estatísticos e os “*outros*”, a partir das suas próprias concepções. Ou seja, se estes são católicos, a maioria dos portugueses são também católicos; se estes gostam de praia, então os estrangeiros que vivem em Portugal preferem, sobretudo, as áreas litorais, próximas do mar e se alguns chineses se dedicam ao comércio, também os de Vila do Conde devem ser comerciantes.

De novo, todos olhamos para os “*outros*”, a partir das nossas percepções e ideias pré-concebidas.

Vila Verde

“Vila Verde tem um total de 47 888 habitantes. Quase 23 000 são homens e quase 25 000 são mulheres. A maioria da população é jovem, porque têm menos de 64 anos. Este concelho tem 385 pessoas estrangeiras e o resto são portuguesas. Os estrangeiros vêm, sobretudo, do continente europeu e há mais mulheres imigrantes do que homens. Existem 1012 pessoas com dupla nacionalidade e não existe nenhuma pessoa sem nacionalidade. A percentagem de população estrangeira é de 1,59%. Quanto à religião, a maior parte das pessoas são católicas e existem muitas pessoas que não respondem ou que não têm religião.

O concelho de Vila Verde tem alguns imigrantes estrangeiros que nós acreditamos que podem influenciar culturalmente as pessoas nacionais. Como a maioria dos estrangeiros vêm da Europa, estes podem trazer hábitos modernos para o país: falar inglês, trazerem novas comidas, roupas e música. A religião vai ser mais difícil de mudar,

No comentário elaborado acerca do concelho de Vila Verde, os estudantes utilizaram, desta vez, menos dados estatísticos do que os alunos anteriores para sustentarem as suas respostas.

Contudo, as suas percepções são igualmente curiosas. Os discentes afirmam que os estrangeiros poderão influenciar culturalmente os portugueses, com hábitos modernos. Compreende-se, assim, que estes assumem que os hábitos dos portugueses são tradicionais, enquanto os dos estrangeiros, principalmente, os dos restantes europeus são mais modernos. Mais uma vez, os alunos associam a religião católica aos portugueses e os restantes credos às pessoas de outras nacionalidades.

Ovar

“Em Ovar vivem 55398 habitantes. Destes, 26671 são homens e 28727 são mulheres. A maior parte das pessoas têm idade de trabalhar, porque têm entre os 25 e os 64 anos e há mais jovens com menos de 25 anos, do que idosos com mais de 64 anos. Do total de habitantes, 626 são de nacionalidade estrangeira e quase todos vêm do continente europeu, alguns são também do continente americano, como por exemplo do Brasil. O número de imigrantes de homens e mulheres é quase igual. Existem 308 homens e 318 mulheres imigrantes. A população estrangeira representa 1,29%. Com dupla nacionalidade há 1095 pessoas. A maior parte da população com mais de 15 anos é católica, mas muitas também não têm religião e outras não respondem nada.

Nesta localidade, existem alguns imigrantes que devem ajudar a introduzir novas formas de vida nas populações locais. Como as populações locais vivem numa região litoral estão mais abertas às ideias dos estrangeiros e provavelmente partilham muitos hábitos e costumes. Apesar de haver muitos católicos, um número elevado de pessoas não respondem ou dizem não ter religião, o que é muito próprio das sociedades modernas”.

Com base nos dados estatísticos, os alunos analisaram o multiculturalismo presente no concelho de Ovar. As considerações que estes realizam são semelhantes às efetuadas pelos colegas anteriores. Neste sentido, os alunos acreditam que os habitantes estrangeiros são portadores de novos hábitos culturais, que podem modificar os costumes locais. Contudo, estes estudantes, mais do que realçarem estas mudanças, reconhecem que os portugueses e os estrangeiros coabitam, partilhando os seus respetivos pressupostos culturais. Assim, mais do que admitirem o multiculturalismo, estes alunos acreditam na existência de relações interculturais.

Apesar destas novas ideias, quanto à religião, os estudantes continuam a associar a existência de um credo às sociedades mais tradicionais e a inexistência às sociedades ditas modernas.

Marinha Grande

“Na Marinha Grande existem quase quarenta mil habitantes. Destes quarenta mil, dezoito mil, seiscentos e vinte e três são homens e vinte mil e cinquenta e oito são mulheres. A maior parte da população é jovem com menos de sessenta e quatro anos e destes a maioria está na idade de trabalhar. Existem menos idosos do que jovens com menos de vinte e cinco anos.

De todos os habitantes, quase trinta e sete mil são de nacionalidade portuguesa e mil e setenta e um são de nacionalidade estrangeira. Os estrangeiros são quase todos da Europa e alguns vêm do continente americano, em particular, do Brasil. Não há ninguém da Oceânia. Há mais mulheres estrangeiras do que homens na Marinha Grande. Existem ainda seiscentas e noventa e oito pessoas com dupla nacionalidade e quatro pessoas não possuem nenhuma nacionalidade. Os estrangeiros são 2,99% da população total do concelho. Como seria de esperar, a maioria da população é católica. Muitas pessoas afirmam não ter nenhuma religião e outras tantas não respondem, o que é novo e surpreendente.

Uma vez que, este concelho pertence ao litoral compreendemos que existam mais jovens, do que idosos. Talvez no interior do país isto seja diferente, ou seja, existam mais idosos do que jovens. Existem alguns estrangeiros que devem influenciar culturalmente a população portuguesa. Os portugueses devem transmitir os seus hábitos aos estrangeiros e estes aos portugueses. Não sabemos como é possível existirem pessoas sem nacionalidade. Quanto à religião, a maioria é católica, mas não sabemos se os estrangeiros são ou não católicos ou se existem portugueses sem religião ou com outra que não a católica. Existem muitas pessoas que dizem não ter religião ou não respondem à questão. Este facto é novo para nós. Talvez pelo facto de a Marinha ser uma área do litoral, as pessoas estão mais abertas e, por isso, não possuem nenhuma religião”.

Estes estudantes fazem uma análise bastante pormenorizada dos dados estatísticos recolhidos. Estes possuem uma visão mais aberta acerca do multiculturalismo e, sobretudo, do interculturalismo, quando afirmam que portugueses e estrangeiros devem partilhar os seus

respetivos hábitos culturais. Estes alunos ficam surpresos por existirem pessoas sem nacionalidade.

Quanto à religião, os estudantes admitem a possibilidade dos portugueses serem de outras religiões que não a católica, ou mesmo de não terem religião e também consideram que os estrangeiros podem possuir qualquer credo, entre eles, o católico. Por fim, os discentes referem ainda que a existência de um maior número de jovens e a abertura religiosa que se observa pelos números recolhidos, podem estar relacionados com a localização geográfica do concelho. Para os alunos, os habitantes do Litoral são pessoas mais abertas e disponíveis para aceitar e conviver com as diferenças, do que as pessoas do Interior.

A visão que os estudantes demonstram acerca das populações do Interior, é muito restrita e, provavelmente está relacionada com o facto de estes viverem no Litoral.

Loures

“A população residente em Loures é de 205054. Deste total, 98266 são homens e existem muitas mais mulheres, 106788 e 115121 é o número de população em idade ativa, que compreende idades entre os 25 e os 64 anos. Existem mais jovens do que idosos, o que é normal porque há muitos africanos que por hábito têm muitos filhos, e por isso a taxa de natalidade em Loures deve ser elevada, pois há 546456 pessoas com menos de 25 anos de idade. Como há muitos africanos, também há outros estrangeiros do continente americano, ou seja, brasileiros. Só estas duas nacionalidades fazem quase 7500 pessoas. Existem no total 16658 estrangeiros em Loures. Neste concelho os imigrantes, como acontece com os portugueses são mais mulheres do que homens. Vivem lá também 6224 pessoas com dupla nacionalidade. Esta quantidade de gente estrangeira representa 8,60% da população total. A maioria das pessoas é católica e existem ainda algumas que pertencem a uma outra religião cristã. Há também muita gente que não responde ou diz que não tem religião.

Neste concelho muito habitado existem muitas pessoas de nacionalidade estrangeira. Existem muitos africanos e brasileiros, o que é normal, porque Loures fica perto de Lisboa e em Lisboa, como é a capital, existem muito estas raças, que vão para lá à procura de trabalho e melhores condições de vida. Com tantas pessoas de nacionalidades diferentes, é normal que existam outras religiões que não a católica”.

Tendo em consideração os dados estatísticos, os alunos apresentam algumas ideias interessantes e relativamente diferentes das que foram apresentadas pelos demais colegas. Neste sentido, estes estudantes falam em “raças” humanas e não em etnias, acreditam que a imigração africana e brasileira acontece devido, essencialmente, a razões económicas, pois estes vão para Lisboa “à procura de trabalho e de melhores condições de vida”. Quanto à religião, estes alunos repetem o padrão, quando associam os estrangeiros a outras religiões que não a católica e, de forma subentendida, admitem que os portugueses são católicos.

Vila Flor

“Vila Flor, um concelho do interior do país, tem cerca de sete mil habitantes. Destes, 3212 são homens e 3485 são mulheres, assim, existem mais mulheres do que homens no concelho. A maioria das pessoas têm idades entre os 25 e os 64 anos, quer isto dizer que têm idade para trabalhar. Como é uma localidade do interior, existem mais idosos com mais de 64 anos (1929), do que jovens com menos de 25 anos (1347). Assim, podemos compreender que, a população está a envelhecer em Vila Flor e no país. Da população total, existem apenas 134 estrangeiros. Isto acontece, porque o interior é uma área repulsiva, sem praia, sem comércio e sem oportunidades de emprego. A maioria dos poucos estrangeiros é dos outros países europeus. As áreas perto do mar devem atrair estrangeiros de outros continentes que chegam também por mar, enquanto os do interior vêm por terra. Há ainda 136 pessoas com dupla nacionalidade. A população estrangeira representa 2,34% da população total, isto porque os estrangeiros são poucos, mas a população total é também reduzida. Quase todas as pessoas são católicas, existem poucas pessoas de outras religiões e/ou sem religião. Em comparação, mais são aqueles que não respondem.

Nós achamos que existe pouca população em Vila Flor e existem ainda menos estrangeiros. Os jovens e os estrangeiros preferem as áreas litorais, porque estas são mais bonitas e têm mais oportunidades de emprego. Com poucos estrangeiros, as pessoas do interior ficam mais envelhecidas e cada vez mais fechadas, e estão por isso pouco habituadas a perceber e a aceitar as pessoas diferentes. Todos os habitantes possuem a mesma religião, usos e costumes”.

Novamente, os estudantes, ao longo do comentário elaborado, evidenciam que vivem no

Litoral. Estes apresentam uma visão - que não deve estar longe da realidade - mas que acentua a imagem do Interior do país, como uma região despovoada, envelhecida, com poucas oportunidades de emprego e de lazer. Os estudantes afirmam ainda que se existem poucos jovens e poucos estrangeiros, tal significa que as populações ficam mais “fechadas”, possuindo os mesmos hábitos, usos e costumes e a mesma religião. Se a população é “homogênea” culturalmente, os indivíduos estão menos predispostos a aceitar comportamentos e condutas distintas, daquelas que são defendidas pela maioria.

Vila Nova de Paiva

“O concelho de Vila Nova de Paiva tem pouca gente, no total tem 5176 pessoas. Destas, 2463 são homens e 2713 são mulheres. Há mais mulheres que homens. A maioria das pessoas tem mais de 25 anos e existem, por isso, poucos jovens com menos de 25 anos, o que mostra que é uma área do interior com poucas oportunidades de futuro. No concelho existem apenas 57 estrangeiros, o que se vê bem que é um concelho do interior, que nem os jovens, nem os estrangeiros lhe acham muita piada. A maioria dos estrangeiros é dos outros países da Europa e devem vir para estas regiões praticar turismo rural, depois de serem reformados. Há ainda algumas pessoas com dupla nacionalidade, 143 no total. 1,24% da população é população estrangeira. Por último, quase todas as pessoas são católicas e algumas não respondem se têm ou não religião.

Vila Nova de Paiva é tipicamente uma localidade do interior, onde existem mais idosos, do que jovens e onde há poucos estrangeiros. As pessoas deste lugar ficam cada vez mais velhas e fechadas sobre as suas próprias crenças e tradições. Todas são católicas, vão à missa e são todas muito tradicionais. Se aparecesse lá alguém, como por exemplo, um gótico, elas deveriam pensar que esta pessoa era maluca ou tinha sido possuída pelo diabo”.

De novo, os alunos evidenciam, pelo comentário redigido que são habitantes do Litoral. Estes possuem, assim, uma visão muito tradicional e “fechada” acerca das regiões do Interior do país (se calhar mais fechada e tradicional do que aquilo que estas regiões são na realidade). Para os discentes, as pessoas do Interior são tendencialmente idosas, porque os jovens e os estrangeiros preferem viver nas áreas litorais, sobretudo, porque têm mais oportunidades de emprego, que estes intitularam de “*oportunidades de futuro*”. Para os alunos, os estrangeiros

que existem no concelho devem ser todos idosos, porque apenas vão para lá depois da reforma para praticar turismo rural. Estes estudantes acreditam ainda que todas as pessoas do Interior do país são muito tradicionais e católicas, que recebem e encaram mal aqueles que são diferentes, porque estão pouco habituados a conviver com a diferença.

Sempre e quando encaram pessoas muito diferentes do padrão estabelecido, os habitantes das regiões do Interior, segundo estes alunos, explicam estes hábitos, condutas e comportamentos como atos de loucura e/ou da ação de algo sobrenatural, que naquele momento possuiu uma determinada pessoa ou um conjunto de pessoas. O diferente é sempre mal aceite e as explicações para a sua existência estão sempre na religião, no mal, no diabo e nos fenómenos sobrenaturais.

Fornos de Algodres

“O concelho de Fornos de Algodres tem 4989 habitantes. Destes, 2353 são homens e 2636 são mulheres. Como em todo o país, existem mais mulheres do que homens. A maioria da população tem idade de trabalho, ou seja, tem entre 25 e 64 anos. Por outro lado, existem mais idosos com mais de 64 anos, do que jovens, o que revela que o Interior do país está cada vez mais envelhecido.

Quanto aos estrangeiros, apenas existem 32, que vêm sobretudo dos outros países europeus. As áreas do Litoral, porque são mais atrativas devem atrair estrangeiros de todo o mundo, que chegam de barco, por terra e de avião. Apenas 0,70% da população total é estrangeira. Esta percentagem prova que os estrangeiros são poucos. De forma clara, quase todas as pessoas são católicas.

Por último, nós acreditamos que o concelho de Fornos de Algodres possui pouca população e que esta é sobretudo portuguesa e idosa. Estas pessoas vivem isoladas, não contactam com pessoas diferentes e, por isso, têm os mesmos padrões culturais entre elas. Estas pessoas devem reagir com estranheza e não devem aceitar muito bem pessoas diferentes, com outras religiões, costumes e tradições”.

Novamente, os estudantes, desta vez com mais objetividade, realçam os mesmos aspetos quanto às regiões do Interior do país. Neste sentido, os alunos afirmam que nas áreas do Interior do país, a população residente é diminuta, que esta está tendencialmente envelhecida e que existem poucos estrangeiros.

Como as populações locais possuem os mesmos padrões culturais, não contatando com pessoas portadores de outras culturas, estas tornam-se mais “fechadas” e menos recetivas face à diferença. Segundo os discentes, estas devem reagir com “*estranheza*” e “*não devem aceitar muito bem pessoas diferentes*”.

Belmonte

“Na localidade de Belmonte há quase sete mil habitantes, divididos de forma equilibrada entre homens e mulheres, mas continuam a existir mais mulheres do que homens. Como em todas as regiões do país, há mais idosos do que jovens. Neste lugar, existem apenas 60 estrangeiros que representam 1,05% da população total. Os estrangeiros são sobretudo dos outros países europeus.

A maior parte das pessoas pertencem à religião católica e existem ainda várias pessoas que não respondem.

Achamos que estes números são normais. Existem poucas pessoas no Interior do país, porque estas regiões não têm praia, sobretudo, para os estrangeiros, como o Algarve, nem existem oportunidades de emprego sobretudo para os portugueses. As pessoas que ficaram nas terras estão cada vez isoladas e envelhecidas. Sem contatarem de perto com outras culturas, estas ficam cada vez mais fechadas. Estas pessoas encontram todas as explicações da vida em Deus e devem reagir mal perante as diferenças culturais”.

Mais uma vez, os estudantes, analisando os dados estatísticos, afirmam que as pessoas do Interior são poucas, são idosas e vivem numa situação de isolamento. Nem os jovens, nem os estrangeiros optam por viver nestas regiões, porque estas “*não têm praia*”, “*nem oportunidades de emprego*”. É curioso que os estudantes afirmem que, a praia interessa mais aos estrangeiros e as oportunidades de emprego aos portugueses.

Seja como for, é curioso que os estudantes afirmem que os habitantes do Interior não contactam “*com outras culturas*”, porque na verdade as culturas não contactam, quem comunica são os indivíduos portadores de culturas distintas. De novo, os estudantes referem que o isolamento faz com que as populações locais não reajam bem perante o que é diferente, particularmente, perante aquele que é culturalmente diferente.

Marvão

“A população de Marvão é constituída por 3512 habitantes. Destes habitantes 1720 são homens e 1792 são mulheres. A maior parte da população encontra-se na faixa etária dos 25 e 64 anos de idade com 1725 pessoas. Existem também mais idosos (1160) do que jovens (627). Destes 3512 habitantes, 3338 são portugueses e 109 são estrangeiros especialmente do continente europeu (96 pessoas) e da União Europeia (93 pessoas). O número de habitantes com dupla nacionalidade é de 65 pessoas. Assim a população estrangeira de Marvão é de 3,64 % e a religião que mais se pratica é a católica com 2697 pessoas, seguida da protestante com 27 pessoas. Sem religião existem 135 pessoas.

Com estes números podemos dizer que a população de Marvão não é muito grande. Ahamos que deve ser por causa de ser uma localidade do interior pois nestas localidades não existem as mesmas oportunidades de emprego e sobrevivência ou qualidade de vida como no litoral. Por outro lado, o número de estrangeiros parece-nos alto comparando com a população total, talvez seja por causa do sossego do interior. Muitos estrangeiros porque vêm de outras cidades muito grandes e poluídas preferem concelhos do interior que são mais calmos e não têm filas de trânsito. O número de estrangeiros pode fazer com que as populações vivam e troquem conhecimentos com os portugueses. Os estrangeiros tiveram que aprender português e outras coisas mais do Alentejo. Os alentejanos deste concelho não sabemos se aceitam bem os estrangeiros, mas como são pessoas calmas pensamos que sim”.

Desta vez, é curioso como os alunos reconhecem que o concelho de Marvão é um concelho muito calmo, associando-o ao facto de ser uma localidade do Interior do país. Estes entendem também, que deve existir, tendo em conta o número total de habitantes, um número considerável de estrangeiros. Segundo os discentes, estes estrangeiros são atraídos pela tranquilidade e sossego desta localidade. Por outro lado, torna-se interessantíssimo verificar como estes associam as características morais dos habitantes de Marvão à existência de um interculturalismo pacífico e respeitador das diferenças. Os alunos reconhecem, portanto, que os portugueses, especialmente os portugueses do Alentejo, possuem uma maneira de ser pacífica, facilitadora das relações sociais com os “outros”.

Portimão

“A população de Portimão tem 55614 habitantes. Desta população 26853 são homens e 28761 são mulheres. A população tem um número maior de pessoas entre os 25 e os 64 anos de idade porque aqui há muitos jovens por causa da atração da praia e do turismo do Algarve. Muitas pessoas do norte e de outros lugares mais pobres trabalham no Algarve para ganhar o salário mínimo. Há muitas crianças ou pessoas com menos de 25 anos de idade do que idosos. Há 10204 idosos para 14402 jovens. De nacionalidade estrangeira existem 47347 que são a maioria inglesa e alemães que gostam de praia. A maioria são da Europa e do sul e norte da América. Da Europa são 3509 pessoas e da América são 1457. Os estrangeiros são mais homens do que mulheres. Homens são 3132 e mulheres são 2959. Com dupla nacionalidade existem 2163 pessoas. A população estrangeira apresenta-se com 11,58%. O que se compreende. Quanto à religião, em Portimão as pessoas são católicas (31128 pessoas) mas também existem muitas judaicas (60 pessoas). Também há muita gente que diz não ter religião (4886 pessoas) e outras não sabem responder (5765 pessoas).

Podemos concluir em Portimão que existem muitos estrangeiros e que estes trazem para esta terra muitas línguas e costumes diferentes. É normal que as pessoas de Portimão falem inglês porque há muitas pessoas desta nacionalidade e os portugueses têm que falar inglês para se poderem entender. Por sua vez são católicos, pois os portugueses são muito religiosos. Mas não são só os ingleses que trazem conhecimentos para Portugal, os portugueses também ensinam os estrangeiros a comer comida portuguesa e a falar português. Há muitos ingleses que já estão cá há muitos anos e por isso devem sentir que são um pouquinho portugueses. Por causa destas razões o multiculturalismo é muito grande e o interculturalismo é muito significativo, porque estes dois povos convivem e partilham costumes. Há vezes até se casam. Também há muito turismo devido à praia e aos negócios. As pessoas de Portimão estão acostumadas aos estrangeiros por causa disso”.

Para os estudantes parece evidente a relação que se estabelece entre os estrangeiros e os portugueses na localidade de Portimão. Para além de reconhecerem a existência de um número significativo de ingleses, admitem de igual forma, a existência de relações sociais e de afetividade entre ambos. Para estes alunos a partilha, quer da língua, quer dos conhecimentos gastronómicos constitui um marco essencial entre estes dois grupos. Estes discentes vão ainda

mais longe quando admitem que tais relações de afetividade são tão fortes que, em certos casos, se baseiam em contratos de casamento. Esta existência de laços de afetividade baseada no matrimónio e na constituição de uma nova família é para os alunos o interculturalismo na sua essência. Segundo os estudantes, a região do Algarve deve ser uma das mais multiculturais do país, devido à presença de muitos estrangeiros.

São Brás de Alportel

“Em São Brás de Alportel residem 10662 habitantes, 5232 são homens e 5430 são mulheres. A maioria das pessoas têm idades entre os 25 e os 64 anos o que significa que estão na idade ativa de trabalhar. E quanto aos idosos e jovens existem mais jovens que são 2536 pessoas do que idosos, que são 2383 habitantes. Nesta localidade e do total de habitantes existem no INE, 9300 habitantes de nacionalidade portuguesa e 990 pessoas de nacionalidade estrangeira. A maior parte destes estrangeiros são da Europa (820) e da União Europeia (538), mas também existe um número de habitantes brasileiros (97). O número de estrangeiros do género masculino é muito parecido ao número de estrangeiros do género feminino. Assim, em geral existem 369 pessoas com dupla nacionalidade. A população com mais de 15 anos são na sua maioria católicos (6339), mas existem outras religiões. Porém 929 pessoas não respondem e 965 não têm religião.

Das informações do INE nós pensamos que a população de São Brás de Alportel é multicultural porque tem muitos estrangeiros da Europa. Como é no Algarve parece-nos óbvio. A praia e o bom clima atraem as pessoas para esta região. Por isso é que estas pessoas estrangeiras procuram o Algarve e não outra localidade do país, como por exemplo Trás-os-Montes ou o Minho porque estas são regiões pouco atrativas. Achamos que estes estrangeiros trazem um novo colorido ao Algarve, mas não muito pois as pessoas próximas do mar são mais alegres que as que vivem no interior. Muitos estrangeiros criam laços com os portugueses construindo casas e ficam para sempre. É assim evidente que o multiculturalismo está presente e especialmente o interculturalismo porque convivem uns com os outros”.

Devemos realçar que, os alunos compreenderam que a coexistência de dois grupos culturais distintos é um fator de dinamismo cultural para esta localidade algarvia. Estes compreenderam, de igual forma, que a existência de indivíduos de outras nacionalidades promove um convívio único e singular entre todos, reconhecendo claramente o

multiculturalismo desta região e, sobretudo, o interculturalismo existente. Para os estudantes, o convívio e a partilha cultural são inevitáveis, pois ambos, portugueses e estrangeiros, vivem no mesmo espaço.

Olhão

“A população de Olhão apresenta um total de 45396 habitantes sendo que, 22174 são homens e 23222 são mulheres. A maior parte da população encontra-se em idade de trabalhar pois, existem 25154 pessoas com idade entre os 25 e os 64 anos de idade. Neste concelho há ainda mais jovens com menos de 25 anos de idade (12220 jovens) do que idosos (8022 idosos). Dos 45396 habitantes, 41619 são portugueses e 2684 são de nacionalidade estrangeira. A sua maioria são pessoas da Europa (1674 pessoas) e mais concretamente da União Europeia não incluindo Portugal (1146 pessoas). Destas pessoas de nacionalidade não portuguesa existe um número de homens e de mulheres que se aproxima muito. Por outro lado, e com nacionalidade dupla existem 1084 pessoas. A população de estrangeiros é de 6,40%. A população com mais de 15 anos de idade deste concelho é acima de tudo católica, mas também existem pessoas judaicas. Mesmo assim, existem muitas pessoas que não têm religião (4623 habitantes).

A população de Olhão é muito multicultural. É multicultural porque apresenta um número significativo de estrangeiros que por exemplo no norte de Portugal ou no Alentejo não existem por ser do interior. Por outro lado, os estrangeiros trazem a esta localidade muitas influências especialmente no que diz respeito à língua, na roupa, no comércio, no desenvolvimento de tudo porque esta é uma terra atrativa. Como é um concelho do litoral é claro que estão mais habituados à presença dos “outros” que são de outras nacionalidades. Mas também mostram que sabem conviver. Desta maneira podemos afirmar que existe multiculturalismo, porque existem pessoas de outras culturas, mas também existe interculturalismo porque todas as pessoas, estrangeiros e portugueses convivem e sabem conviver entre todos. Não há violência entre eles”.

De entre todas as ideias expostas, os estudantes reconhecem a existência de multiculturalismo nesta região. Associam este multiculturalismo às características físicas do território e ao facto deste se conceber como uma área de atração. Curiosamente reconhecem também que a presença de estrangeiros imprime um maior dinamismo ao concelho, porque estes

estimulam o consumo e o comércio local. O processo de interculturalismo é também algo reconhecido pelos estudantes, que admitem existir uma convivência salutar entre portugueses e estrangeiros. Por outro lado, estes entendem que o Interior não constitui uma área de atração, e por isso, os habitantes destas regiões, supõem os alunos, não devem estar tão habituados à presença de estrangeiros, como acontece neste concelho.

Em síntese, os estudantes, ao longo dos comentários elaborados, demonstram algumas ideias, que devemos ter em consideração. Neste sentido, os discentes evidenciam, na sua maioria, que entenderam os conceitos de multiculturalismo e de interculturalismo. Por exemplo, num comentário podemos constatar o seguinte: *“Por causa destas razões o multiculturalismo é muito grande e o interculturalismo é muito significativo, porque estes dois povos convivem e partilham costumes”*. Assim, os alunos perceberam que, o interculturalismo é mais do que a existência de diferentes culturas no mesmo território, - pressuposto defendido pelo multiculturalismo - pois este pressupõe relações de convívio e de partilha entre pessoas portadoras de distintas culturas. Quase todos os estudantes comprovam, ainda, que assimilaram as noções de áreas atrativas e de áreas repulsivas, associando as primeiras às áreas do Litoral e as segundas às do Interior. Tal pode ser observado na citação que se segue: *“Por isso é que estas pessoas estrangeiras procuram o Algarve e não outra localidade do país, como por exemplo Trás-os-Montes ou o Minho porque estas são regiões pouco atrativas”*. Quando se referem a estas áreas, os estudantes tendem a invocar os fatores naturais ou físicos e os fatores humanos, admitindo assim que *“Existem poucas pessoas no Interior do país, porque estas regiões não têm praia, sobretudo, para os estrangeiros, como o Algarve, nem existem oportunidades de emprego sobretudo para os portugueses”*.

Tendo por base estes pressupostos, podemos ainda referir que os estudantes possuem ideias pré-concebidas quanto aos hábitos culturais dos portugueses e dos estrangeiros. Deste modo, os discentes vêem os portugueses como pessoas tradicionais e católicas. Todavia, existem diferenças significativas entre os portugueses que vivem nas áreas do Litoral e os portugueses que vivem nas áreas do Interior. Assim, no Litoral, os alunos pressupõem que as pessoas são mais “abertas” e recetivas às diferenças culturais, porque estão mais habituadas a contactar com pessoas oriundas de outros países e portadoras de distintas culturas. Estas pessoas escolhem o Litoral devido aos fatores físicos e humanos, que são considerados atrativos. No Litoral vivem ainda mais pessoas e estas são tendencialmente mais jovens do que aquelas que habitam no Interior do país. Por outro lado, as pessoas do Interior são tendencialmente menos e mais idosas.

Não só os jovens abandonam estas áreas consideradas repulsivas, como poucos são os estrangeiros que as procuram. Por isso, as pessoas do Interior são mais “fechadas”, não aceitando bem as diferenças culturais dos “*outros*”.

Por seu turno, os estudantes acreditam que os estrangeiros são pessoas que podem ter qualquer religião e são modernos nas línguas que falam, no vestir, nas comidas e na música que ouvem.

Estas percepções generalistas são apenas contrariadas, em parte, por quatro alunos (que constituíram dois grupos de trabalho). Num dos casos, os estudantes consideraram que os portugueses podem, tal como os estrangeiros, participar de diferentes credos religiosos, para além do catolicismo. Por sua vez, outro grupo de alunos defende que, os estrangeiros procuram as áreas do Interior pelo sossego e a tranquilidade que estas oferecem.

Capítulo 5 - A História: Expansão Portuguesa e os Desafios para um Mundo Multi e Intercultural

5.1. Trabalhos Empíricos sobre o Contacto com o “Outro” na época da Expansão Marítima Portuguesa

Pressupondo o multiculturalismo como uma realidade que tem vindo a marcar a sociedade portuguesa desde os tempos mais remotos, e atendendo à temática do módulo três “*A Abertura Europeia ao Mundo: Mutações nos Conhecimentos, Sensibilidades e Valores nos Séculos XV e XVI*” e mais concretamente ao item cinco “*As novas representações da humanidade - O encontro de culturas e as dificuldades de aceitação do princípio da unidade do género humano: evangelização e escravização; os antecedentes da defesa dos direitos humanos*”, os alunos da turma do 10º 10 foram convidados a refletir sobre as formas de relacionamento estabelecidas entre os portugueses e as populações autóctones que estes encontraram aquando dos contactos estabelecidos na Índia, no Brasil e em África. Para isso, foram distribuídos três textos aos alunos: um trecho sobre a Carta de Achamento do Brasil de Pêro Vaz de Caminha, de 1500; um texto sobre as relações que os portugueses mantiveram com os africanos de todo o continente e, por fim, outro texto sobre os contactos estabelecidos na Índia. Estes dois últimos textos foram retirados da obra “*Confronto do Olhar*”, editada no ano de 1991.

5.1.1. Análise de Conteúdo: A Índia³⁹

Com base no texto⁴⁰ sobre o contacto dos portugueses com os habitantes da Índia, e em traços gerais, os alunos consideraram que os portugueses viajaram com destino à Índia, tendo a percepção de que “*esta constituía um vasto território*”. Com base nesta perspetiva, os discentes admitiram que, “*as civilizações asiáticas eram vistas como extremamente ricas e complexas, preparadas para resistir ao impacto do encontro com a Europa, tanto em termos mentais como em termos materiais*”. Ora, no nosso entender, os alunos utilizaram o termo “*resistir*”, porque perceberam que as populações autóctones da Índia mais do que conviver com os portugueses, pretendiam manter os seus territórios e os seus padrões culturais afastados das influências

³⁹ Vejam-se os textos elaborados pelos alunos no Anexo 4, na pág.112.

⁴⁰ Veja-se o texto no Anexo 3, na pág.110.

externas⁴¹. Por sua vez, o termo “*impacto*”, também este utilizado pelos discentes, demonstra que estes creem que o contacto estabelecido entre os navegadores portugueses e os indianos suscitou estranheza, dadas as diferenças entre ambas as culturas. Também alguns alunos consideraram que os portugueses tinham a convicção de que existiam muitas diferenças entre eles e os autóctones da Índia. Os alunos admitiram, assim, a existência de uma verdadeira estranheza por parte dos portugueses perante a nudez, as joias nas orelhas, a rejeição à carne, ao peixe, ao vinho, e ao pão e perante a extrema higiene dos indianos. Deste modo, os indianos, para os portugueses e no entender dos alunos, eram muito exagerados quanto à higiene pois, “*não comiam sem se lavar e se depois de se lavarem alguém que não estivesse lavado lhes tocasse, tinham de se lavar novamente*”. Os estudantes referem ainda que os indianos, por sua vez, viam os portugueses como “*gente porca*”. Os alunos reforçam esta última ideia, mencionando-a várias vezes.

Para além destas considerações, que faziam dos indianos “*gentes de grandes cerimónias*”, os discentes entenderam que as relações inicialmente estabelecidas entre indianos e portugueses eram “*de certo modo conflituosas*”, pois “*ao primeiro desentendimento com os indianos estes [os portugueses] destruíam as feitorias, massacrando a maioria dos portugueses que ali prestavam serviço*”. Os alunos entenderam ainda que os portugueses na chegada à Índia tiveram a imediata perceção de que se tratava de um povo “*evoluído*”, que para além de possuírem cuidados de higiene extremos, andavam com espadas, “*dominando este tipo de armas*”. Os portugueses, por seu lado, viam os indianos como “*altos e fortes fisicamente e com outras características diferentes na sociedade*”, facto que no entender de alguns estudantes está na origem das principais causas de má relação entre estes dois povos. Outros alunos vão ainda mais longe quando, curiosamente, afirmam que esta má relação se deve igualmente ao facto dos “*muçulmanos controlarem o comércio*”. Neste sentido, alguns discentes acrescentam ainda que os portugueses devem ter formulado uma imagem bizarra dos indianos, o que é explicável pelo facto destes “*andarem nus da cintura para cima, não calçarem sapatos ou usarem barretes, joias nas orelhas ou convidarem os seus amigos para dormir com as suas mulheres.*” Mais bizarra se tornaria ainda a visão dos portugueses, defendem outros alunos, quando estes se depararam com “*as meninas indianas de oito anos que se prostituíam, ou que pediam aos homens que lhes tirassem a virgindade*”.

⁴¹ Muito embora saibamos que na Índia, os muçulmanos dominavam as rotas comerciais. Neste sentido, os indianos estavam também sujeitos às influências muçulmanas.

5.1.2. Análise de Conteúdo: África⁴²

Do texto⁴³ acerca de África, os alunos, na sua maioria, entendem que o encontro dos portugueses com os africanos do Norte foi “agressivo”. Estes consideram ainda que os primeiros contactos constituíram “uma grande experiência para os portugueses, uma experiência na qual a sociedade portuguesa de então não estaria habituada à aproximação a novas raças ao contrário da sociedade de hoje que é multicultural”. Alguns alunos são claros quando afirmam que, caso o encontro se realizasse na atualidade, os portugueses estariam “melhor preparados para o conhecimento de outras raças, religiões e outras maneiras de vida”. Existem ainda alguns alunos que defendem que a relação com os africanos foi “violenta, transformando-se mais tarde numa relação comercial”. Os discentes veem os portugueses como os opressores dos africanos, pois “atacaram os povos desconhecidos com o objetivo de os dominar, criar a escravatura e difundir a fé cristã”. De facto, “no início do século XV, os portugueses atacaram e escravizaram os mouros, matando inúmeras famílias e violentando diversos indivíduos”. Apesar disto, e segundo outros estudantes, os portugueses consideravam as mulheres africanas muito asseadas “lavando todas as partes do corpo até três vezes ao dia” e viam “os homens africanos [que] apesar de asseados comiam como animais sem quaisquer regras de boa educação”. Por outro lado, alguns alunos reconhecem que os portugueses viam os africanos de um modo especial, pois “a morte não os incomodava”, e estes “não possuíam regras” nem continham “nenhuma civilidade”.

Outros estudantes pensam que o sentimento de antipatia pelos costumes dos negros e pelos costumes dos brancos era mútuo, afirmando que “os costumes não eram a razão para criar um ar de violência (...) havia outras razões, como a exploração do ouro, por exemplo”. Na verdade, os discentes creem que existe um sentimento de racismo por parte dos brancos, pois “chamam [os negros] de demónios com cor de carvão”. Os alunos reiteram ainda que “(...) os portugueses tratavam mal os “outros” e “também os desprezavam” considerando-os “sem nenhuma educação, mentirosos e sempre enganadores, comem no chão e concluindo são muito mal vistos pelos portugueses”. Neste sentido há alunos que entendem que, aos olhos dos portugueses, os africanos são muito inconstantes, “nunca ficam a viver no mesmo lugar durante muito tempo, encontrando-se portanto em constante mudança”. Alguns estudantes consideram que os portugueses viram os negros como seres muito estranhos “devido aos seus hábitos

⁴² Vejam-se os textos elaborados pelos alunos no Anexo 2, na pág.103.

⁴³ Veja-se o texto no Anexo 1, na pág.100.

incomuns...”e, por isso, chamavam-lhes “*brutamontes, trogloditas, bestas, mal-educados, rudes, mentirosos e enganadores, chegando até a ser comparados com animais pois, agem sem regras*”. De certo modo, e a partir do documento em análise, os alunos explicam que “*os lusitanos não se conseguiam identificar de modo algum com os africanos pois consideravam-se muito diferentes*”. Para outros alunos, esta dificuldade no trato e no entendimento entre portugueses e africanos resulta da “*falta de compreensão por parte dos portugueses acerca da religião e da fé africana*”. Neste sentido, estes reforçam a ideia de que, na atualidade, estas diferenças não fazem muito sentido, “*pois estamos habituados a viver num meio onde há diversidade cultural*”. Para alguns estudantes, os portugueses “*não aceitaram e não fizeram esforço para conviver com as diferenças principalmente com o povo do norte de África*”, não reconhecendo a importância de “*conhecer um povo pela primeira vez*”. Em suma, e como defende claramente uma aluna, “*penso que os portugueses olharam para os africanos e transmitiram aos portugueses [em Portugal] uma sensação de estranheza, isto é, os portugueses nunca tinham visto pessoas de cor negra e de outros costumes, logo a sensação de estranho face aos africanos*”. Esta aluna vai mais longe quando declara que “*a relação de amizade não era nítida, pois a estranheza dos portugueses face aos africanos não permitiu aos portugueses relacionarem-se comunicativamente com os africanos (...) os portugueses acharam que os africanos para além de não terem educação, os seus costumes eram de outro mundo, como por exemplo comer com as mãos*”. Esta aluna refere ainda que, os portugueses foram racistas face aos africanos, pois no texto reitera que “*(...) tinham opiniões que os discriminavam, como por exemplo a cor da pele, e as ações que praticavam no dia-a-dia e a sua maneira de ser e de estar*”. No entanto, esta reconhece que “*hoje os portugueses têm uma opinião diferente dos africanos não sendo tão racistas como outrora (...) a comunicação é um aspeto que melhorou pois nos dias de hoje, os portugueses e grande parte das pessoas, comunicam e interagem em prol dos africanos*”. Defende ainda outra estudante que, a má relação que se estabeleceu entre portugueses e africanos deveu-se, nomeadamente, ao facto dos “*portugueses conquistarem as terras africanas à força*”.

5.1.3. Análise de Conteúdo: Brasil⁴⁴

Do texto⁴⁵ acerca do Brasil, os alunos referem que a estranheza e a diferença continuaram a marcar os sentimentos dos portugueses quando viram pela primeira vez os índios do Brasil.

Segundo os estudantes, os portugueses ficaram admirados com as diferenças que observaram. Os índios eram *“pardos de bons rostos narizes bem feitos, andavam nus, sem nenhuma cobertura, traziam os beiços furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, os cabelos eram corredios e traziam cabeleiras de penas”*. Na opinião de uma aluna, o encontro foi marcado pela admiração e nunca pela violência, assim *“pouco a pouco foram ganhando confiança e puderam partilhar costumes e tradições, tanto pelos índios que lhes mostraram danças, roupas e habitats, como pelos portugueses que lhes mostraram a sua fé em Deus e o cristianismo”*. De facto, para os alunos, *“o encontro inicial entre estes dois povos foi de certa maneira surpreendente e chocante, pois ambos se desconheciam e tudo lhes era estranho”*. Seja como for, apesar de os alunos admitirem que o encontro entre portugueses e indígenas do Brasil foi pacífico, o choque de culturas que aí se estabeleceu ainda hoje se pode observar, *“pois ainda existem diversos povos com tradições diferentes com os quais não estamos habituados na nossa sociedade”*. Assim, considerado pelos estudantes como um *“grande choque cultural”*, o achamento do Brasil e, sobretudo, o encontro com os seus habitantes foi visto pelos portugueses com *“grande estranheza”*. De igual modo, os alunos entendem que os índios *“parecem ter sentido algum sentimento de ameaça pela presença dos portugueses porque vinham armados com seus arcos e suas setas”*. Defendem os discentes que se tratou, portanto, de *“uma surpresa para ambos que afetou tanto os povos descobertos como os descobridores”*.

Outros alunos julgam que os portugueses viram os índios como *“uns degradados que não entendiam nenhuma crença e portanto, se os degradados se entendessem com os portugueses e aprendessem a sua fala seriam logo cristãos (...) pois os índios eram gente de boa simplicidade”*. Os alunos consideram ainda que os dois povos *“aproveitaram as diferenças entre eles para poderem evoluir. Hoje em dia não existem tantas diferenças pois estes povos aprenderam várias coisas para se aproximarem em termos culturais”*. Defende outro estudante que a *“relação entre estes dois povos foi sobretudo de amizade sendo que hoje mantem-se essa relação”*. Este menciona ainda que *“a relação dos portugueses com os índios brasileiros*

⁴⁴ Vejam-se os textos elaborados pelos alunos no Anexo 6, na pág.122.

⁴⁵ Veja-se o texto no Anexo 5, na pág.117.

retrata bem as relações atuais entre os dois povos. Relações de amizade, mas sempre com aquela desconfiança sobre o outro”. Este acrescenta que “ambas as culturas estão bastante desenvolvidas e continuam a ser muito diferentes, no entanto, são mais semelhantes que nunca. Partilham a mesma língua, a mesma forma de governo e algumas tradições”.

5.2. Algumas Reflexões Sobre as Análises de Conteúdo

Considerando os diferentes textos distribuídos aos alunos sobre os primeiros contactos estabelecidos com os povos oriundos dos territórios de África, Índia e Brasil entendemos que deveríamos enunciar o conjunto de termos classificatórios que estes mais utilizaram. Estes termos refletem bem a visão dos estudantes acerca destes encontros. Assim, pensamos que das características enunciadas pelos alunos destacam-se, sobretudo, os termos classificatórios de: “*estranho*”, “*rude*”, “*incivilizado*”, “*diferente*”, “*mentiroso*”, “*admirável*”, “*chocante*”, e “*surpreendente*”.

As classificações criadas resultaram da leitura dos comentários elaborados pelos dezoito alunos aos textos inicialmente distribuídos pela docente. Deste modo, o quadro que se segue apresenta uma abordagem quantitativa destes termos classificatórios.

Quadro 5 - Os Termos Classificatórios

Termos Classificatórios	Frequência
Diferente	24
Estranho	21
Agressivo	11
Chocante	9
Admirável	7
Mentiroso	5
Pacífico	3
Rude	2

Do quadro exposto, podemos referir que os termos classificatórios de “*diferente*” e “*estranho*” são os mais utilizados pelos alunos. Estes são referidos vinte e quatro e vinte e uma

vezes, respetivamente. Seguem-se o termo “agressivo” que é mencionado onze vezes e o termo “chocante” que é referido nove vezes. Por fim, seguem-se os termos “admirável”, “mentiroso”, “pacífico” e “rude”, que são utilizados sete, cinco, três e duas vezes, respetivamente. É certo que estes termos detetados nos discursos dos estudantes são os que mais se destacam pela sua repetição e insistência, mas existem outros tantos que, apesar da sua fraca utilização, também são considerados pelos alunos. Por esta razão, não devemos deixar de os considerar. Esses termos são⁴⁶: “antipáticos”, “violentos”, os “outros”, a “outra raça”, “inconstantes”, “enganadores”, “bestas”, “guerreiros frios”, “espantosos”, “conflituosos”, “rigorosos”, “bizarros”, “evoluídos”, “degradados”, “ameaçadores”, “inocentes”, “simples”, “ricos”, “complexos”, “inconstantes”, “amigos” e “de confiança”. Assim, estes termos constituem a perspetiva que os alunos têm sobre a forma como os portugueses viram os “outros”. Por sua vez, a característica que os discentes entendem ser a melhor para classificar o comportamento dos portugueses face aos “outros” é o de “racista”⁴⁷.

Tendo em conta estas perspetivas, os alunos entenderam que os portugueses viram “o outro” com base nos seus pressupostos e de acordo com os princípios culturais da época. Os comentários que os estudantes realizaram acerca dos portugueses e dos seus contactos com o “outro” são manifestamente semelhantes e, sobretudo, refletem algumas ideias pré-concebidas. Os discentes não têm dúvidas que os portugueses encararam os “outros” povos com alguma estranheza e, acima de tudo, com desconfiança. O “outro”, segundo os alunos, seria para os portugueses um ser inferior, pouco culto e nada civilizado (excetuando os “indianos” que eram apenas vistos com estranheza). Deste modo, e em contrapartida, os portugueses seriam sempre os evangelizados, cultos e civilizados, com exceção dos indianos que os consideravam “porcos”, pela falta de hábitos de higiene. De igual forma, e de um modo geral, os estudantes consideraram que, tal como outrora, esta distinção e sobrevalorização do “eu” também hoje está presente nas relações entre portugueses e estrangeiros. Apesar dos alunos reconhecerem que as relações sociais são bem mais humanizadas na atualidade, a verdade é que o “outro” será sempre o “outro” e o “eu” será sempre o “eu”. Ou seja, apesar dos alunos considerarem que as relações sociais são hoje mais humanas, estes continuam a denotar e a realçar nas suas próprias

⁴⁶ Estes termos são referenciados uma vez por cinco alunos.

⁴⁷ Embora sejam poucos os alunos que avaliam a posição dos portugueses face à sua visão do “outro”, a verdade é que três deles consideram “racista” a postura dos portugueses.

considerações escritas as diferenças entre eles e os “outros” (que podem ser os estrangeiros, os que têm orientações sexuais e religiosas diferentes, entre outros exemplos).

“É que a humanidade do Homem, correlativa das múltiplas formas de ser, cumpre-se na aprendizagem da diferença, na abertura ao outro, ao divino, ao desconhecido, ao ausente, à natureza ou ao mistério”.

(Abdalla & Pretceille in Bizarro, 2007, p.219).

Considerações Finais

Vivemos num mundo verdadeiramente global. Objetos, técnicas, conhecimentos e pessoas movem-se incessantemente numa dinâmica contínua e em todos os sentidos. O mundo está em movimento e os seres humanos que dele fazem parte, sentem cada vez mais a necessidade de interagir e comunicar entre si. Os espaços encurtam-se e o multiculturalismo ganha contornos nunca antes vistos. Pessoas de diferentes etnias partilham do mesmo espaço e, quer queiram quer não, sofrem de processos de aculturação⁴⁸ que devem, inevitavelmente, ser pacíficos e respeitosos. De facto, a diversidade cultural a que se assiste, é hoje um importante modo de estruturação do tecido social do nosso país. Assim, mais do que perspetivar esta realidade apenas sob o prisma do multiculturalismo, deve procurar-se construir uma perspetiva intercultural, isto é, deve conceber-se uma sociedade que dê lugar à diferença, que dê lugar aos “outros”, que reconheça os seus direitos, que esteja aberta às diferenças culturais e na qual a diversidade possa ser percecionada como fonte de enriquecimento mútuo. É neste sentido que, sob o ponto de vista das representações sociais ou ideológicas, deverá surgir o interculturalismo. Este constitui, pois, um verdadeiro desafio para as sociedades contemporâneas, nomeadamente, para as diferentes instituições económicas, sociais e culturais que dela fazem parte. A escola como espaço de formação e aprendizagem tem, sob este ponto de vista, acrescidas responsabilidades. A crescente massificação e multiculturalismo dos espaços escolares faz com estes tenham de estar preparados para receber “o outro” de forma respeitosa e digna. A escola deverá estar preparada para gerir a diversidade cultural e promover a sua integração, quer na comunidade escolar, quer na sociedade em geral. De facto, a crescente diversidade cultural de Portugal constitui um verdadeiro desafio para o sistema educativo português. Sendo a escola um

⁴⁸ A aculturação pode ser entendida como o “fenómeno pelo qual um grupo de indivíduos de uma cultura definida entra em contacto com uma cultura diferente e se adapta a ela ou dela retira elementos culturais” e/ou o “processo de absorção ou de adaptação a uma cultura, por parte de um indivíduo” (Priberam, 2015).

importante elo de ligação à sociedade de acolhimento, devem criar-se os meios que possibilitem a adequação da instituição escolar à sua realidade multicultural. Promover o interculturalismo numa sociedade multicultural é, pois, um dos maiores desafios que a escola enfrenta e enfrentará nos próximos tempos. Atendendo a estas considerações, torna-se fundamental reconhecer a importância da formação de professores que deverá, inevitavelmente, fundamentar-se numa pedagogia intercultural que privilegie, não apenas as opções vocacionais da população migrante, as suas realidades linguísticas e socioculturais, mas que prepare também as populações autóctones para a sua receção e aceitação, por forma a se construir um mundo mais tolerante e mais justo marcado pela partilha e onde as diferenças se constituam como uma mais-valia para todos. Na verdade, a diversidade cultural está no centro do desenvolvimento humano. É muito importante que se faça da diversidade uma oportunidade de aprendizagem ao ritmo de um mundo global, partilhando tradições e trocas culturais, competências e saberes. A escola deve constituir-se, efetivamente, como um espaço de comunicação e partilha onde se deve aprender a respeitar esta diversidade cultural. Ela é por excelência um meio de aproximação, quer das diferenças, quer das semelhanças, mas é, sobretudo, um meio de aproximação entre todos os que dela fazem parte.

Tendo por base tais pressupostos, foram lecionadas algumas aulas, nas quais os estudantes tiveram oportunidade de estudar alguns conteúdos relacionados com esta temática. Tal como referimos, ao longo deste trabalho, os estudantes de História consideraram que, a visão dos portugueses sobre o “*outro*”, quer na época da Expansão Marítima Portuguesa, quer na atualidade, baseia-se essencialmente num conjunto de ideias pré-concebidas que estes têm acerca do “*outro*”. Assim, estes alunos entenderam que os portugueses possuíam uma perspetiva sobre o “*outro*” que se baseava em pressupostos racistas. Por sua vez, os mesmos estudantes admitiram ainda que esta visão dos portugueses é, na atualidade uma visão mais justa e humanizada. Pelas considerações redigidas, podemos ainda considerar que os próprios estudantes possuem uma visão linear e fragmentada destas relações. Ou seja, estes continuam a falar dos portugueses e da cultura portuguesa, como a “*nossa*”, por oposição à dos “*outros*”; continuam a considerar que deveria ser estranho conhecer estes povos, porque estes eram muitos diferentes, como também afirmam que na atualidade - apesar da abertura cultural verificada - continua a ser estranho o contacto com algumas pessoas “dissemelhantes”. Quanto aos alunos de Geografia, percebemos que a sua visão atual acerca do multiculturalismo está, de igual forma, baseada em pressupostos pré-concebidos. Na verdade, os seus discursos assentam em

ideias pré-construídas acerca do Interior e do Litoral, dos estrangeiros e dos portugueses, da religião e do ateísmo. Compreendemos, pois, que os discentes, quer os de Geografia, quer os de História veem a perspectiva dos portugueses e deles próprios relativamente a outras culturas, a partir de uma visão influenciada pela cultura a que todos pertencem.

Em suma, compreendemos que o estudo destas temáticas é essencial, para que os estudantes percebam e aceitem as diferenças e as semelhanças e para que vejam nos “*outros*”, verdadeiras oportunidades de crescimento e de enriquecimento pessoal e cultural. Neste sentido, nas aulas que se seguiram à entrega do trabalho final acerca dos indicadores demográficos - no caso dos alunos da disciplina de Geografia - e nas aulas posteriores à redação dos textos - no que diz respeito aos estudantes da disciplina de História - foram lecionadas algumas aulas, onde foi possível sensibilizar os discentes para estas temáticas, expondo e analisando alguns dos pressupostos evidenciados nos trabalhos. No caso dos estudantes de Geografia, estes tiveram ainda a oportunidade de debater estas questões no decorrer de uma aula, tendo por referência, sobretudo, a dicotomia existente entre o Interior e o Litoral do país. Por sua vez, os alunos de História - que elaboraram os comentários nas primeiras aulas acerca da Expansão Marítima Portuguesa - tiveram a possibilidade de debater estas questões numa última aula do módulo cinco “*As novas representações da humanidade*”. Nesta aula, para além de serem trabalhadas estas temáticas, foram expostas algumas figuras acerca dos diferentes grupos humanos existentes no mundo⁴⁹. Os discentes tiveram ainda oportunidade de participar ativamente num colóquio intitulado “*Todos os Rumos Vão Dar à Zarco*”⁵⁰, onde foram debatidas estas e outras questões relacionadas com a Expansão Marítima Portuguesa e, particularmente, com os contatos estabelecidos com outros povos.

⁴⁹ Sabemos, de antemão, que os estudantes de hoje são muito sensíveis às imagens. Através da sua observação, estes tiveram oportunidade de se questionarem acerca das características físicas, do modo de vestir, dos usos e costumes e de alguns dos rituais das diversas tribos consideradas.

⁵⁰ Este colóquio foi realizado pelo Núcleo de Estágio e centrou-se, sobretudo, nas questões relacionadas com a Expansão Marítima Portuguesa e com o contato estabelecido entre os portugueses e os demais povos contactados.

Referências Bibliográficas

Albuquerque, L., et al. (1991). *O Confronto do Olhar: o Encontro dos Povos na Época das Navegações Portuguesas, Séculos XV e XVI: Portugal, África, Ásia, América*. Lisboa: Editora Caminho.

Ander-Egg, E. (2003). *Métodos y Técnicas de Investigación Social-Técnicas para la Recogida de Datos e Información*. Buenos Aires: Editora Lumen Humanitas.

Badesa, S. M. (2004). *Perfil del Animador Sociocultural*. Madrid: Narcea S.A. Ediciones.

Biklen, S. (s.d). *Investigação Qualitativa em Educação- Uma Introdução à Teoria e aos Métodos*. Porto: Porto Editora.

Bizarro, R. (2009). A Escola de Hoje: Uma Encruzilha de Migrações. In *IV Encontro de Estudo sobre Ciências e Culturas*, Porto, 2009 (243-255).

Bizarro, R. (2007). *Eu e os Outro-Estudos Multidisciplinares sobre Identidade (s), Diversidade (s) e Práticas Interculturais*. Porto: Areal Editores.

Bizarro, R. (2006). *Como Abordar a Escola e a Diversidade Cultural- Multiculturalismo, Interculturalismo e Educação*. Porto: Areal Editores.

Copans, J. (1999). *Introdução à Etnologia e à Antropologia*. Lisboa: Publicações Europa América.

Corrêa, R. M. (2009). *Avanços e Desafios na Construção de uma Sociedade Inclusiva*. Minas Gerais: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Sociedade Inclusiva / PROEX / PucMinas.

Cristóvão, F. (2001). *Método: Sugestões para a Elaboração de um Ensaio ou Tese*. Lisboa: Edições Colibri.

Fernandes, A. T. (2002). *A Inserção Social: Percursos e Desvios de um Processo*. Porto: CCRN-Comissão de Coordenação da Região do Norte.

Freire, P. (1999). *Pedagogia da Autonomia. Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Ferreira, C., & Simões, N. (1986). *A Evolução do Pensamento Geográfico*. Lisboa: Gradiva.

Guedes, F. (2006). *Dicionário Verbo de Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Verbo.

Hall, S. (1981). Cultural Studies: Two Paradigms”. In Bennett T., et al. *Culture, History and Social Processes*. Milton Keynes: The Open University Press.

Hekman, S. J. (1990). *Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento- O Saber da Filosofia*. Lisboa: Edições 70.

Kraidy, M. (2005) *Hybridity, or The Cultural Logic of Globalization*. Philadelphia: Temple University Press.

La Brec, W. S. (2000). *Como Responder à Diversidade Cultural dos Alunos*. Rio de Janeiro: Editora Criapasa.

Leite, C. (2007). *A Atenção ao Multiculturalismo na Educação Escolar em Portugal*. Porto: Areal Editores.

Lopes, M. S. (2008). *Animação Sociocultural em Portugal*. Amarante: Editora Intervenção- Associação para a Promoção e Divulgação Cultural.

Ludovino, P. (2012). *A Aprendizagem Cooperativa: uma Metodologia a Aplicar nas Disciplinas de História e de Geografia*. Porto: Flup.

Nicolau, L. F. (2010). *Ciganos e Não Ciganos em Trás-os-Montes: Investigação de um Impasse Inter-Étnico*. Chaves: Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro-Polo de Chaves.

Pinto, C. A. (1995). *Sociologia da Escola*. Lisboa: Editora McGraw-Hill de Portugal, Lda.

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1999). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Editora Gradiva.

Serrano, G. P. (2004). *Modelos de Investigación Cualitativa en Educación Social y Animación Sociocultural, Aplicaciones Práticas*. Madrid: Ediciones Narcea S.A.

Taylor, C. (1994). *Multiculturalismo*. Lisboa: Instituto Piaget.

Vala & Monteiro. (1993). *Psicologia Social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Bibliografia Eletrónica

Breitbart, Áurea Corrêa de M. Notas (1988) *Sobre a Importância Metodológica dos Conceitos, Ensaios*. Acedido em maio 12, 2015, em <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1193/1542>.

Delors. J. et al (1998) *Educação, Um Tesouro a Descobrir*. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI. Ministério da Educação e do Desporto. Acedido a 08 de março de 2015, em <http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000046001-000047000/000046258.pdf>.

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, acedido a 5 de maio de 2015, em https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=priberam.

Guerra, Y. (1998) *Investigação Social e Serviço Social: novos processos de produção do conhecimento*, Santiago-Chile: XVI Congresso Latino-americano de Escolas do Trabalho Social, Acedido em abril 7, 2015, em <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-145.pdf>.

Informações acedidas a 26 de março de 2015, em www.unesco.org/new/fileadmin/.../declaration_cultural_diversity_pt.pdf.

Informações retiradas do site acedido a 10 de março de 2015, em http://www.revistaautor.com/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=543:minorias-etnicas-na-midia-ocidental&catid=14:internacional&Itemid=43.

Lei de Bases do Sistema Educativo (1986). Acedido a 08 de maio de 2015, em http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/Educacao_Geral_BasesSistemaEducativo.aspx

Serviço Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (2015). Acedido em agosto 2, 2015, em <http://sefstat.sef.pt/distritos.aspx>.

Silva, L. & Ferreira, C. (2000). *O Cidadão Geograficamente Competente: Competências da Geografia no Ensino Básico*. Acedido em maio 12, 2015, em http://www.apgeo.pt/files/section44/1227091870_Inforgeo_15_p097a108.pdf.

Steinemann, J. (2005). *Currículo e Cultura*. Acedido em abril 8, 2015, em <http://curriculoecultura.blogspot.pt/2005/11/integracao.html>.

Anexos

Anexo 1-O Encontro dos Portugueses com África

Muitos dos navegadores que fizeram o primeiro encontro (até à costa ocidental de África) eram expedientes corsários, habituados à emboscada, ao desembarque; isto passa-se, *grosso modo*, até meados do século XV. A partir do segundo quartel do século XV e já noutra espaço Atlântico (para além de Cabo Verde e dos rios Gâmbia e Senegal) este encontro perdeu o carácter belicoso estabelecendo-se um contacto mais comercial onde, a expansão da fé cristã e o lucro⁵¹ tomavam a mente dos portugueses.

“E em acabando estas razões, olharam para a povoação e viram os Mouros, com suas mulheres e filhos, saiam já quando podiam dos seus alojamentos, porque houveram vista dos contrários. E eles chamando: Santiago! Sam Jorge! Portugal! deram sobre eles, matando e prendendo quanto podiam. Ali poderíeis ver madres desamparar filhos, e maridos mulheres, trabalhando cada um de fugir quanto mais podia. E uns se afogavam sob as águas, outros pensavam de guarecer sob suas cabanas, outros escondiam os filhos debaixo dos limos, por cuidarem de escapar, onde os depois achavam. E enfim, nosso Senhor Deus, que a todo bem dá remuneração, quis que, pelo trabalho que tinham tomado por seu serviço, aquele dia cobrassem vitória de seus inimigos, o galardão e paga de seus trabalhos e despesas, cativando deles, entre homens e mulheres e moços, CLXV, afora os que morreram e mataram. Acabada a peleja, louvaram todos Deus, pela mui mercê que lhes fizera, em lhes querer assim dar vitória, e tanto a seu salvo. Tendo seus cativos metidos em seus batéis, e outros em terra bem atados, porque os batéis eram pequenos e não podiam alojar tanta gente, ordenaram que fosse um homem quanto podesse ao longo da costa, por ver se haveria vista das caravelas, o qual logo começou a andar; e indo em grande Léguas, donde os outros ficavam, viu ver as caravelas, que Lançarote, pela guisa que dissera, partira tanto que fora manhã. (...)”

“ (...) na terra dos negros não há outro lugar cercado senão aquele a que eles chamam Oadém, nem povoação senão algumas que estão à beira do mar de casas de palha, as quais foram despovoadas pelos que lá foram em os navios desta terra. Verdade seja, que toda a terra, de modo geral, é povoada, mas sua vida não é senão em tendas e alquitões como nós aqui trazemos quando acontece os nossos príncipes andarem em hoste; da qual coisa deram

⁵¹ Este lucro advinha em grande medida da comercialização de escravos negros.

testemunho aqueles que lá filharam. Toda sua principal aplicação e trabalho está na guarda de seus gados, vacas e carneiros e cabras e camelos. E quase cada dia mudam seus arraiais, que o mais que podem sossegar em um lugar serão oito dias. E alguns daqueles homens principais trazem em o gado éguas mansas, de que hão cavalos, porém muito poucos. Sua vianda, pela maior parte, é leite; e algumas vezes poucas, carnes e sementes de ervas bravas que colhem por aqueles montes; e disseram alguns dos que lá foram, que se parecem estas ervas com o painço desta terra (mas não há aí delas muitas). Algum trigo, quando o podem haver, dizem que o comem com aquele respeito coim que nós, em esta terra, comemos confeitos. E, em muitos meses do ano, nem eles nem seus cavalos nem caes se governam de outra cousa senão de beber leite. E os que vivem à bera do mar não comem outra coisa senão pescado, todos de modo geral sem pão nem outra coisa, salvo a água que bebem e as mais das vezes comem este pescado cru e seco. As vestiduras que trazem são almexias de coiro e também bragas feitas, porém alguns honrados homens têm alquicés. E alguns particulares, que estão quase acima de todos os outros, trazem vestidos bons como os outros mouros, e bons cavalos e boas selas e boas estribeiras; mas estes são mui poucos. As mulheres vestem alquicés, que são assim como mantos, com os quais cobrem os rostos e por ali entendem que acabam de cobrir toda a sua vergonha, porque os corpos trazem todos nus. Por certo, que esta é uma das cousas porque se pode conhecer sua grande bestialidade, pois, se algum pouco de razão entre estes houvesse, seguiriam a Natureza, cobrindo aquelas partes somente que ela mostrou que deveriam ser cobertas, pois vemos, naturalmente, q eu em cada um daqueles lugares vergonhosos pôs a natureza cerco de cabelos, mostrando que os queria esconder (e ainda têm alguns naturalistas que, se deixarem assim aqueles cabelos, tanto crescerão até que escondam todos os lugares de vossa vergonha). E as mulheres daqueles honrados trazem vincos e argolas e ouro; e assim outras jóias.“

“ (...) E porque em terra havia tantos daqueles guinéu, que eles por nenhum modo podiam sair em terra nem de dia nem de noite, quis Gomes Pires mostrar que queria sair ente eles por bem. Pôs na terra um bolo e um espelho e uma folha de papel, no qual debuxou uma cruz. Eles, quando viram e acharam aquelas cousas, britaram o bolo e lançaram-no para longe, e com as azagaias foram atirando ao espelho, até que o britaram em muitas peças e romperam o papel, mostrando que de nenhuma destas coisas curavam. Pois que assim é, atirai-lhes com as bestas, ao menos para que conheçam que somos gente que lhe poderemos fazer dano, quando a bem connosco não quiserem chegar. Mas os guinéus, vendo a tensão dos

outros, começaram de lhe enviar o retorno atirando-lhes também com as frechas e com as azagaias. (...) ”

“ (...) E aqueles demónios eram negros como carvões, e os olhos haviam como candeias acesas, e os dentes haviam brancos assim como a neve e traziam rabos, como escorpiões, e as unhas dos pés e das mãos eram de ferro agudas e mui más e assim ameaçavam a alma, e movendo contra ela seus aparelhos que tinham com que atormentavam as outras almas iam para o inferno. Em os desertos da Etiópia há umas gentes que vivem sem lei, assim como bestas e têm mulheres sem casamento e são chamados Garamantes. E outros há aí que maldizem o sol, quando se levanta e quando se põe, porque os queima em aquela terra mui fortemente. Outros há aí que moram em covas e comem as serpentes e toda outra cousa que pode ser comida, e estes são chamados Trogloditas. Outros andam nus e não trabalham em nenhuma cousa, e estes são chamados Grafasantes”.

“As mulheres desta região são muito asseadas de corpo, pois se lavam completamente, quatro ou cinco vezes ao dia; e, assim também, os homens, mas no comer são porcalhões e sem nenhuma educação. São pessoas muito simples e rudes nas coisas de que não têm prática, que são muitas; mas naqueles em que estão práticos, sabem tanto como qualquer de nós. São homens de muitas palavras, e nunca acabam de falar e, são todos sempre mentirosos e enganadores, em extremo; por outro lado, são caritativos, porque dão de comer e de beber a qualquer estrangeiro que, de passagem, chegue a sua cas por uma refeição ou por uma noite, sem qualquer remuneração. Estes senhores negros fazem guerra muitas vezes uns com os outros e ainda muitas vezes aos seus vizinhos e as suas guerras fazem a pé porque têm muitos poucos cavalos, poi lá não podem viver devido ao grande calor (...) As suas guerras são mito mortíferas e matam como bestas. Não se espantam quando veem o companheiro morto, diante de si, como faria qualquer um de nós. Isto é devido a terem por costume ir batalhar desprovidos de armaduras; e por isso estão tão acostumados que, ainda que vejam morrer os seus companheiros diante dos olhos, não dão a isso muita importância. Nisto mostram bestial arrogância, não temendo a morte. Quanto ao modo de viver, isto é de comer, ele procede como se disse acima que faz o seu rei de Senega a quem todas as mulheres mandam por dia, para comer, umas quantas iguarias, cada uma. Este estilo têm-no todos os senhores negros e homens de importância, pois as suas mulheres lhe suportam as despesas. Comem no chão, como as alimárias, sem regra nenhuma (...) ”.

(Albuquerque et al, 1991 - *O Confronto do Olhar*. Lisboa: Editora Caminho).

Anexo 2-Textos Elaborados pelos Alunos

A Relação dos Portugueses com o Africano

O Encontro com os Africanos de Norte foi agressivo, tendo pela falta de percepção sobre uma nova base e uma nova religião e a única maneira de exercer poder e controle era através da guerra.

No Alamo para Sul, o tipo de africanos vai variando, variando também o estilo de vida, os costumes, a alimentação... etc. A sociedade de Alamo não estava adaptada à aproximação a novas raças, ao contrário da sociedade atual, que é multicultural.

À medida que o alamo para Sul foi encontrando até a hipértese em motivos de espanto para os Portugueses. No caso de hoje há duas opções quando há um encontro com outras raças: ou se entende e compreende ou não há entendimento e surge a guerra. Se o encontro fosse hoje provavelmente não haveria tanto espanto porque a sociedade de hoje está preparada com conhecimento sobre outras raças, religiões e outras maneiras de vida.

Daniel Pinto

Eduardo Filipe Monteiro Gomes 10º10 Nº9

África

Penso que os portugueses quando chegaram à África, ambas as partes achavam que cada um tinham certos costumes e também que por exemplo os africanos não gostavam dos costumes portugueses, sem como que os portugueses não gostavam dos costumes africanos, sendo que os costumes não era nada para causar um ar de violência, ou seja, haviam outras razões, sem como a exploração do ouro entre outras coisas que causaram guerra por aquele lado de África.

Sendo que na língua dos negros como era chamada a África, a comida, o vestuário essenciais eram ~~na~~ tão importantes e escassos, cada alimento era respeitado como se fosse o último. Também eram muito conhecidos por quando os seu gado apesar de pouco era fundamental para a vida de cada um.

Um dos alimentos mais abundantes é o leite não em produzir vindo ~~de~~ da região perto dos animais.

Eles vestiam almeirão de corino sem como brancas feitas e também existiam vestiam alguns homens que tinham vestidos brancos, e as mulheres vestiam almeirão que são como mantos.

E ~~segundo~~ de algumas fontes do texto ~~disse~~ entende-se que os portugueses são nacidos chamados de demônios com coa de carvão.

Considerando os demônios que tratavam mal os outros e também os desprezavam-se. Considerado por alguns "sem nenhuma educação", "malvados" e "imprescindíveis" com um não há em educação. E concluindo são muito mal vistos pelos portugueses.

Ana Rita Amador, nº3, 10º10

Africa: Foi um encontro de guerra pois os portugueses não compreendiam a fé (religião) ~~destes povos~~ destes povos. Quando os portugueses avançaram para sul, encontraram outro tipo de africanos, e os portugueses esbanharam os modos e hábitos de vida (hábitos alimentares, roupas, habitações, religiões, culturas...). Percebi uma vez os portugueses esbanhavam a grande diferença entre povos. (na atualidade já não esbanhamos tanto pois estamos habituados a viver num meio onde há diversidade cultural). A medida que avançavam para sul e a cor de pele ia escurecendo cada vez mais (cor de carvão) surgiam ideias para justificar a cor de pele. Nos relatos os navegadores relatavam principalmente o que era diferente e o que não havia em Portugal.

Naquela altura os portugueses a meu ver não aceitaram e não fizeram esforço para conviver com as diferenças principalmente com o povo do norte de África. E gostava de experimentar conhecer um povo pela primeira vez.

Vitor Machado m 26 10º 90

Relação dos Portugueses Com os Africanos

Pensa que os Portugueses olham para os Africanos e transmitem aos Portugueses uma sensação de "estranheza" isto é os Portugueses nunca tinham visto pessoas de cor negra e de costumes muito diferentes logo a sensação de estranheza faz os Africanos. Os Portugueses olham para os Africanos como pessoas "inóculas" e "estranhas" como se fossem de outro mundo". A relação dos Portugueses era boa mas a relação de amizade não era nítida pois a estranheza dos Portugueses para os Africanos não permitia aos Portugueses relacionarem-se comunicativamente com os Africanos. Os Portugueses acham que os Africanos não tinham educação e que os seus costumes eram de outro "mundo" como por exemplo, o comer com as mãos. Os Portugueses eram um pouco "racistas" em relação aos Africanos pois tinham ideias que discriminavam por exemplo, a cor deles e os atos que praticavam no dia-a-dia e a sua maneira de ser e a sua maneira de estar. No dia-a-dia de hoje os Portugueses têm uma opinião diferente dos Africanos e não são tão "racistas" em relação aos Africanos. As campanhas contra o racismo ajudam também a combater a discriminação contra eles. A comunicação é um aspeto que melhorou pois no dia de hoje os Portugueses e grande parte das pessoas comunicam e interagem em prol dos Africanos.

Wendy Botistu nº 27
10º 10

• O encontro dos Portugueses com África

- Na época dos descobrimentos, o ^{primeiro} encontro entre os Mouros e os Portugueses foi conflituoso, pois ~~(querer)~~ Portugal quis conquistar as terras africanas à força. Após a conquista das mesmas, os portugueses começaram a povoar terras e a criar ~~(gedes)~~ ^{gados} e a aumentar a agricultura, de forma a que houvesse alimento, para o seu sustento. ~~(A)~~ Achavam os africanos umas bestas que ~~(passado)~~ seguiam a Natureza, seres estranhos mas ^{as mulheres} que sabiam também ~~(seguido)~~ ^{o conceito} de beleza, pois utilizavam jóias e enfeitavam-se.

Depois de perceberem*, os portugueses tentaram abordar com paz os africanos com oferendas, e estes reagiram de forma agressiva pois atiraram as oferendas de volta aos portugueses e atacaram.

Os portugueses ~~(achavam)~~ associavam os ainda mais a bestas pela sua cor negra, e porque alguns ~~(estavam)~~ ^{ainda} moravam ~~(com)~~ em casas com ~~(entre)~~ animais e andavam nus. Consideravam as mulheres assecadas ~~(e)~~ ~~(mas)~~ e os homens também, mas estes, relativamente à comida, não tinham ^{pois comiam no chão de forma "porcaíhona"} ~~nenhuns~~ nem educação. Eram pessoas ^{nao} ~~zudes~~ e mentirosas, ~~(mas)~~ e eram homens de muitas pedras. Estranhavam os portugueses que eles fossem essas coisas todas mas que ao mesmo tempo ofereciam comida a qualquer estrangeiro que estivesse de passagem. Eram considerados guerreiros ~~(mas)~~ ^{mas} frios acostumados à morte diante dos seus olhos.

~~(Passado)~~ * - que o ~~(Pais)~~ Continente possuía riquezas iguais e com um maior interesse para o comércio.

na Argosida Fênix, nº 19 — 10º 10

A Relação do eu Português com o eu Opicano no séc. XV

No primeira metade do séc. XV os portugueses construíram uma relação violenta com o povo opicano, mas esta mesma relação acabou por enfraquecer, tornando-se do tipo comercial. Um dos objectivos principais dos lusitanos era expandir a fé cristã, na segunda metade do séc. XV.

No início do séc. XV, os portugueses atacavam e escravizavam os "mauros", matando inúmeras famílias e violentando diversos indivíduos. Com tudo isto, conseguiram conquistar o território do outro. Para os portugueses, os "negros" faziam das suas vidas o trabalho com os animais. Para além disso, nunca ficam a viver no mesmo lugar durante muito tempo, encontrando-se portanto em constante mudança, pelo que as suas vidas eram muito inconstantes. A sua alimentação é básica e pouco variada, vestiam-se apenas com materiais provenientes da natureza. O povo opicano era considerado um povo esbarrado para os portugueses devido aos seus hábitos incomuns, chamavam-lhes "Cacamonites", "Trogodites" e "Cacafantes". Contudo, esta povoação usufruía de hábitos bastante higiénicos mas no que toca à alimentação não conheciam ainda os

regras de boa educação e assim, por isso, considerados “pé mal educados e rudes”. Assim também mentirosos e enganadores mas ~~per~~ sabem passar com o cubo. Chegam até a ser comparados como animais pois agem sem regras.

A partir deste documento é possível entender que os iustinos não se conseguem identificar de modo algum com os yfalconos pois consideravam-se muito diferentes.

Anexo 3-O Encontro de Portugal com a Ásia no Séc. XVI de acordo com a descrição de um Piloto Anónimo de Vasco da Gama

Em 1497, uma expedição de quatro navios, sob o comando de Vasco da Gama, partiu de Lisboa, em direção ao Oriente. Dez meses mais tarde, em maio de 1498, após uma viagem extremamente longa e penosa, a frota portuguesa aportava a Calecute, na costa ocidental da Índia. Esta viagem histórica, que estabeleceu a primeira ligação marítima direta entre a Europa e a Ásia, inaugurou uma noiva fase nas relações entre o Ocidente e o Oriente; pela primeira vez, os portugueses entravam em contacto com o vasto mundo asiático. Em busca de “cristãos” e especiarias. Ao desembarcar no litoral indiano em 1498, os portugueses veem-se perante uma civilização extremamente rica e complexa preparada para resistir ao impacto do encontro com a Europa, tanto em termos mentais como em termos materiais.

“Andam nus da cintura para cima, trazem à roda de si panos finos de algodão brancos e de outras cores; não usam de calçado nem de barretes, salvo os grandes Senhores que os trazem de veludo e brocado, e alguns deles são muito altos. Têm as orelhas furadas, e nelas põem muitas jóias, e braceletes de ouro em os braços. Estes Gentis-homens trazem espada e adarga, e as espadas nuas; são mais largas na ponta que no resto, e as adargas redondas, como rodela de Itália; muito leves e de cor negra ou vermelha, e são os maiores jogadores que há de espada e rodela, não se empregando quase noutra cousa, e havendo inumeráveis homens destes na Corte. Casam com uma só mulher, e convidam cinco ou seis dos seus maiores amigos para dormirem com ela; de modo que entre eles não há honestidade, nem vergonha, e assim as raparigas quando têm oito anos principiam a prostituir-se. Estas mulheres andam nuas assim como os homens, e trazem sobre si muita riqueza e os cabelos muito bem pintados; são muito luxuriosas, e pedem aos homens que lhes tirem a virgindade; porque enquanto estão virgens não acham marido. Estes povos comem duas vezes ao dia, porém não usam de pão, vinho, carne, ou peixe; mas sim de arroz, manteiga, leite, açúcar e frutas. Lavam-se antes de comer, e depois de lavados, se algum que não estivesse lhes tocasse, não comeriam sem se tornar a lavar; de modo que fazem nisto grande cerimónia”(…)

“A tentativa de Pedro Álvares Cabral para estabelecer uma feitoria em Calecute saldou-se num malogro, pois ao primeiro desentendimento com os indianos estes destruíram a feitoria, massacrando a maioria dos portugueses que ali prestavam serviço. (...) Quando o Capitão-mor viu esta destruição e mau recado, mandou aprisionar dez naus de mouros, que

estavam no porto, e fez matar toda a gente que nelas se achava, que seriam de quinhentos e seiscentos homens; e achámos vinte ou trinta que se haviam escondido no fundo por baixo das mercadorias e assim roubámos e saqueámos o que tinham dentro; achando três elefantes, que matámos e comemos. As naus depois de descarregadas foram todas queimadas. No dia seguinte chegaram a terra todas as nossas embarcações; e bombardearam a cidade de maneira que lhe matamos infinita gente e fizemos muito dano. (...) Depois disto feito determinou Pedro Álvares irmos a Cochim aonde carregámos as naus. (...)

“Há geração de gentios que não matam cousa nenhuma, ainda que sejam serpentes muito peçonhentas, nem bicho nenhum de nenhuma maneira, e assim, não comem estas cousa nenhuma que padeça morte, nem de carne nem de pescado. E estes tampouco comem pão nunca, por nenhuma fome ou necessidade. Comem folhas de uma certa árvore que atrepa por outras arvores e destas folhas se mantêm envoltas com cal com que também caíam as casas. Comem também outra fruta, que é como maçãs de cipreste. Também comem arroz; mas como já disse as folhas com a cal o principal mantimento seu. Há outra geração de homens que tampouco não matam nenhuma cousa, se não for aquela que lhes presta para comer, como são ratos e salamandras, osgas e lagartos do mato, porque vaca nem outras carnes não as comem. Há outra geração que matam pescado e não é mais do que uma casta de gente que chamam Paravás. Há outra gente há aí que come galinhas e porco do mato e comem veados, mas não comem vaca, porque têm que as almas dos que morrem que entram nas vacas, e em nenhuma maneira as matam nem comem. Estes todos adoram ídolos de pedra e de cobre e de ouro, e têm grandes pagodes, que são as suas igrejas, onde fazem as suas idolatrias com tanta religião” (...).

(Albuquerque et al, 1991 - *O Confronto do Olhar*. Lisboa: Editora Caminho).

Anexos 4-Textos Elaborados pelos Alunos

Indica: Ao encontrarem-se com os povos da Índia os portugueses acharam os mais diversas diferenças. Tais como eles andavam nus da cintura para cima; sem calçado; usavam joias nas orelhas; eram altos; tinham nozinhos e culturas diferentes, não comiam pão, vinho, carne ~~e~~, peixe, açúcar, fruta, manteiga e leite. Tudo isto causou grande estranheza aos portugueses. Tinham hábitos de higiene bastante rigorosos, o que era muito diferente dos portugueses, por isso eles achavam os portugueses um povo "porco". (não comiam sem se lavar e se depois de se lavarem alguém que não estivesse lavado lhes tocasse, tinham de se lavar novamente).

A meu vez atualmente no que toca a alimentação continuávamos a sentir estranheza pois eles não usavam coisas que para nós atualmente são essenciais. No que toca a higiene não iríamos encontrar diferenças pois também já temos hábitos de higiene frequentes.

Hugo Pinto, nº 12; 10º10

Tomás Figueira Ramos 16^o 10 N^o 29

Índios: Os portugueses Quando chegaram à Índia encontraram um povo evoluído ao contrário do que se pensava. Mas andavam semi-nus e eram maioritariamente vegetarianos, também tinham uns hábitos de higiene muito mais evoluídos que os portugueses, pois antes dos seus refeições lavavam-se ao contrário do nosso povo, andavam armados com espadas e dominavam este tipo de arma.

O Índios andavam com adornos corporais como pulseiras, joias, as orelhas furadas...

Eram homens altos e forte fisicamente, estas características são diferentes das dos portugueses e na minha opinião estas diferenças são uma das principais causas da má relação entre portugueses e Índios devido às diferenças na sociedade mas também devido ao domínio do Mercado por parte dos muçulmanos

Índia:

No início, a relação entre os indianos e os portugueses eram de ^{certo} modo conflituoso ("... por ao primeiro desentendimento com os indianos estes destruíam a feitoria, massacrando a maioria dos portugueses que ali prestavam serviços"). ~~por~~ Quem gerou o conflito eram os musulmanos, por isso a relação entre os portugueses e os indianos eram de certo modo conflituoso.

As diferenças entre os portugueses e os indianos eram várias, principalmente nos costumes, na cultura, etc. e ~~até~~ ^{até} na gastronomia. ~~Por~~ ("Andavam nus de cintura para cima, trazem à roda de si panes finos de algodão branco e de outras cores; não usam de calçado nem de barrete, salvo os grandes senhores que os trazem de veludo e brocado, e alguns deles são muito altos. Têm as orelhas furadas, e nelas põem muitas joias, e braceletes de ouro em os braços. Casam com uma só mulher, e convidam ^{as} os reis dos seus amigos para dormirem com ela; de modo que entre eles não há honestidade, nem vergonha, e assim as raparigas quando têm oito anos principiam a prostituir-se. Estes povos comem duas vezes ao dia, porém não usam de pão, vinho, carne ou peixe: mas sim de arroz, manteiga, leite, açúcar e frutas.

O Encontro de Portugal com a Ásia no séc. XVI

Em 1497, Vasco da Gama realizou uma expedição que partiu de Lisboa e tinha como destino o Oriente. Esta foi uma viagem extremamente longa e penosa que durou 10 meses e, foi também, uma viagem histórica porque estabeleceu a primeira ligação marítima direta entre a Europa e a Ásia e, pela 1ª vez, os portugueses estavam em contacto com o vasto mundo asiático.

As civilizações asiáticas eram extremamente ricas e complexas, preparadas para resistir ao impacto do encontro com a Europa, tanto em termos mentais como em termos materiais.

Segundo várias descrições feitas sobre os membros de diferentes civilizações, numa determinada civilização os homens andam nus da cintura para cima e não usam calças nem botas; têm os olhos furados e não usam muitas jóias; casam com uma só mulher e convidam alguns dos seus amigos para dormirem com ela. As mulheres desta mesma civilização começam a prostituir-se aos 8 anos; andam nus assim como os homens; trazem muitas riquezas consigo; têm os cabelos muito bem pintados; são muito luxuosas e podem aos homens que lhes têm a virgindade. Quanto a outra civilização, os nativos da ilha de Java são baixos, grossos, aporrados e mal feitos; andam nus da cintura para cima e sem nada na cabeça; têm cabelos longos e apertados para cima e as barbas afiadas. As mulheres desta civilização são altas e de bom corpo; de formosos corpos; grandes músicos e engenheiros e tratam-se muito bem. Em uma terceira civilização, na China, os homens são muito cortesãos e comedores. As mulheres são muito altas e gentis, algumas com narizes e olhos bem feitos; os seus cabelos são muito bem penteados, recolhidos e atados no cume da cabeça com uma fita larga bem ajustada; usam saias compridas e gostam mais ainda nos trajes que nos maridos, são muito recolhidas.

No que toca aos costumes de cada civilização, uns comem duas vezes ao dia; não usam pão, vinho, carne ou peixe; usam arroz, manteiga, leite, açúcar e frutas; lavam-se antes de comer e se algum que não estivesse lavado lhes tocasse, não

comerem sem se terem a favor. Os costumes de uma segunda civilização são um pouco diferentes porque preferem matar outras pessoas quando cederem para tornar a morte dessa pessoa mais honrada em troca de saúde; juram que não haverá nada sobre as suas cabeças e matam quem lhes põe a mão sobre elas e são tão soberbos que desprezam todas as outras nações do mundo e creem que não há nenhuma tão boa como a sua. Na civilização chinesa, tem como costume e como sinal de cortesia apertar a mão esquerda na mão direita de outra pessoa. Há também civilizações que não matam coisa nenhuma, e não comem nada que possa matar nem comem pão, mas comem fruta e arroz; outras civilizações que só matam as coisas que lhes prestem para comer, mas não comem carne de vaca. Uma civilização que matam peixes e ainda outra civilização que come gatinhas e porcos do mato e verduras.

Depois de fazer esta análise posso dizer que sempre houve diferenças entre as várias civilizações que integravam quem as via pela 1ª vez, como por exemplo os diferentes costumes ou o aspeto dos indivíduos. Por este altura, ou seja, na altura em que se começaram a descrever civilizações totalmente diferentes da nossa, houve sempre relatos que manifestavam a estranheza dos povos que as viam pela 1ª vez, mas este assunto também pode ser considerado atual, porque, apesar da grande evolução que houve na humanidade, as pessoas dizem que toda a gente é igual, mas continua a haver racismo e xenofobia por parte de muita gente.

Sofia Alexandra Costa Marques 10/10 n.º 22

Anexo 5-Carta de Pêro Vaz de Caminha sobre a Descoberta do Brasil

A Carta está datada de Vera Cruz, 1 de Maio e assinada por Pêro Vaz de Caminha, escrivão da feitoria de Calecut, enviado por D. Manuel na armada de Pedro Álvares Cabral, e é o primeiro testemunho da existência de um mundo até então desconhecido dos povos ligados por contiguidade geográfica, o primeiro testemunho de uma realidade que mudou verdadeiramente a face da terra. Foi escrita no período crucial dos Descobrimentos, nos tempos em que a ciência náutica finalmente tornou possível fazer o reconhecimento do nosso planeta. As pessoas referidas na carta são, em primeiro lugar Pedro Álvares Cabral, o responsável pela armada, e outros, mencionados ou não, que faziam parte da expedição, eram capitães experientes, pertencentes a grandes famílias portuguesas, bem como grandes comerciantes florentinos. A Carta faz um relato muito circunstanciado dos costumes dos habitantes da terra, o seu comportamento pacífico, mesmo dócil, suas casas, alimentação, vestuário, vários utensílios como arcos, setas, machados, aves, a cor da terra, os densos arvoredos, a inexistência de animais domésticos. É também de realçar a forma como Caminha se refere aos índios: *“a três séculos de Rousseau, vemos o olhar maravilhado perante o seu bom primitivismo, a sua ingenuidade, a sua inocência”*.

Esta Carta⁵² escrita por uma testemunha presencial que acompanhou a armada e participou na expedição feita em terra firme⁵³. Caminha, autor desta Carta, tinha a incumbência de transmitir ao rei todas as ocorrências e por isso, esteve sempre no centro das operações. O tratado de Tordesilhas tinha sido assinado havia pouco tempo, e urgia comunicar a descoberta do novo mundo. Esta Carta guarda-se na Torre do Tombo no lugar próprio - nas inquirições, ou seja, os inquéritos a que se procedeu desde os primórdios da nacionalidade para se saber a situação dos bens e direitos da Coroa.

“Senhor:

Posto que o Capitão-mor desta vossa frota, e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que ora nesta navegação se achou, não deixarei também de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que - para o bem contar e falar - o saiba pior que todos fazer. Tome Vossa Alteza, porém,

⁵² Pela sua extensão, apresenta-se apenas um conjunto de excertos da Carta de Caminha.

⁵³ A terra firme de que se fala é evidentemente o Brasil.

minha ignorância por boa vontade, e creia bem por certo que, para aformosear nem afear, não porei aqui mais do que aquilo que vi e me pareceu (...) Neste dia, a horas de véspera, houvermos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome - o Monte Pascoal e à terra - a Terra da Vera Cruz. (...) Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro. Então lançamos fora os batéis e esquifes, e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor, onde falaram entre si. (...)

E o Capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver o rio. E tanto que ele começou de ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram. (...) Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar. (...)

A feição deles é serem pardos, maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem-feitos. Andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto. Ambos traziam os beijos de baixo furados e metidos neles seus ossos brancos e verdadeiros, de comprimento duma mão travessa, da grossura dum fuso de algodão, agudos na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beijo; e a parte que lhes fica entre o beijo e os dentes é feita como roque de xadrez, ali encaixado de tal sorte que não os molesta, nem os estorva no falar, no comer ou no beber. Os cabelos seus são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta, mais que de sobrepena, de boa grandura e rapados até por cima das orelhas. E um deles trazia por baixo da solapa, de fonte a fonte para detrás, uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas, que seria do comprimento de um coto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as

orelhas. E andava pegada aos cabelos, pena e pena, com uma confeição branda como cera (mas não o era), de maneira que a cabeleira ficava mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia míngua mais lavagem para a levantar.

Muitos deles ou quase a maior parte dos que andavam ali traziam aqueles bicos de osso nos beiços. E alguns, que andavam sem eles, tinham os beiços furados e nos buracos uns espelhos de pau, que pareciam espelhos de borracha; outros traziam três daqueles bicos, a saber, um no meio e os dois nos cabos. Aí andavam outros, quartejados de cores, a saber, metade deles da sua própria cor, e metade de tintura preta, a modos de azulada; e outros quartejados de escaques. Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem moças e bem gentis, com cabelos muito pretos, compridos pelas espáduas, e suas vergonhas tão altas, tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as muito bem olharmos, não tínhamos nenhuma vergonha. Ali por então não houve mais fala ou entendimento com eles, por a barbaria deles ser tamanha, que se não entendia nem ouvia ninguém. (...)

À segunda-feira, depois de comer, saímos todos em terra a tomar água. Ali vieram então muitos, mas não tantos como as outras vezes. Já muito poucos traziam arcos. Estiveram assim um pouco afastados de nós; e depois pouco a pouco misturaram-se conosco. Abraçavam-nos e folgavam. E alguns deles se esquivavam logo. Ali davam alguns arcos por folhas de papel e por alguma carapucinha velha ou por qualquer coisa. Em tal maneira isto se passou, que bem vinte ou trinta pessoas das nossas se foram com eles, onde outros muitos estavam com moças e mulheres. E trouxeram de lá muitos arcos e barretes de penas de aves, deles verdes e deles amarelos, dos quais, creio, o Capitão há-de mandar amostra a Vossa Alteza.

E, segundo diziam esses que lá foram, folgavam com eles. Neste dia os vimos mais de perto e mais à nossa vontade, por andarmos quase todos misturados. Ali, alguns andavam daquelas tinturas quartejados; outros de metades; outros de tanta feição, como em panos de armar, e todos com os beiços furados, e muitos com os ossos neles, e outros sem ossos. Alguns traziam uns ouriços verdes, de árvores, que, na cor, queriam parecer de castanheiros, embora mais pequenos. E eram cheios duns grãos vermelhos pequenos, que, esmagando-os entre os dedos, faziam tintura muito vermelha, de que eles andavam tintos. E quanto mais se molhavam, tanto mais vermelhos ficavam.

Todos andam rapados até cima das orelhas; e assim as sobranceiras e pestanas. Trazem todas as testas, de fonte a fonte, tintas da tintura preta, que parece uma fita preta, da largura de dois dedos. (...) Quando saímos do batel, disse o Capitão que seria bom irmos diretos à Cruz, que estava encostada a uma árvore, junto com o rio, para se erguer amanhã, que é sexta-feira, e que nos puséssemos todos de joelhos e a beijássemos para eles verem o acatamento que lhe tínhamos. E assim fizemos. A esses dez ou doze que aí estavam, acenaram-lhe que fizessem assim, e foram logo todos beijá-la. Parece-me gente de tal inocência que, se homem os entendesse e eles a nós, seriam logo cristãos, porque eles, segundo parece, não têm, nem entendem em nenhuma crença. E portanto, se os degredados, que aqui hão-de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa intenção de Vossa Alteza, se hão-de fazer cristãos e crer em nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque, certo, esta gente é boa e de boa simplicidade. E imprimir-se-á ligeiramente neles qualquer cunho, que lhes quizerem dar. E pois Nosso Senhor, que lhes deu bons corpos e bons rostos, como a bons homens, por aqui nos trouxe, creio que não foi sem causa. (...) Portanto Vossa Alteza, que tanto deseja acrescentar a santa fé católica, deve cuidar da sua salvação. E prazêrá a Deus que com pouco trabalho seja assim. (...) Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos. Neste dia, enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som dum tamboril dos nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus.

Se lhes homem acenava se queriam vir às naus, faziam-se logo prestes para isso, em tal maneira que, se a gente todos quisera convidar, todos vieram. (...) Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que aí não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, bastaria. Quando mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa santa fé. (...)

Beijo as mãos de Vossa Alteza.

Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de maio de 1500.

Pêro Vaz de Caminha”

Anexos 6-Textos Elaborados pelos Alunos

Antes da descoberta do Brasil, mas
se fazia ideia que existia terra ali, portanto
a sua descoberta e dos povos foi
um grande choque cultural.

Os Portugueses tinham com muita estranheza
os Índios do Brasil, pois achavam meus
com pinicos nos braços e muitos com os ossos
feles e outros sem ossos.

Tragiam também cuícas verdes de azeites
que esmagando com as mãos ficavam
vermelhas.

Vinham armados com seus arcos
e suas setas. O que significava que se sentiam
ameaçados.

José Vale nº 15 10º 10

Antes da ~~desobediência~~ desobediência do Brasil
ter sido concluída, tal tratado
suscitava-se ser inexistente entre os
povos.

Potente quando ~~se~~ o
algarim, o elemento de riqueza
foi o que mais afetou os povos
e os desobedientes.

Obviamente, tudo isto foi causado
pelo tratado de Tordesillas, e o principal
objetivo da carta era transmitir
tudo o que observamos e notamos
no tratado ao rei.

Os responsáveis pela desobediência ficaram
espetados com a realidade da
população e tiveram. Potente quando
esta perspectiva foi passada ao rei, o
recurso foi imediatamente provido
pelos portugueses. Também foram enviados
indios, o que chocou profundamente os
portugueses, pois eles ficaram espetados
com o seu aspecto físico. No entanto,
o espaço foi dominado independentemente.

Fernão Couto, 10^o 10
2^o 10

Durante o Tratado de Tordesillas o Mundo ficou dividido em 2 Partes. A parte portuguesa e a parte espanhola. Portugal ficou com África, Ásia e uma "pequena" parte de então descoberto de América.

Foi então que foi feito de 1500 pelo rei de Espanha e a ordem do rei D. Manuel para em busca do caminho marítimo para a Índia mas acaba por descobrir um território denominado hoje: Brasil.

Os portugueses a chegada diferenciaram-se com um povo totalmente diferente.

Estabeleceram-se então uma relação pacífica, de amizade mas sobre tudo de muito estranheza tanto que este novo povo era "de maneira estranha dos" eram autênticos índios. Eram "fardos" e andavam nus. Estes povos ainda "os beijos furdos". Tinham os cabelos soltos e não tinham qualquer problema em andar com os seus "vergonhas" e mástio.

Pero dizem disso estes índios não conheciam nem tinham a terra e os animais.

→ A relação entre estes povos foi sobre tudo de amizade. "Uns meios trocavam coisas com seus setos... e des os foussem", "Estiveram assim um pouco afastados de nós; e depois pouco a pouco misturaram-se conosco. Abençoaram-nos e folgavam...".

Logo depois os Portugueses descobriam as possibilidades comerciais do Brasil e viram a assim mesmo das suas maiores fontes de rendimento.

No Brasil os portugueses iam buscar principalmente ouro, café, cacau como de açúcar.

Assim podemos estabelecer que Portugal teve uma relação de amizade mas sobre tudo comercial com o Brasil.

Para concluir na minha opinião a relação dos Portugueses com os índios brasileiros retrata bem a relação ocidental entre povos. Relações cordiais, de amizade mas sempre com aquela desconfiança sobre o outro.

Brasil.
André Menon

Maíralda Vieira Nunes

10º 10

nº 18

Na primeira parte do texto os portugueses descrevem os índios dizendo que estes eram pardos e andavam nus, tinham os lábios furados e muitos possuíam ossos como adornos. Alguns ainda traziam uns auréolos verdes de árvore.

Na segunda parte os portugueses descobriram uns grãos vermelhos que os índios esmagavam e usavam como tinta para o corpo.

Começa então a nascer um choque entre culturas bastante diferentes. Após algum tempo (sem conflitos) os índios finalmente aceitaram a cultura dos portugueses.

Hoje em dia ambas as culturas estão bastante desenvolvidas e continuam a ser muito diferentes, no entanto a cultura da índia é conhecida mundialmente e alguns dos costumes antigos, como a dança e a pintura do corpo,

entanto são mais semelhantes que nunca.

Partilham a mesma língua, a mesma forma de governo e algumas tradições.

Brazil

Os portugueses na descoberta do Brasil ficaram chocados com a diferença entre culturas, entre eles e os índios.

Os portugueses caracterizavam os índios como "pardos, todos nus", tinham os beijos furados, muitos com ossos e outros sem eles. "Alguns traziam uns curiços verdes, de arvores...", "E eram cheios de uns grãos vermelhos pequenos" que quando esmagando-os entre os dedos faziam tintura vermelha de que eles andavam pintados. Andavam todos rapados até cima das orelhas, até os sobrelhos e as pestanas, nas testas deles traziam tintas de tintura preta.

O capitão disse aos portugueses que no erguer de sexta-feira, estes se pusessem de joelhos e beijassem os índios para comprovar "o acatamento" que os portugueses tinham por eles. Os portugueses acreditavam que devido à inocência dos índios, se estes se entendessem entre si, seriam logo cristãos porque eles, segundo o que parecia, não entendiam nenhuma língua. E portanto se os "degradados" se entendessem com os portugueses e aprendessem a sua fé, segundo a Santa intenção "de Vossa Alteza" haviam de se fazer cristãos e crer na sua santa fé, pois os portugueses acreditavam que os índios eram gente de boa simplicidade.

Os portugueses estranharam o facto de os índios não faziamem nem criarem, não havia lá boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, ^{nem} qualquer outra criação, que era necessária para a sua vida.

Houve um encontro entre portugueses e índios, e estes nas mãos traziam arcos com setas, tinham uma capa de penas vermelhas e pardas como de papagaio, entre outras coisas.

Os índios eram pardos, de bons narizos e bem-feitos, andavam nus, traziam os beijos de baixo furados e metidos neles os seus ossos brancos e verdeleiros, os seus cabelos eram coroados e tinham uma espécie de cabeleira de penas de ave amarelas. Depois desse episódio não houve mais falta de entendimento entre eles.

Depois de algum tempo afastados os índios misturaram-se com os portugueses e utilizaram a cultura de ambos os povos.

Penso que estes dois povos aproveitaram as diferenças entre ambos para podermos evoluir. Hoje em dia, não existem tantas ~~diferenças~~ diferenças porque estes povos aprenderam várias coisas para se aproximarem em termos culturais.

Brasil
Inês Braga N.º 13 10/10

A Descoberta do Brasil

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, depararam-se com homens muito diferentes do que estavam habituados a ver, os índios.

Eles eram "pauzinhos (...) de bons nozinhos, bem feitos" era assim que os índios eram caracterizados pelos portugueses. ("andavam nus, sem nenhuma cobertura," "traziam os bigodos furados e metidos nesses seus ossos brancos e verdosos," "os seus cabelos eram coroados" e traziam cabeleiras de penas. Tudo isto dá uma ideia enorme de estranheza pois tal situação nunca antes tinha sido vista, e todos os portmanteus foram apontados para poderem descrever ao rei os costumes estranhos daquela gente.

Estes índios, na chegada dos portugueses, traziam arcos, mas logo os passaram. Os portugueses ofereceram-lhes "um barrete vermelho e uma carapuça de linho (...) e um sombreiro preto" e os índios, "um sombreiro de penas de ave, compridos, com uma capozinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio" e também "um ramal grande de cantinhas brancas, miúdas, que querem parecer de algarveira" estas eram oferendas de paz, para mostrar que entre os dois povos o clima era pacífico e ninguém iria atacar ninguém. Nesse primeiro dia não houve mais comunicação com os índios por parte dos portugueses, já que não se entendiam.

Entretanto, passado algum tempo, os índios já confiavam mais nos portugueses, "estiveram assim um pouco afastados de nós, e depois pouco a pouco meturavam-se connosco." Abraçavam-nos e folgavam, "Nesse dia, enquanto ali andavam, dançaram, bailaram sempre com os nossos, ao som dum tamboril dos nossos, e m maneira que são muitos mais nossos amigos que nós seus." Desta maneira, os portugueses poderiam assim, observar melhor os costumes e tradições da tribo mais de perto, e relatá-los ao rei. Viram assim que estes homens não lavravam as terras, nem criavam animais, o que era costume e fazia parte da vida de um português como maneira de sobrevivência, no entanto comiam sementes e frutos selvagens.

A meu vez, o encontro inicial entre ~~estes~~ estes dois povos ~~e~~ foi de uma certa maneira algo de surpreendente e chocante, pois ambos se desconheciam e tudo lhes era estranho.

No entanto, os índios e os portugueses ^{pouco a pouco} foram ganhando confiança apesar de no início os índios ~~parecerem~~ parecerem um pouco excitados em relação aos portugueses. Partilharam costumes e tradições, tanto pelos índios que lhes mostraram coisas, roupas e os seus "habitats" e as suas casas, tanto pelos portugueses que lhes mostraram a sua fé em Deus e o Cristianismo.

~~Concluindo~~ Concluindo, penso que ainda hoje em dia se pode observar este choque entre culturas ~~distintas~~, pois ainda existem diversos povos com tradições e culturas e costumes diferentes do que estamos habituados, na nossa sociedade.

Catarina Jesus, nº5, 10º10

Anexos 7-Análise dos Indicadores por Concelho

Vila Nova de Cerveira

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

<i>Grupo Etário / Sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>0-14 anos</i>	1230	663	567
<i>15-24 anos</i>	935	472	463
<i>25-64 anos</i>	4911	2415	2496
<i>65-74 anos</i>	1074	486	588
<i>75 ou mais anos</i>	1103	383	720
<i>N.º. População Total</i>	9253	4419	4834

Em 2011, a população residente no concelho de Vila Nova de Cerveira perfazia um total de 9253 habitantes. Destes, 4419 eram homens e 4834 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 4911 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais idosos com 65 anos ou mais (no total cerca de 2177 pessoas), do que jovens com menos de 25 anos (2165 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

<i>Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Portugal</i>	8681	4131	4550
<i>União Europeia</i>	112	49	63
<i>Outros países Europa</i>	38	16	22
<i>Total pop. estr. Europa</i>	150	65	85
<i>Angola</i>	2	2	0
<i>Cabo Verde</i>	2	1	1
<i>Guiné-Bissau</i>	3	1	2
<i>Moçambique</i>	2	0	2
<i>Outros países - África</i>	1	1	0
<i>Total pop. estr. África</i>	10	5	5
<i>Argentina</i>	2	1	1
<i>Brasil</i>	59	23	36
<i>Canadá</i>	1	1	0
<i>EUA</i>	6	3	3
<i>Venezuela</i>	1	0	1
<i>Outros países América</i>	5	3	2
<i>Total pop. estr. América</i>	74	31	43
<i>China</i>	7	4	3
<i>Índia</i>	6	3	3
<i>Paquistão</i>	3	3	0
<i>Outros países Ásia</i>	11	10	1
<i>Total pop. estr. Ásia</i>	27	20	7
<i>Oceânia (Austrália)</i>	1	1	0
<i>Dupla Nacionalidade</i>	310	166	144
<i>Apátrida</i>	0	0	0
<i>Total pop. estrangeira</i>	262	122	140

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de Vila Nova de Cerveira perfazia um total de 9253 habitantes. Destes, 4419 eram homens e 4834 eram mulheres.

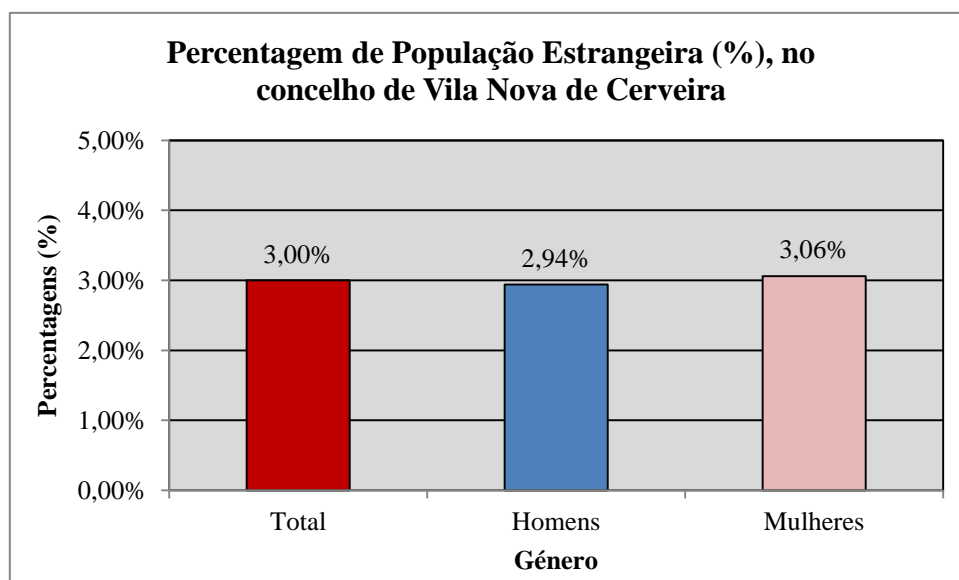
Dos 9253 habitantes, 8681 eram de nacionalidade portuguesa e 262 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente europeu (150 pessoas, no total) e, particularmente, da União Europeia sem Portugal (112, no total). Seguem-se os estrangeiros oriundos do continente americano (74 pessoas, no total), designadamente, do Brasil (59, no total). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes.

Podemos afirmar que, no concelho de Vila Nova de Cerveira o número de imigrantes de homens e mulheres é próximo, 122 e 140, respetivamente. Todavia, a emigração da Europa e da América é sobretudo feminina, enquanto que a da Ásia é masculina.

Existem, ainda, 310 pessoas com dupla nacionalidade⁵⁴, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Não existe nenhuma pessoa apátrida.

Indicador 3: *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal*

	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
População Estrangeira (%)	3,00%	2,94%	3,06%

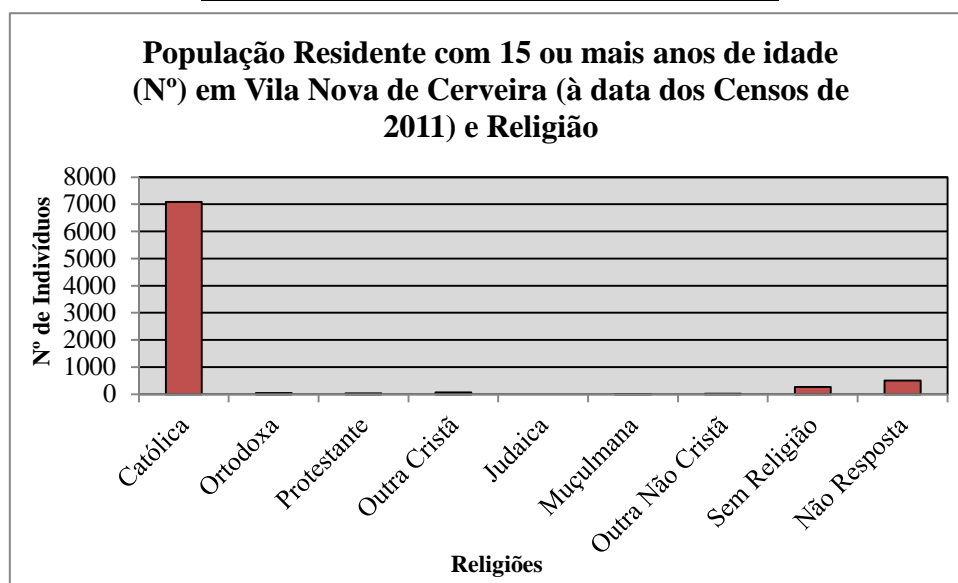


⁵⁴ Estas pessoas não são contabilizadas como estrangeiras, apesar de algumas terem apenas nacionalidade estrangeira (isto é, duas nacionalidades sem nenhuma delas ser portuguesa).

Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de Vila Nova de Cerveira é de 3%. A percentagem de homens estrangeiros é de 2,94% e de mulheres é de 3,06%. Não devemos estranhar que a percentagem de mulheres estrangeiras seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

Religiões	N.º de Indivíduos
<i>Católica</i>	7084
<i>Ortodoxa</i>	39
<i>Protestante</i>	27
<i>Outra Cristã</i>	68
<i>Judaica</i>	0
<i>Muçulmana</i>	12
<i>Outra Não Cristã</i>	17
<i>Sem Religião</i>	267
<i>Não Resposta</i>	509
N.º. População Total	8023



Das 8023 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de Vila Nova de Cerveira, a maioria pertence à religião católica (cerca de 7084 pessoas). Não existe nenhum indivíduo pertencente à religião judaica. Um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (267 pessoas) ou não saber responder (509 pessoas).

Vila do Conde

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

Grupo Etário / Sexo	Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
<i>0-14 anos</i>	12931	6576	6355
<i>15-24 anos</i>	9082	4658	4424
<i>25-64 anos</i>	45823	22324	23499
<i>65-74 anos</i>	6573	2995	3578
<i>75 ou mais anos</i>	5124	1916	3208
<i>N.º. População Total</i>	79533	38469	41064

Em 2011, a população residente no concelho de Vila do Conde perfazia um total de 79533 habitantes. Destes, 38469 eram homens e 41064 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 45823 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais jovens com menos de 25 anos (no total cerca de 22013 pessoas) do que idosos com mais de 65 anos (11697 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo	Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
<i>Portugal</i>	77034	37270	39764
<i>União Europeia</i>	262	134	128
<i>Outros países Europa</i>	109	54	55
<i>Total pop. estr. Europa</i>	371	188	183
<i>África do Sul</i>	7	4	3
<i>Angola</i>	46	20	26
<i>Cabo Verde</i>	15	9	6
<i>Guiné-Bissau</i>	1	0	1
<i>Moçambique</i>	19	8	11
<i>São Tomé e Príncipe</i>	2	0	2
<i>Outros países - África</i>	15	9	6
<i>Total pop. estr. África</i>	105	50	55
<i>Argentina</i>	2	2	0
<i>Brasil</i>	222	80	142
<i>Canadá</i>	7	2	5
<i>EUA</i>	8	3	5
<i>Venezuela</i>	14	3	11
<i>Outros países América</i>	14	6	8
<i>Total pop. estr. América</i>	267	96	171
<i>China</i>	391	220	171
<i>Índia</i>	3	3	0
<i>Paquistão</i>	1	1	0
<i>Outros países Ásia</i>	3	1	2
<i>Total pop. estr. Ásia</i>	398	225	173
<i>Oceânia (Austrália)</i>	1	1	0
<i>Dupla Nacionalidade</i>	1356	638	718
<i>Apátrida</i>	1	1	0
<i>Total pop. estrangeira</i>	1142	560	582

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de Vila do Conde perfazia um total de 79533 habitantes. Destes, 38469 eram homens e 41064 eram mulheres.

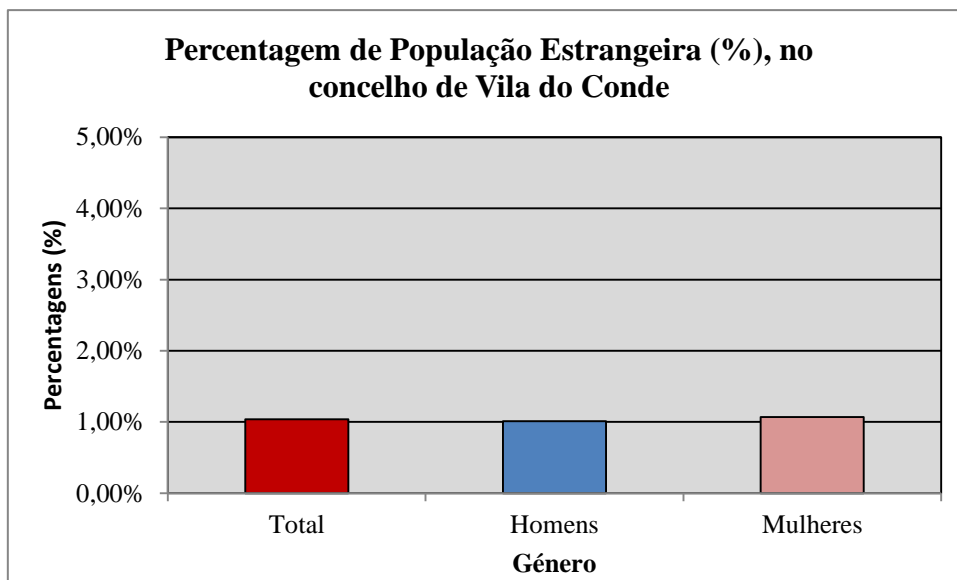
Dos 79533 habitantes, 77034 eram de nacionalidade portuguesa e 1142 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente asiático (398 pessoas, no total) e, particularmente, da China (391, no total). Seguem-se os estrangeiros oriundos do continente europeu (371 pessoas, no total), designadamente, da União Europeia sem Portugal (262, no total). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes da América e de África (apenas uma pessoa é da Oceânia).

Podemos afirmar que, no concelho de Vila do Conde o número de imigrantes de homens e mulheres é próximo, 560 e 582, respetivamente. Todavia, a emigração de África e da América é sobretudo feminina, enquanto a da Europa, Ásia e da Oceânia é masculina.

Existem, ainda, 1356 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Existe uma pessoa sem nacionalidade.

Indicador 3: Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal

	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
População Estrangeira (%)	1,04%	1,01%	1,07%

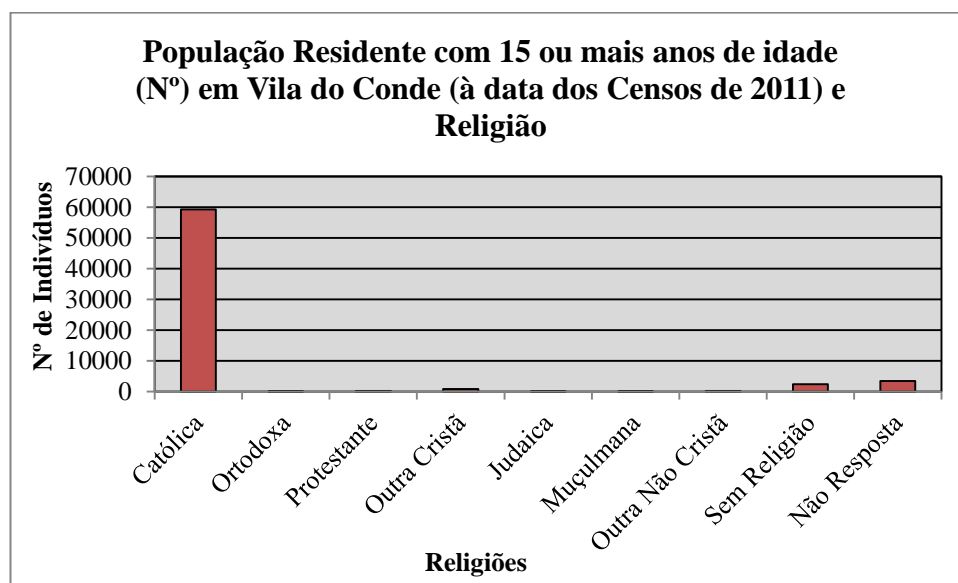


Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de Vila do Conde é de 1,04%. A percentagem de homens estrangeiros é de 1,01% e de mulheres é de 1,07%. Não devemos estranhar que a percentagem de mulheres estrangeiras seja superior à

percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião

Religiões	N.º de Indivíduos
<i>Católica</i>	59241
<i>Ortodoxa</i>	97
<i>Protestante</i>	221
<i>Outra Cristã</i>	847
<i>Judaica</i>	6
<i>Muçulmana</i>	30
<i>Outra Não Cristã</i>	208
<i>Sem Religião</i>	2468
<i>Não Resposta</i>	3484
N.º. População Total	66602



Das 66602 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de Vila do Conde, a maioria pertence à religião católica (cerca de 59241 pessoas). Existem apenas seis indivíduos pertencentes à religião judaica. Um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (2468 pessoas) ou não saber responder (3484 pessoas).

Vila Verde

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

Grupo Etário / Sexo	Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
<i>0-14 anos</i>	7998	4062	3936
<i>15-24 anos</i>	5994	3048	2946
<i>25-64 anos</i>	25595	12416	13179
<i>65-74 anos</i>	4202	1904	2298
<i>75 ou mais anos</i>	4099	1515	2584
N.º. População Total	47888	22945	24943

Em 2011, a população residente no concelho de Vila Verde perfazia um total de 47888 habitantes. Destes, 22945 eram homens e 24943 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 25595 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais jovens com menos de 25 anos (no total cerca de 13992 pessoas) do que idosos com mais de 65 anos (8301 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo	Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
<i>Portugal</i>	46491	22317	24174
<i>União Europeia</i>	202	89	113
<i>Outros países Europa</i>	49	30	19
<i>Total pop. estr. Europa</i>	251	119	132
<i>África do Sul</i>	1	0	1
<i>Angola</i>	7	5	2
<i>Cabo Verde</i>	8	4	4
<i>Moçambique</i>	6	3	3
<i>São Tomé e Príncipe</i>	2	2	0
<i>Outros países - África</i>	2	0	2
<i>Total pop. estr. África</i>	26	14	12
<i>Brasil</i>	61	22	39
<i>Canadá</i>	8	4	4
<i>EUA</i>	5	1	4
<i>Venezuela</i>	9	3	6
<i>Outros países América</i>	3	0	3
<i>Total pop. estr. América</i>	86	30	56
<i>China</i>	21	12	9
<i>Outros países Ásia</i>	1	0	1
<i>Total pop. estr. Ásia</i>	22	12	10
<i>Dupla Nacionalidade</i>	1012	453	559
<i>Apátrida</i>	0	0	0
<i>Total pop. estrangeira</i>	385	175	210

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de Vila Verde perfazia um total de 47888 habitantes. Destes, 22945 eram homens e 24943 eram mulheres.

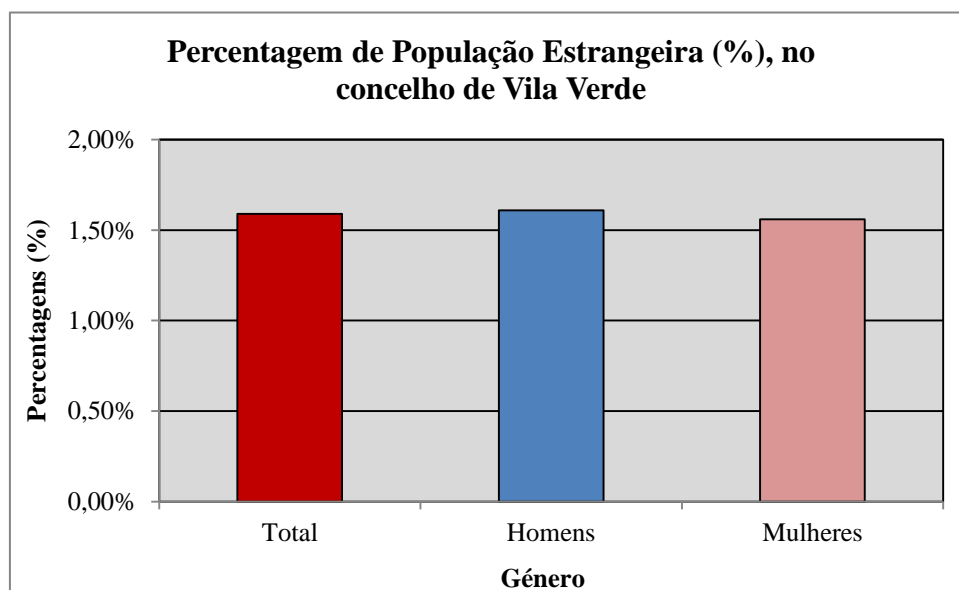
Dos 47888 habitantes, 46491 eram de nacionalidade portuguesa e 385 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente europeu (251 pessoas, no total) e, particularmente, da União Europeia sem Portugal (202, no total). Seguem-se os estrangeiros oriundos do continente americano (86 pessoas, no total), designadamente, do Brasil (61, no total). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes de África e da Ásia (não existe nenhuma pessoa da Oceânia).

Podemos afirmar que, no concelho de Vila Verde é ligeiramente superior o número de imigrantes mulheres (210) do que o de homens (175). Todavia, a emigração da Europa e da América é sobretudo feminina, enquanto a de África e a da Ásia é masculina.

Existem, ainda, 1012 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Não existe nenhuma pessoa sem nacionalidade.

Indicador 3: *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal*

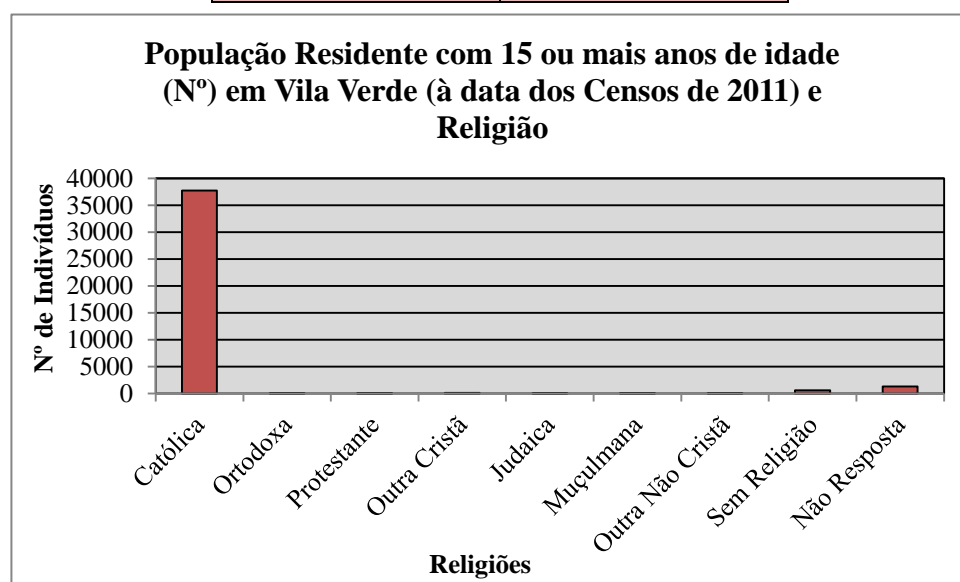
	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>População Estrangeira (%)</i>	1,59%	1,61%	1,56%



Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de Vila Verde é de 1,59%. A percentagem de homens estrangeiros é de 1,61% e de mulheres é de 1,56%. Não devemos estranhar que a percentagem de homens estrangeiros seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

Religiões	N.º de Indivíduos
<i>Católica</i>	37691
<i>Ortodoxa</i>	44
<i>Protestante</i>	43
<i>Outra Cristã</i>	139
<i>Judaica</i>	5
<i>Muçulmana</i>	5
<i>Outra Não Cristã</i>	29
<i>Sem Religião</i>	587
<i>Não Resposta</i>	1347
N.º População Total	39890



Das 39890 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de Vila Verde, a maioria pertence à religião católica (cerca de 37691 pessoas). Existem apenas cinco indivíduos pertencentes à religião judaica e muçulmana respetivamente. A

saber, que um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (587 pessoas) ou não saber responder (1347 pessoas).

Ovar

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

<i>Grupo Etário / Sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>0-14 anos</i>	8583	4430	4153
<i>15-24 anos</i>	6286	3206	3080
<i>25-64 anos</i>	31721	15304	16417
<i>65-74 anos</i>	4793	2180	2613
<i>75 ou mais anos</i>	4015	1551	2464
<i>N.º. População Total</i>	55398	26671	28727

Em 2011, a população residente no concelho de Ovar perfazia um total de 55398 habitantes. Destes, 26671 eram homens e 28727 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 31721 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais jovens com menos de 25 anos (no total cerca de 14869 pessoas) do que idosos com mais de 65 anos (8808 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

<i>Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Portugal</i>	53677	25847	27830
<i>União Europeia</i>	174	101	73
<i>Outros países Europa</i>	136	66	70
<i>Total pop. estr. Europa</i>	310	167	143
<i>África do Sul</i>	2	2	0
<i>Angola</i>	38	16	22
<i>Cabo Verde</i>	12	1	11
<i>Moçambique</i>	3	0	3
<i>São Tomé e Príncipe</i>	2	1	1
<i>Outros países - África</i>	5	3	2
<i>Total pop. estr. África</i>	62	23	39
<i>Brasil</i>	147	58	89
<i>Canadá</i>	5	4	1
<i>EUA</i>	10	3	7
<i>Venezuela</i>	31	19	12
<i>Outros países América</i>	9	4	5
<i>Total pop. estr. América</i>	202	88	114
<i>China</i>	31	16	15
<i>Índia</i>	1	0	1
<i>Outros países Ásia</i>	19	14	5
<i>Total pop. estr. Ásia</i>	51	30	21
<i>Oceânia</i>	1	0	1

<i>Dupla Nacionalidade</i>	1095	516	579
<i>Apátrida</i>	0	0	0
<i>Total pop. estrangeira</i>	626	308	318

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de Ovar perfazia um total de 55398 habitantes. Destes, 26671 eram homens e 28727 eram mulheres.

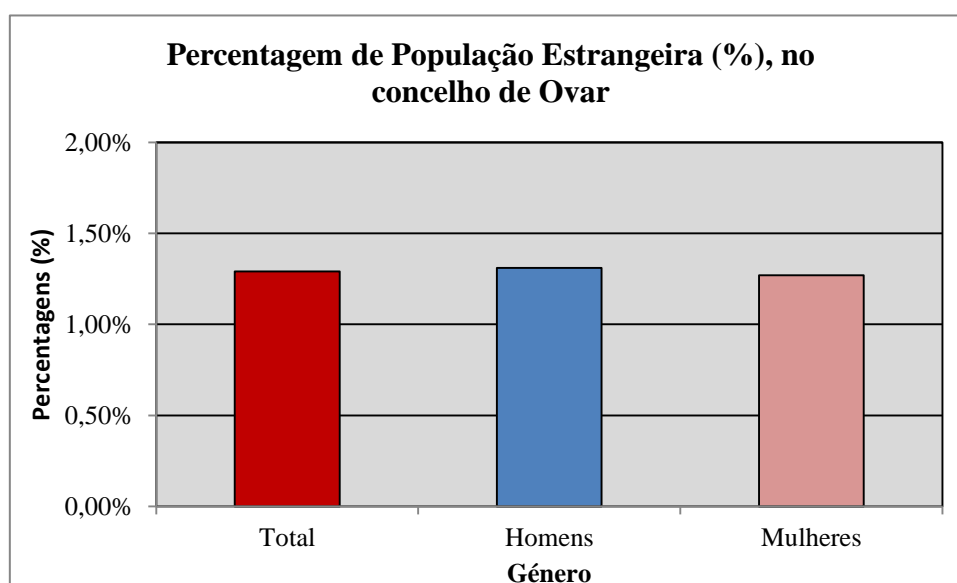
Dos 55398 habitantes, 53677 eram de nacionalidade portuguesa e 626 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente europeu (310 pessoas, no total) e, particularmente, da União Europeia sem Portugal (174, no total). Seguem-se os estrangeiros oriundos do continente americano (202 pessoas, no total), designadamente, do Brasil (147, no total). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes.

Podemos afirmar que, no concelho de Ovar o número de imigrantes de homens e mulheres é próximo, 308 e 318, respetivamente. Todavia, a emigração da Europa e da Ásia é sobretudo masculina, enquanto que a de África e da América é feminina (apenas uma pessoa provém da Oceânia).

Existem, ainda, 1095 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Não existe nenhuma pessoa apátrida.

Indicador 3: Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal

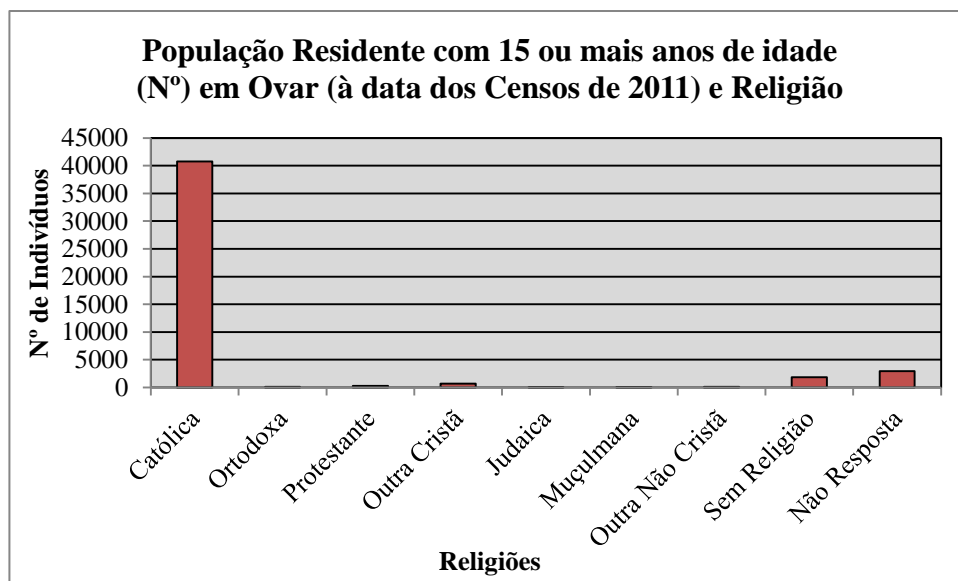
	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>População Estrangeira (%)</i>	1,29%	1,31%	1,27%



Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de Ovar é de 1,29%. A percentagem de homens estrangeiros é de 1,31% e de mulheres é de 1,27%. Não devemos estranhar que a percentagem de homens estrangeiros seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

Religiões	N.º de Indivíduos
<i>Católica</i>	40777
<i>Ortodoxa</i>	125
<i>Protestante</i>	271
<i>Outra Cristã</i>	717
<i>Judaica</i>	6
<i>Muçulmana</i>	31
<i>Outra Não Cristã</i>	91
<i>Sem Religião</i>	1853
<i>Não Resposta</i>	2944
N.º. População Total	46815



Das 46815 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de Ovar, a maioria pertence à religião católica (cerca de 40777 pessoas). Existem apenas seis indivíduos pertencentes à religião judaica. Um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (1853 pessoas) ou não saber responder (2944 pessoas).

Marinha Grande

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

Grupo Etário / Sexo	Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
0-14 anos	5802	2934	2868
15-24 anos	3747	1934	1813
25-64 anos	21972	10645	11327
65-74 anos	3924	1826	2098
75 ou mais anos	3236	1284	1952
N.º. População Total	38681	18623	20058

Em 2011, a população residente no concelho da Marinha Grande perfazia um total de 38681 habitantes. Destes, 18623 eram homens e 20058 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 21972 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais jovens com menos de 25 anos (no total cerca de 9549 pessoas) do que idosos com mais de 65 anos (7160 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo	Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
<i>Portugal</i>	36908	17783	19125
<i>União Europeia</i>	199	102	97
<i>Outros países Europa</i>	390	192	198
<i>Total pop. estr. Europa</i>	589	294	295
<i>África do Sul</i>	3	2	1
<i>Angola</i>	26	11	15
<i>Cabo Verde</i>	22	13	9
<i>Guiné-Bissau</i>	8	3	5
<i>Moçambique</i>	3	2	1
<i>São Tomé e Príncipe</i>	1	1	0
<i>Outros países - África</i>	12	6	6
<i>Total pop. estr. África</i>	75	38	37
<i>Brasil</i>	271	110	161
<i>Canadá</i>	2	1	1
<i>EUA</i>	6	3	3
<i>Venezuela</i>	4	3	1
<i>Outros países América</i>	15	4	11
<i>Total pop. estr. América</i>	298	121	177
<i>China</i>	39	16	23
<i>Índia</i>	27	18	9
<i>Paquistão</i>	10	5	5
<i>Outros países Ásia</i>	33	16	17
<i>Total pop. estr. Ásia</i>	109	55	54
<i>Dupla Nacionalidade</i>	698	329	369
<i>Apátrida</i>	4	3	1
<i>Total pop. estrangeira</i>	1071	508	563

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho da Marinha Grande perfazia um total de 38681 habitantes. Destes, 18623 eram homens e 20058 eram mulheres.

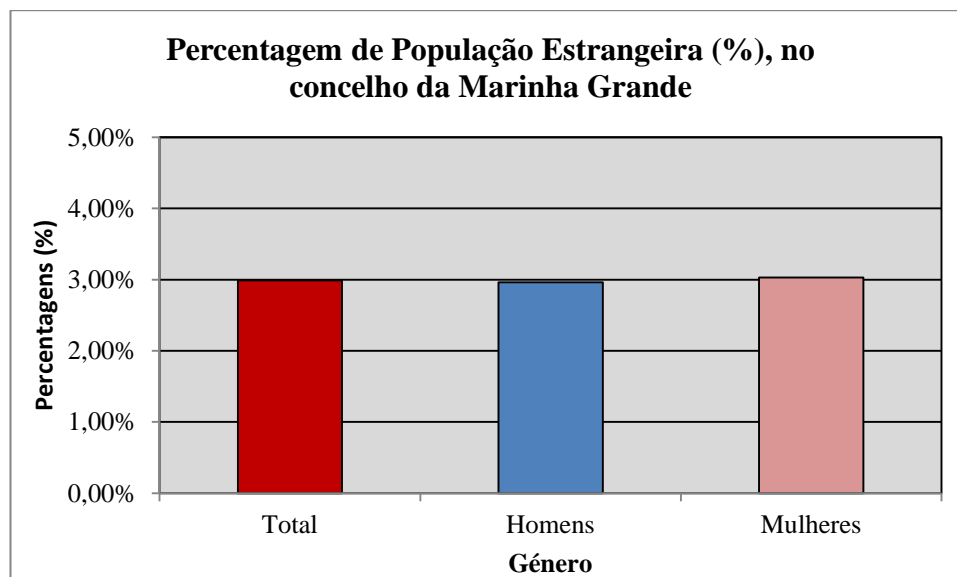
Dos 38681 habitantes, 36908 eram de nacionalidade portuguesa e 1071 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente europeu (589 pessoas, no total). Seguem-se os estrangeiros oriundos do continente americano (298 pessoas, no total), designadamente, do Brasil (271, no total). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes (excetuando a Oceânia).

Podemos afirmar que, no concelho da Marinha Grande é ligeiramente superior o número de imigrantes mulheres (563) do que o de homens (508). Todavia, a emigração da Europa e da América é sobretudo feminina, enquanto a de África e da Ásia é masculina (nenhuma pessoa provém da Oceânia).

Existem, ainda, 698 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Quatro pessoas não possuem nacionalidade definida.

Indicador 3: *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal*

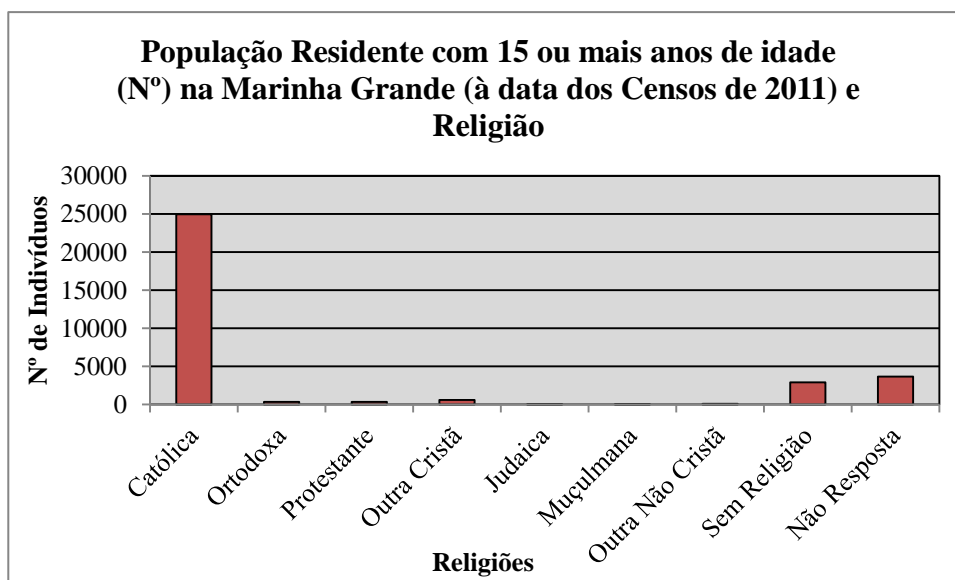
	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>População Estrangeira (%)</i>	2,99%	2,96%	3,03%



Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho da Marinha Grande é de 2,99%. A percentagem de homens estrangeiros é de 2,96% e de mulheres é de 3,03%. Não devemos estranhar que a percentagem de mulheres estrangeiras seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

Religiões	N.º de Indivíduos
<i>Católica</i>	24928
<i>Ortodoxa</i>	322
<i>Protestante</i>	333
<i>Outra Cristã</i>	599
<i>Judaica</i>	6
<i>Muçulmana</i>	31
<i>Outra Não Cristã</i>	104
<i>Sem Religião</i>	2894
<i>Não Resposta</i>	3662
N.º. População Total	32879



Das 32879 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho da Marinha Grande, a maioria pertence à religião católica (cerca de 24928 pessoas). Existem apenas seis indivíduos pertencentes à religião judaica. Um número considerável de

peçoas afirma não possuir nenhuma religião (2894 peçoas) ou não saber responder (3662 peçoas).

Loures

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

<i>Grupo Etário / Sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>0-14 anos</i>	32056	16507	15549
<i>15-24 anos</i>	22600	11327	11273
<i>25-64 anos</i>	115121	55009	60112
<i>65-74 anos</i>	20848	9785	11063
<i>75 ou mais anos</i>	14429	5638	8791
<i>N.º. População Total</i>	205054	98266	106788

Em 2011, a população residente no concelho de Loures perfazia um total de 205054 habitantes. Destes, 98266 eram homens e 106788 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 115121 peçoas). Podemos ainda afirmar que existem mais jovens com menos de 25 anos (no total cerca de 54656 peçoas) do que idosos com mais de 65 anos (35277 peçoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

<i>Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Portugal</i>	182160	87307	94853
<i>União Europeia</i>	1486	728	758
<i>Outros países Europa</i>	1347	643	704
<i>Total pop. estr. Europa</i>	2833	1371	1462
<i>África do Sul</i>	17	7	10
<i>Angola</i>	2114	1000	1114
<i>Cabo Verde</i>	2632	1271	1361
<i>Guiné-Bissau</i>	1766	989	777
<i>Moçambique</i>	231	94	137
<i>São Tomé e Príncipe</i>	2102	932	1170
<i>Outros países - África</i>	307	167	140
<i>Total pop. estr. África</i>	9169	4460	4709
<i>Argentina</i>	7	4	3
<i>Brasil</i>	3665	1566	2099
<i>Canadá</i>	4	4	0
<i>EUA</i>	32	12	20
<i>Venezuela</i>	10	5	5
<i>Outros países América</i>	84	35	49
<i>Total pop. estr. América</i>	3802	1626	2176
<i>China</i>	253	134	119
<i>Índia</i>	375	227	148
<i>Japão</i>	7	5	2
<i>Paquistão</i>	106	66	40
<i>Timor Leste</i>	3	0	3
<i>Outros países Ásia</i>	99	45	54

<i>Total pop. estr. Ásia</i>	843	477	366
<i>Oceânia</i>	11	6	5
<i>Dupla Nacionalidade</i>	6224	3013	3211
<i>Apátrida</i>	12	6	6
<i>Total pop. estrangeira</i>	16658	7940	8718

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de Loures perfazia um total de 205054 habitantes. Destes, 98266 eram homens e 106788 eram mulheres.

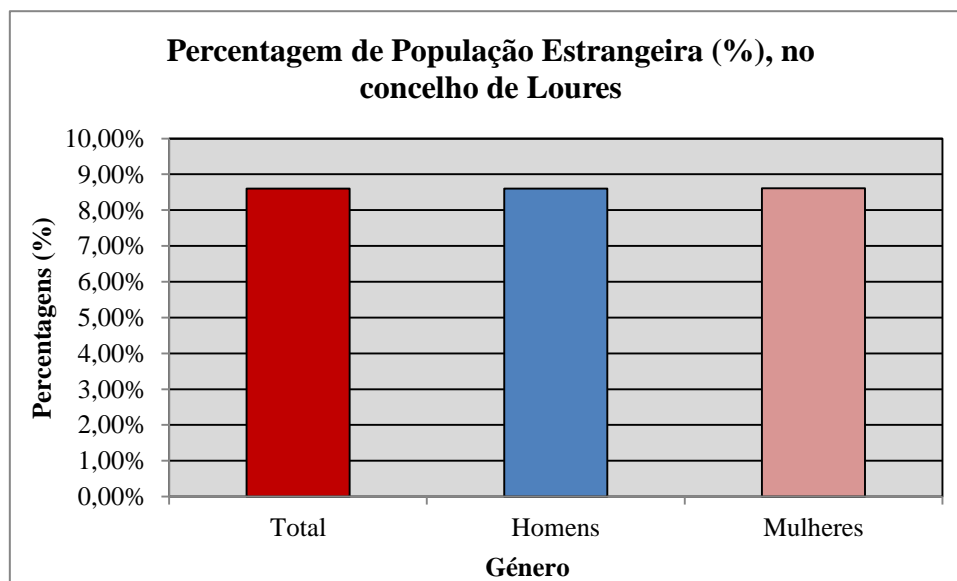
Dos 205054 habitantes, 182160 eram de nacionalidade portuguesa e 16658 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente africano (9169 pessoas, no total). Seguem-se os estrangeiros oriundos do continente americano (3802 pessoas, no total), designadamente, do Brasil (3665, no total). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes.

Podemos afirmar que, no concelho de Loures é superior o número de imigrantes mulheres (8718) do que o de homens (7940). Todavia, a emigração da Europa, da América e de África é sobretudo feminina, enquanto a da Ásia e da Oceânia é masculina.

Existem, ainda, 6224 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Doze pessoas não possuem nacionalidade definida.

Indicador 3: *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal*

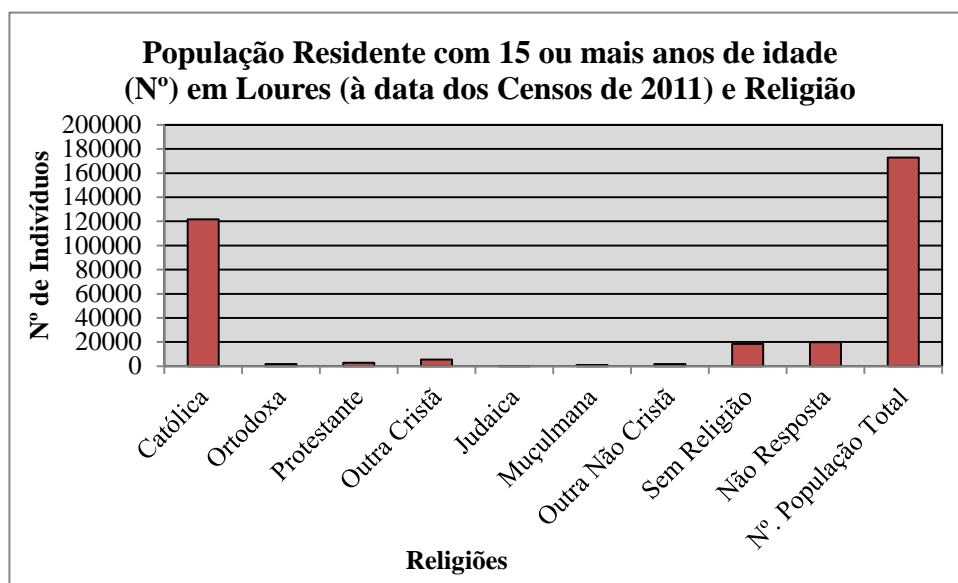
	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>População Estrangeira (%)</i>	8,60%	8,60%	8,61%



Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho da Loures é de 8,60%. A percentagem de homens estrangeiros é de 8,60% e de mulheres é de 8,61%. Não devemos estranhar que a percentagem de mulheres estrangeiras seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

Religiões	N.º. de Indivíduos
<i>Católica</i>	121684
<i>Ortodoxa</i>	1824
<i>Protestante</i>	2964
<i>Outra Cristã</i>	5466
<i>Judaica</i>	50
<i>Muçulmana</i>	1077
<i>Outra Não Cristã</i>	1666
<i>Sem Religião</i>	18434
<i>Não Resposta</i>	19833
N.º. População Total	172998



Das 172998 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de Loures, a maioria pertence à religião católica (cerca de 121684 pessoas). Existem cinquenta indivíduos pertencentes à religião judaica. A saber, que um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (18434 pessoas) ou não saber responder (19833 pessoas).

Vila Flor

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

<i>Grupo Etário / Sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>0-14 anos</i>	721	379	342
<i>15-24 anos</i>	626	306	320
<i>25-64 anos</i>	3421	1686	1735
<i>65-74 anos</i>	989	473	516
<i>75 ou mais anos</i>	940	368	572
<i>N.º. População Total</i>	6697	3212	3485

Em 2011, a população residente no concelho de Vila Flor perfazia um total de 6697 habitantes. Destes, 3212 eram homens e 3485 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 3421 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais idosos com mais de 65 anos (no total cerca de 1929 pessoas) do que jovens com menos de 25 anos (1347 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

<i>Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Portugal</i>	6427	3087	3340
<i>União Europeia</i>	80	44	36
<i>Outros países Europa</i>	14	8	6
<i>Total pop. estr. Europa</i>	94	52	42
<i>Angola</i>	7	1	6
<i>Moçambique</i>	1	0	1
<i>São Tomé e Príncipe</i>	1	1	0
<i>Total pop. estr. África</i>	9	2	7
<i>Brasil</i>	27	6	21
<i>Total pop. estr. América</i>	27	6	21
<i>China</i>	3	2	1
<i>Outros países Ásia</i>	1	1	0
<i>Total pop. estr. Ásia</i>	4	3	1
<i>Dupla Nacionalidade</i>	136	62	74
<i>Apátrida</i>	0	0	0
<i>Total pop. estrangeira</i>	134	63	71

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de Vila Flor perfazia um total de 6697 habitantes. Destes, 3212 eram homens e 3485 eram mulheres.

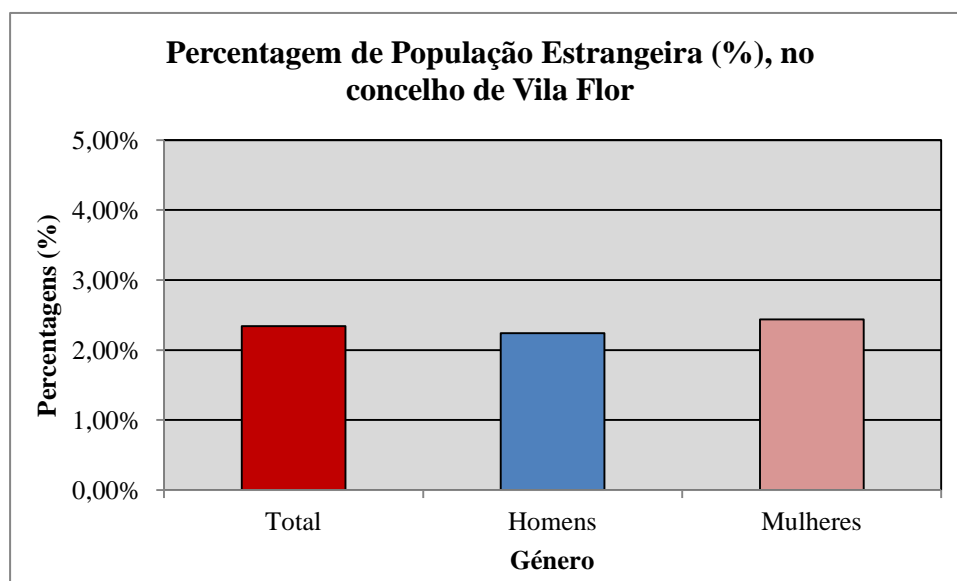
Dos 6697 habitantes, 6427 eram de nacionalidade portuguesa e 134 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente europeu (94 pessoas, no total). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes (excetuando a Oceânia).

Podemos afirmar que, no concelho de Vila Flor o número de imigrantes de homens e mulheres é próximo, 63 e 71, respetivamente. Todavia, a emigração da Europa e da Ásia é sobretudo masculina, enquanto a da África e da América é feminina (não existem pessoas provenientes da Oceânia).

Existem 136 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Não existe nenhuma pessoa apátrida.

Indicador 3: *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal*

	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
População Estrangeira (%)	2,34%	2,24%	2,44%

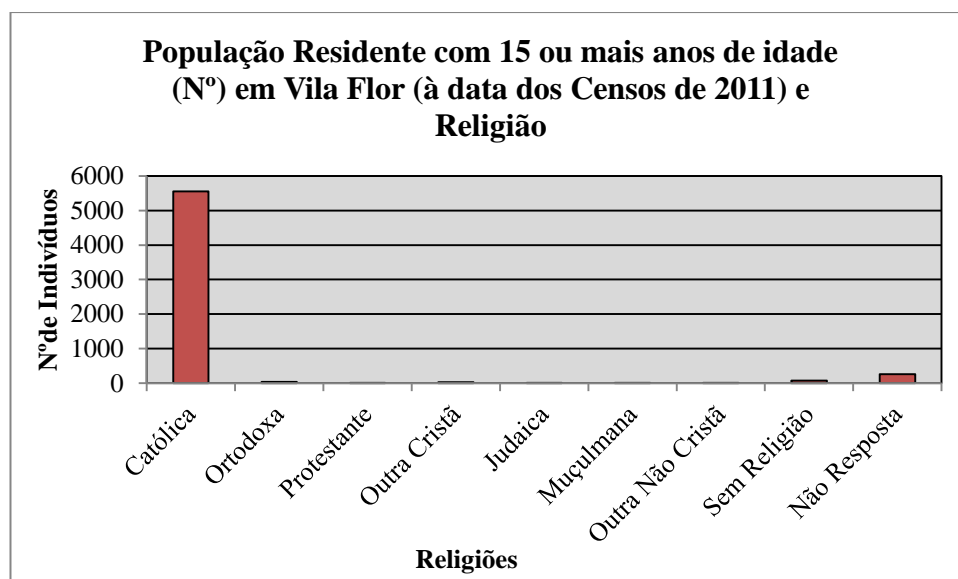


Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de Vila Flor é de 2,34%. A percentagem de homens estrangeiros é de 2,24% e de mulheres é de 2,44%. Não devemos estranhar que a percentagem de mulheres estrangeiras seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a

população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

Religiões	N.º de Indivíduos
<i>Católica</i>	5548
<i>Ortodoxa</i>	43
<i>Protestante</i>	6
<i>Outra Cristã</i>	27
<i>Judaica</i>	1
<i>Muçulmana</i>	2
<i>Outra Não Cristã</i>	6
<i>Sem Religião</i>	77
<i>Não Resposta</i>	266
N.º População Total	5976



Das 5976 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de Vila Flor, a maioria pertence à religião católica (cerca de 5548 pessoas). Existe apenas um indivíduo pertencente à religião judaica. Um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (77 pessoas) ou não saber responder (266 pessoas).

Vila Nova de Paiva

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

<i>Grupo Etário / Sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>0-14 anos</i>	700	360	340
<i>15-24 anos</i>	616	314	302
<i>25-64 anos</i>	2490	1225	1265
<i>65-74 anos</i>	612	268	344
<i>75 ou mais anos</i>	758	296	462
<i>N.º. População Total</i>	5176	2463	2713

Em 2011, a população residente no concelho de Vila Nova de Paiva perfazia um total de 5176 habitantes. Destes, 2463 eram homens e 2713 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 2490 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais idosos com mais de 65 anos (no total cerca de 1370 pessoas) do que jovens com menos de 25 anos (1316 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

<i>Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Portugal</i>	4976	2379	2597
<i>União Europeia</i>	18	9	9
<i>Outros países Europa</i>	11	5	6
<i>Total pop. estr. Europa</i>	29	14	15
<i>África do Sul</i>	1	1	0
<i>Angola</i>	4	1	3
<i>Outros países - África</i>	2	0	2
<i>Total pop. estr. África</i>	7	2	5
<i>Brasil</i>	13	2	11
<i>Canadá</i>	2	0	2
<i>Total pop. estr. América</i>	15	2	13
<i>China</i>	6	3	3
<i>Total pop. estr. Ásia</i>	6	3	3
<i>Dupla Nacionalidade</i>	143	63	80
<i>Apátrida</i>	0	0	0
<i>Total pop. estrangeira</i>	57	21	36

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de Vila Nova de Paiva perfazia um total de 5176 habitantes. Destes, 2463 eram homens e 2713 eram mulheres.

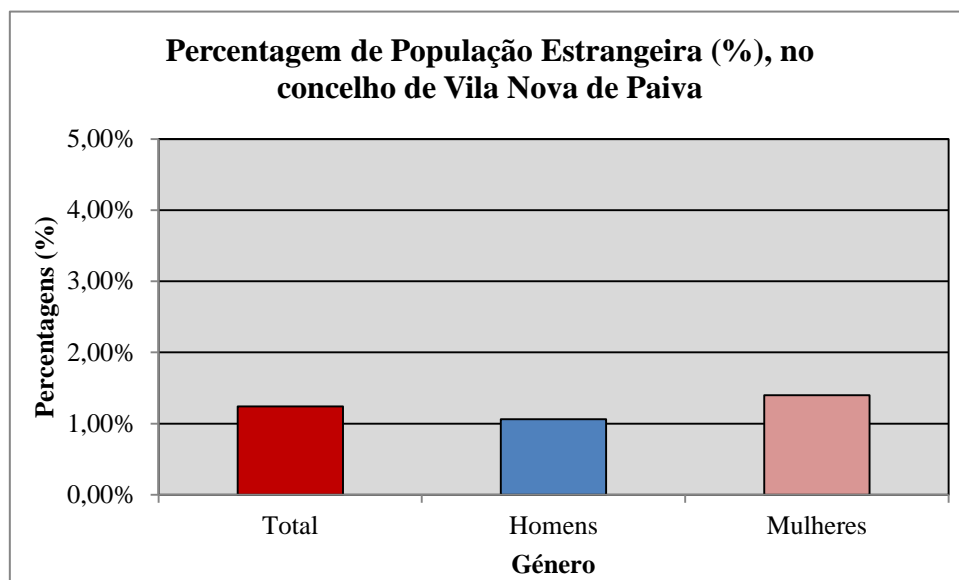
Dos 5176 habitantes, 4976 eram de nacionalidade portuguesa e 57 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente europeu (29 pessoas,

no total). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes (excetuando a Oceânia).

Podemos afirmar que, no concelho Vila Nova de Paiva o número de imigrantes de homens e mulheres é próximo, 21 e 36, respetivamente. Existem 143 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Não existe nenhuma pessoa apátrida.

Indicador 3: *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal*

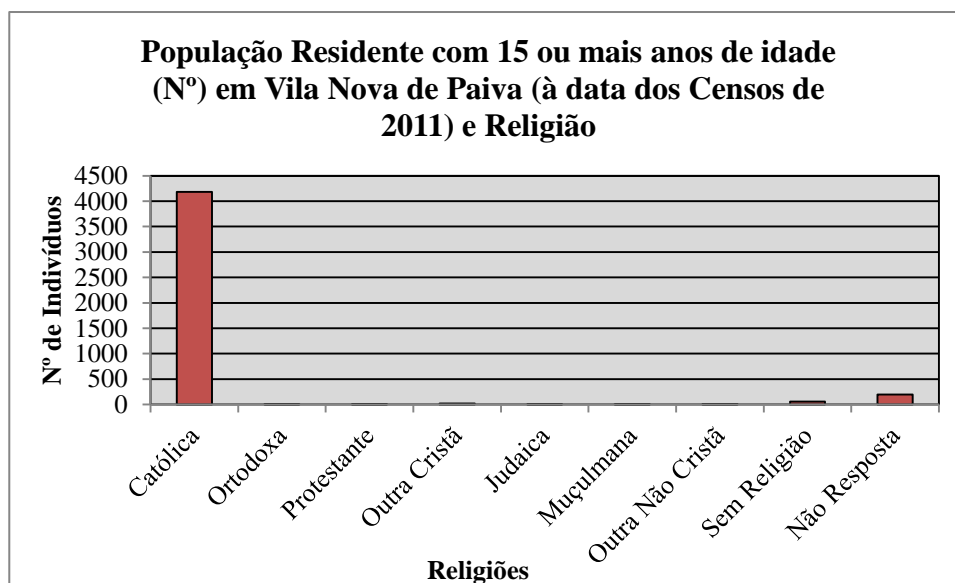
	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>População Estrangeira (%)</i>	1,24%	1,06%	1,40%



Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de Vila Nova de Paiva é de 1,24%. A percentagem de homens estrangeiros é de 1,06% e de mulheres é de 1,40%. Não devemos estranhar que a percentagem de mulheres estrangeiras seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

<i>Religiões</i>	<i>N.º de Indivíduos</i>
<i>Católica</i>	4184
<i>Ortodoxa</i>	5
<i>Protestante</i>	9
<i>Outra Cristã</i>	16
<i>Judaica</i>	2
<i>Muçulmana</i>	2
<i>Outra Não Cristã</i>	2
<i>Sem Religião</i>	58
<i>Não Resposta</i>	198
<i>N.º. População Total</i>	4476



Das 4476 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de Vila Nova de Paiva, a maioria pertence à religião católica (cerca de 4184 pessoas). Existem apenas dois indivíduos pertencentes à religião judaica, muçulmana e outra não cristã, respetivamente. A saber, que um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (58 pessoas) ou não saber responder (198 pessoas).

Fornos de Algodres

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

<i>Grupo Etário / Sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>0-14 anos</i>	542	256	286
<i>15-24 anos</i>	511	254	257
<i>25-64 anos</i>	2344	1145	1199
<i>65-74 anos</i>	746	350	396
<i>75 ou mais anos</i>	846	348	498
<i>N.º. População Total</i>	4989	2353	2636

Em 2011, a população residente no concelho de Fornos de Algodres perfazia um total de 4989 habitantes. Destes, 2353 eram homens e 2636 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 2344 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais idosos com mais de 65 anos (no total cerca de 1592 pessoas) do que jovens com menos de 25 anos (1053 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

<i>Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Portugal</i>	4856	2289	2567
<i>União Europeia</i>	13	7	6
<i>Outros países Europa</i>	4	3	1
<i>Total pop. estr. Europa</i>	17	10	7
<i>Angola</i>	1	1	0
<i>Moçambique</i>	2	1	1
<i>Total pop. estr. África</i>	3	2	1
<i>Brasil</i>	7	1	6
<i>EUA</i>	2	1	1
<i>Total pop. estr. América</i>	9	2	7
<i>China</i>	2	1	1
<i>Índia</i>	1	1	0
<i>Total pop. estr. Ásia</i>	3	2	1
<i>Dupla Nacionalidade</i>	101	48	53
<i>Apátrida</i>	0	0	0
<i>Total pop. estrangeira</i>	32	16	16

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de Fornos de Algodres perfazia um total de 4989 habitantes. Destes, 2353 eram homens e 2636 eram mulheres.

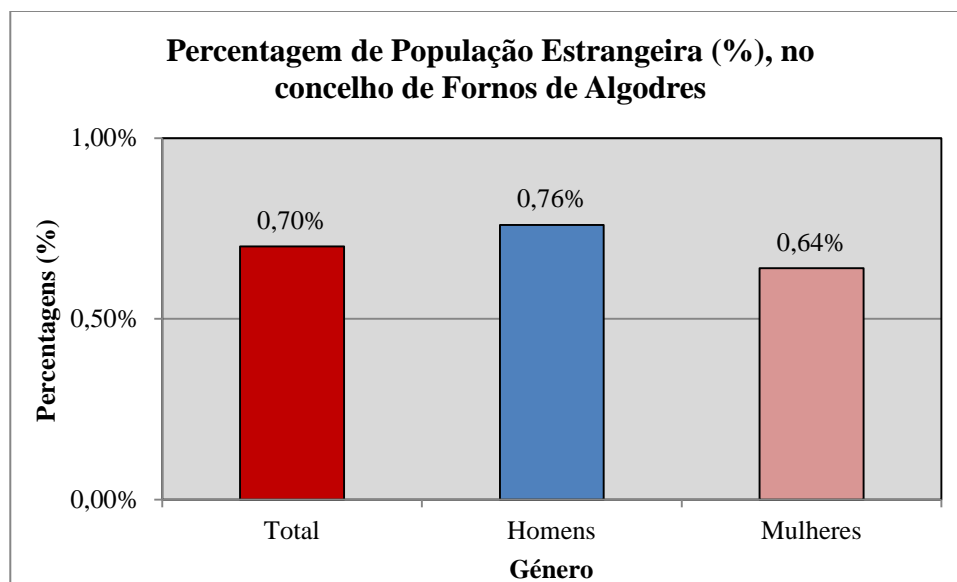
Dos 4989 habitantes, 4856 eram de nacionalidade portuguesa e 32 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente

Europeu (17 pessoas, no total). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes (excetuando a Oceânia).

Podemos afirmar que, no concelho de Fornos de Algodres o número de imigrantes de homens e mulheres é igual, 16 pessoas. Existem 101 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Não existe nenhuma pessoa apátrida.

Indicador 3: *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal*

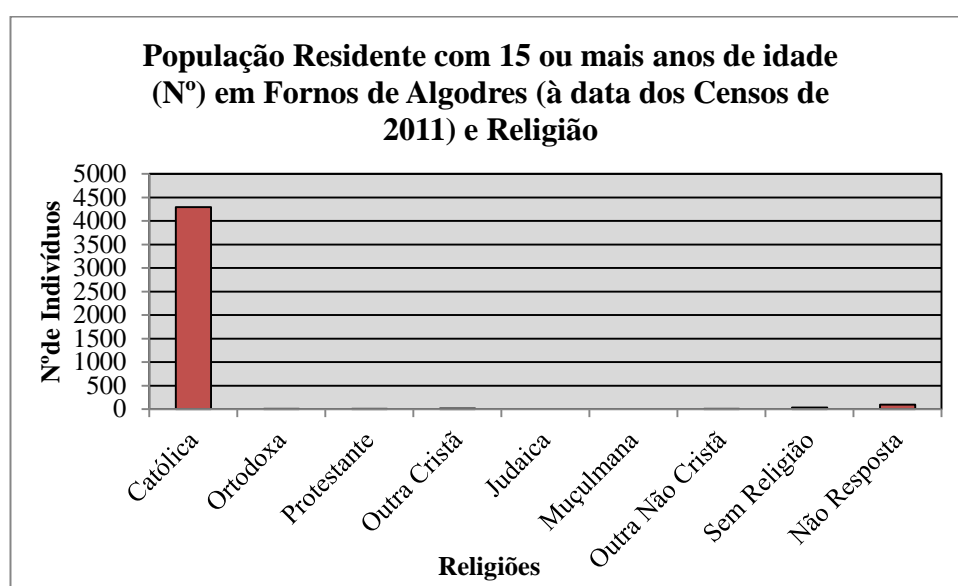
	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>População Estrangeira (%)</i>	0,70%	0,76%	0,64%



Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de Fornos de Algodres é de 0,70%. A saber que, a percentagem de homens estrangeiros é de 0,76% e de mulheres é de 0,64%. Não devemos estranhar que a percentagem de homens estrangeiros seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

Religiões	N.º de Indivíduos
<i>Católica</i>	4294
<i>Ortodoxa</i>	5
<i>Protestante</i>	6
<i>Outra Cristã</i>	13
<i>Judaica</i>	0
<i>Muçulmana</i>	0
<i>Outra Não Cristã</i>	2
<i>Sem Religião</i>	33
<i>Não Resposta</i>	94
N.º. População Total	4447



Das 4477 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de Fornos de Algodres, a maioria pertence à religião católica (cerca de 4294 pessoas). Não existe ninguém pertencente à religião judaica e à religião muçulmana. A saber, que um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (33 pessoas) ou não saber responder (94 pessoas).

Belmonte

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

<i>Grupo Etário / Sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>0-14 anos</i>	808	410	398
<i>15-24 anos</i>	677	358	319
<i>25-64 anos</i>	3536	1734	1802
<i>65-74 anos</i>	828	391	437
<i>75 ou mais anos</i>	1010	401	609
<i>N.º. População Total</i>	6859	3294	3565

Em 2011, a população residente no concelho de Belmonte perfazia um total de 6859 habitantes. Destes, 3294 eram homens e 3565 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 3536 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais idosos com mais de 65 anos (no total cerca de 1838 pessoas) do que jovens com menos de 25 anos (1485 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

<i>Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Portugal</i>	6706	3220	3486
<i>União Europeia</i>	23	12	11
<i>Outros países Europa</i>	5	3	2
<i>Total pop. estr. Europa</i>	28	15	13
<i>Angola</i>	7	4	3
<i>Cabo Verde</i>	4	4	0
<i>Moçambique</i>	2	2	0
<i>São Tomé e Príncipe</i>	1	0	1
<i>Total pop. estr. África</i>	14	10	4
<i>Brasil</i>	15	7	8
<i>Total pop. estr. América</i>	15	7	8
<i>China</i>	2	1	1
<i>Outros países Ásia</i>	1	1	0
<i>Total pop. estr. Ásia</i>	3	2	1
<i>Dupla Nacionalidade</i>	93	40	53
<i>Apátrida</i>	0	0	0
<i>Total pop. estrangeira</i>	60	34	26

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de Belmonte perfazia um total de 6859 habitantes. Destes, 3294 eram homens e 3565 eram mulheres.

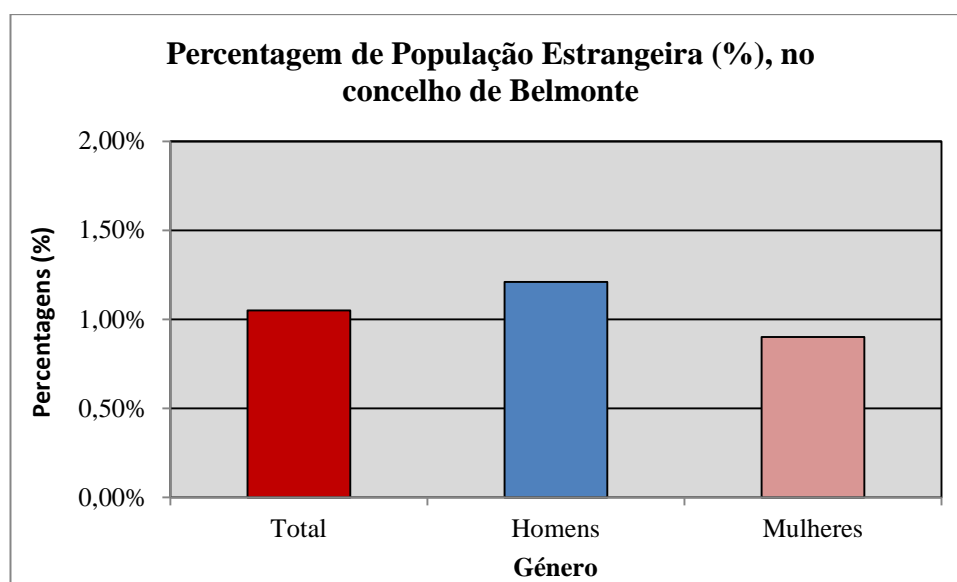
Dos 6859 habitantes, 6706 eram de nacionalidade portuguesa e 60 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente europeu (28 pessoas, no total), designadamente, da União Europeia (23 pessoas). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes (excetuando a Oceânia).

Podemos afirmar que, no concelho de Belmonte o número de imigrantes de homens e mulheres é próximo, 34 e 26, respetivamente.

Existem 933 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Não existe nenhuma pessoa apátrida.

Indicador 3: *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal*

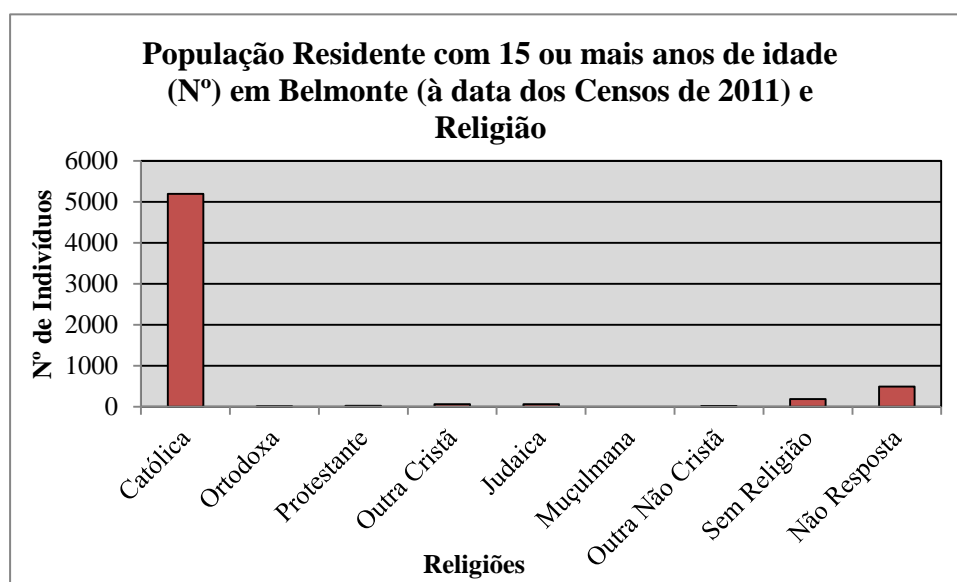
	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
População Estrangeira (%)	1,05%	1,21%	0,90%



Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de Belmonte é de 1,05%. A percentagem de homens estrangeiros é de 1,21% e de mulheres é de 0,90%. Não devemos estranhar que a percentagem de homens estrangeiros seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião

Religiões	N.º de Indivíduos
<i>Católica</i>	5195
<i>Ortodoxa</i>	5
<i>Protestante</i>	27
<i>Outra Cristã</i>	62
<i>Judaica</i>	66
<i>Muçulmana</i>	0
<i>Outra Não Cristã</i>	14
<i>Sem Religião</i>	186
<i>Não Resposta</i>	496
N.º. População Total	6051



Das 6051 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de Belmonte, a maioria pertence à religião católica (cerca de 5195 pessoas). Não existe ninguém pertencente à religião muçulmana. A saber, que um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (186 pessoas) ou não saber responder (496 pessoas).

Marvão

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

Grupo Etário / Sexo	Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
<i>0-14 anos</i>	333	176	157
<i>15-24 anos</i>	294	150	144
<i>25-64 anos</i>	1725	872	853
<i>65-74 anos</i>	497	234	263
<i>75 ou mais anos</i>	663	288	375
N.º. População Total	3512	1720	1792

Em 2011, a população residente no concelho de Marvão perfazia um total de 3512 habitantes. Destes, 1720 eram homens e 1792 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 1725 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais idosos com mais de 65 anos (no total cerca de 1160 pessoas) do que jovens com menos de 25 anos (627 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo	Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
<i>Portugal</i>	3338	1640	1698
<i>União Europeia</i>	93	45	48
<i>Outros países Europa</i>	3	3	0
<i>Total pop. estr. Europa</i>	96	48	48
<i>África do Sul</i>	1	0	1
<i>Angola</i>	3	2	1
<i>Cabo Verde</i>	1	1	0
<i>Outros países - África</i>	2	0	2
<i>Total pop. estr. África</i>	7	3	4
<i>Brasil</i>	5	2	3
<i>Outros países América</i>	1	0	1
<i>Total pop. estr. América</i>	6	2	4
<i>Dupla Nacionalidade</i>	65	27	38
<i>Apátrida</i>	0	0	0
<i>Total pop. estrangeira</i>	109	53	56

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de Marvão perfazia um total de 3512 habitantes. Destes, 1720 eram homens e 1792 eram mulheres.

Dos 3512 habitantes, 3338 eram de nacionalidade portuguesa e 109 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente

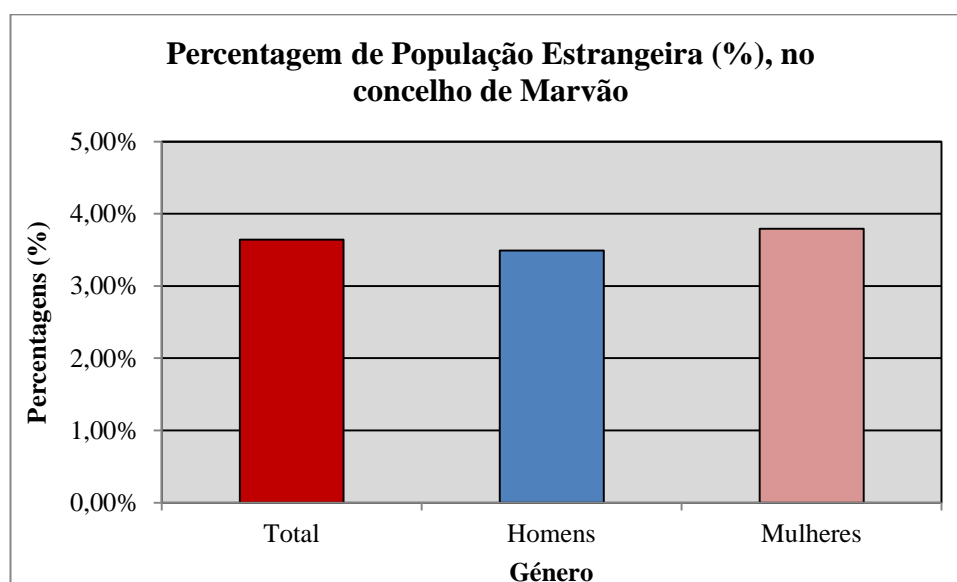
europeu (96 pessoas, no total), designadamente da União Europeia (93 pessoas). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes (excetuando a Oceânia).

Podemos afirmar que, no concelho de Marvão o número de imigrantes de homens e mulheres é próximo, 53 e 56, respetivamente.

Existem 65 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Não existe nenhuma pessoa apátrida.

Indicador 3: Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal

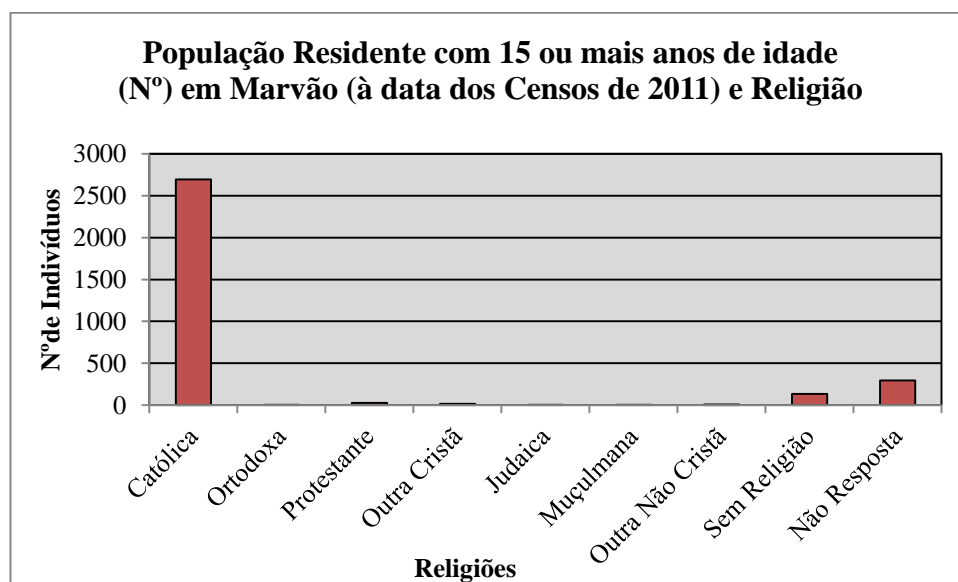
	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
População Estrangeira (%)	3,64%	3,49%	3,79%



Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de Marvão é de 3,64%. A percentagem de homens estrangeiros é de 3,49% e de mulheres é de 3,79%. Não devemos estranhar que a percentagem de mulheres estrangeiras seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

<i>Religiões</i>	<i>N.º de Indivíduos</i>
<i>Católica</i>	2697
<i>Ortodoxa</i>	2
<i>Protestante</i>	27
<i>Outra Cristã</i>	16
<i>Judaica</i>	1
<i>Muçulmana</i>	2
<i>Outra Não Cristã</i>	6
<i>Sem Religião</i>	135
<i>Não Resposta</i>	293
<i>N.º. População Total</i>	3179



Das 3179 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de Marvão, a maioria pertence à religião católica (cerca de 2697 pessoas). Existe apenas uma pessoa pertencente à religião judaica. A saber, que um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (135 pessoas) ou não saber responder (293 pessoas).

Portimão

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

<i>Grupo Etário / Sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>0-14 anos</i>	8715	4441	4274
<i>15-24 anos</i>	5687	2954	2733
<i>25-64 anos</i>	31008	14946	16062
<i>65-74 anos</i>	5273	2552	2721
<i>75 ou mais anos</i>	4931	1960	2971
<i>N.º. População Total</i>	55614	26853	28761

Em 2011, a população residente no concelho de Portimão perfazia um total de 55614 habitantes. Destes, 26853 eram homens e 28761 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 31008 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais jovens com menos de 25 anos (no total cerca de 14402 pessoas) do que idosos com mais de 65 anos (10204 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

<i>Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Portugal</i>	47347	22840	24507
<i>União Europeia</i>	1747	829	918
<i>Outros países Europa</i>	1762	871	891
<i>Total pop. estr. Europa</i>	3509	1700	1809
<i>África do Sul</i>	19	10	9
<i>Angola</i>	165	70	95
<i>Cabo Verde</i>	286	157	129
<i>Guiné-Bissau</i>	211	130	81
<i>Moçambique</i>	48	21	27
<i>São Tomé e Príncipe</i>	26	11	15
<i>Outros países - África</i>	130	74	56
<i>Total pop. estr. África</i>	885	473	412
<i>Argentina</i>	7	2	5
<i>Brasil</i>	1395	622	773
<i>Canadá</i>	15	4	11
<i>EUA</i>	15	6	9
<i>Venezuela</i>	4	1	3
<i>Outros países América</i>	21	9	12
<i>Total pop. estr. América</i>	1457	644	813
<i>China</i>	93	51	42
<i>Índia</i>	63	44	19
<i>Paquistão</i>	12	8	4
<i>Outros países Ásia</i>	70	37	33
<i>Total pop. estr. Ásia</i>	238	140	98
<i>Oceânia (1 Austrália; 1 outro país)</i>	2	2	0
<i>Dupla Nacionalidade</i>	2163	1051	1112
<i>Apátrida</i>	13	3	10
<i>Total pop. estrangeira</i>	6091	2959	3132

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de Portimão perfazia um total de 55614 habitantes. Destes, 26853 eram homens e 28761 eram mulheres.

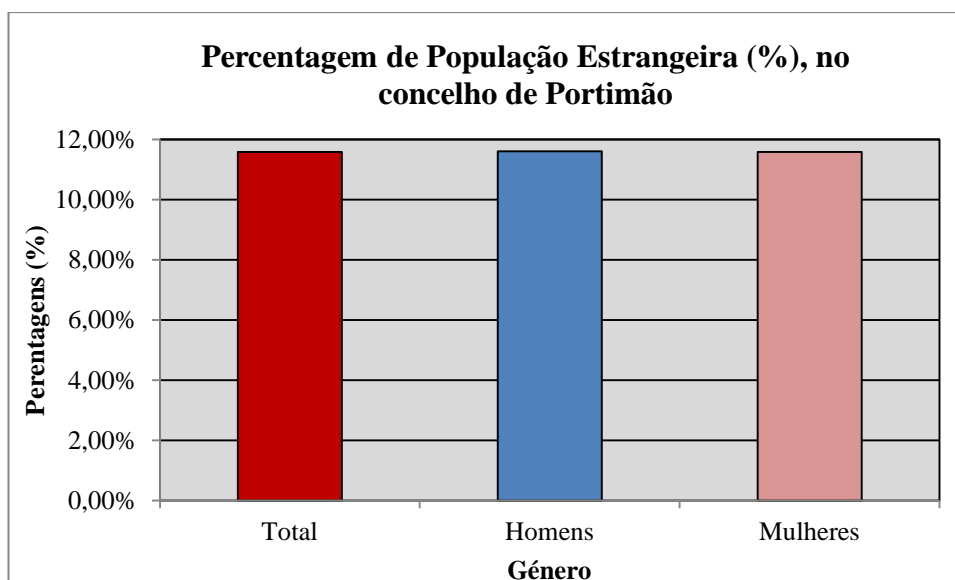
Dos 55614 habitantes, 47347 eram de nacionalidade portuguesa e 6091 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente europeu (3509 pessoas, no total) e do continente americano (1457 pessoas). Seguem-se os estrangeiros oriundos do continente americano (74 pessoas, no total), designadamente, do Brasil (59, no total). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes.

Podemos afirmar que, no concelho de Portimão é superior o número de imigrantes mulheres do que o dos homens (3132 e 2959, respetivamente). Todavia, a emigração da Europa e da América é sobretudo feminina, enquanto a de África, Ásia e Oceânia é masculina.

Existem, ainda, 2163 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Treze pessoas não têm nacionalidade definida.

Indicador 3: *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal*

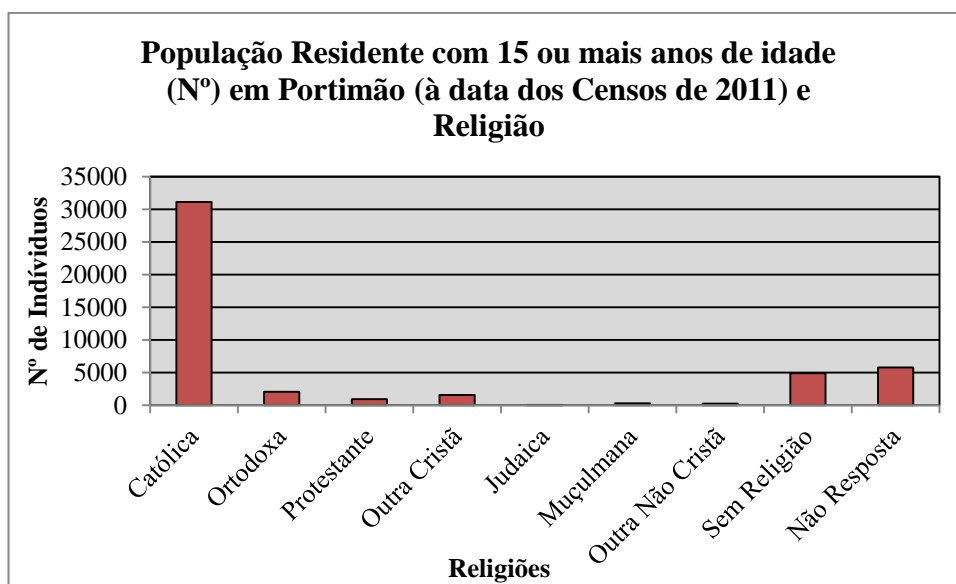
	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>População Estrangeira (%)</i>	11,58%	11,60%	11,58%



Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de Portimão é de 11,58%. A percentagem de homens estrangeiros é de 11,60% e de mulheres é de 11,58%. Não devemos estranhar que a percentagem de homens estrangeiros seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

Religiões	N.º de Indivíduos
<i>Católica</i>	31128
<i>Ortodoxa</i>	2042
<i>Protestante</i>	915
<i>Outra Cristã</i>	1559
<i>Judaica</i>	67
<i>Muçulmana</i>	295
<i>Outra Não Cristã</i>	242
<i>Sem Religião</i>	4886
<i>Não Resposta</i>	5765
N.º. População Total	46899



Das 46899 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de Portimão, a maioria pertence à religião católica (cerca de 31128 pessoas). Existem sessenta e sete pessoas pertencentes à religião judaica. A saber, que um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (4886 pessoas) ou não saber responder (5765 pessoas).

São Brás de Alportel

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

Grupo Etário / Sexo	Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
<i>0-14 anos</i>	1535	812	723
<i>15-24 anos</i>	1001	530	471
<i>25-64 anos</i>	5743	2848	2895
<i>65-74 anos</i>	1167	559	608
<i>75 ou mais anos</i>	1216	483	733
N.º. População Total	10662	5232	5430

Em 2011, a população residente no concelho de São Brás de Alportel perfazia um total de 10662 habitantes. Destes, 5232 eram homens e 5430 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 5743 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais jovens com menos de 25 anos (no total cerca de 2536 pessoas) do que idosos com mais de 65 anos (2383 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo	Homens e Mulheres	Homens	Mulheres
<i>Portugal</i>	9300	4552	4748
<i>União Europeia</i>	538	272	266
<i>Outros países Europa</i>	264	132	132
<i>Total pop. estr. Europa</i>	802	404	398
<i>Angola</i>	12	3	9
<i>Cabo Verde</i>	16	9	7
<i>Guiné-Bissau</i>	2	2	0
<i>Outros países - África</i>	2	2	0
<i>Total pop. estr. África</i>	32	16	16
<i>Argentina</i>	2	2	0
<i>Brasil</i>	97	38	59
<i>Canadá</i>	17	12	5
<i>EUA</i>	9	3	6
<i>Outros países América</i>	1	0	1
<i>Total pop. estr. América</i>	126	55	71
<i>China</i>	16	9	7
<i>Índia</i>	5	3	2
<i>Japão</i>	1	0	1
<i>Paquistão</i>	7	3	4
<i>Total pop. estr. Ásia</i>	29	15	14
<i>Oceânia (Austrália)</i>	1	0	1
<i>Dupla Nacionalidade</i>	369	189	180
<i>Apátrida</i>	3	1	2
<i>Total pop. estrangeira</i>	990	490	500

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de São Brás de Alportel perfazia um total de 10662 habitantes. Destes, 5232 eram homens e 5430 eram mulheres.

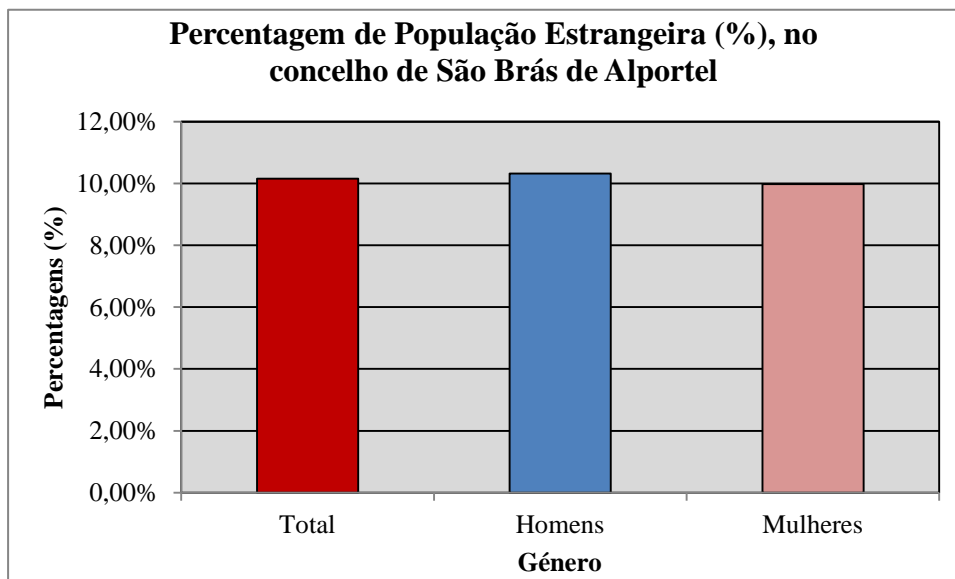
Dos 10662 habitantes, 9300 eram de nacionalidade portuguesa e 990 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente europeu (820 pessoas, no total), designadamente, da União Europeia sem Portugal (538 pessoas). Seguem-se os estrangeiros oriundos do continente americano (126 pessoas, no total), nomeadamente, do Brasil (97, no total). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes.

Podemos afirmar que, no concelho de São Brás de Alportel o número de imigrantes de homens e mulheres é próximo, 490 e 500, respetivamente. Não existem diferenças assinaláveis na composição, ao nível do género, dos imigrantes.

Existem, ainda, 369 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Três pessoas não têm nacionalidade definida.

Indicador 3: *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal*

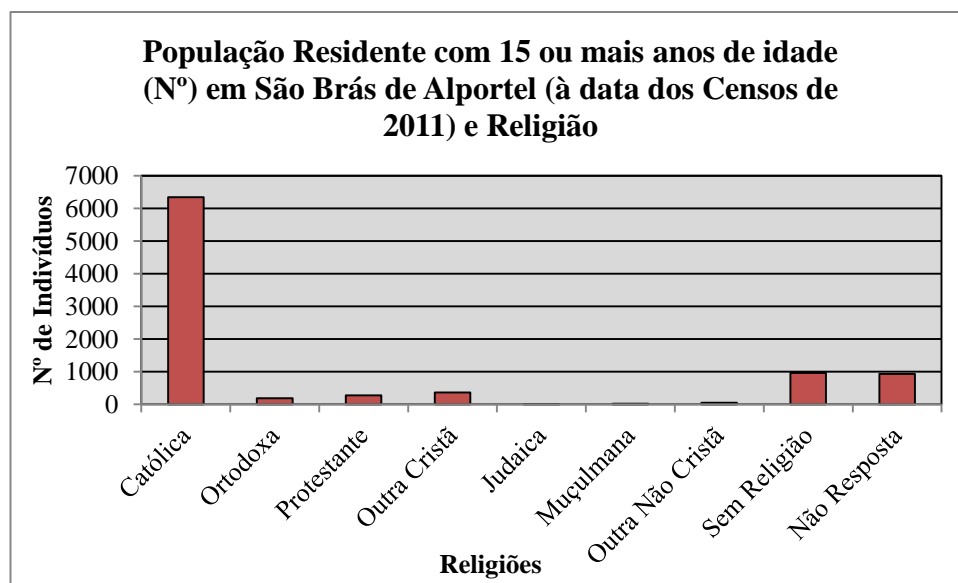
	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
População Estrangeira (%)	10,15%	10,32%	9,98%



Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de São Brás de Alportel é de 10,15%. A percentagem de homens estrangeiros é de 10,32% e de mulheres é de 9,98%. Não devemos estranhar que a percentagem de homens estrangeiros seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

Religiões	N.º de Indivíduos
<i>Católica</i>	6339
<i>Ortodoxa</i>	186
<i>Protestante</i>	272
<i>Outra Cristã</i>	361
<i>Judaica</i>	6
<i>Muçulmana</i>	17
<i>Outra Não Cristã</i>	52
<i>Sem Religião</i>	965
<i>Não Resposta</i>	929
N.º. População Total	9127



Das 9127 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de São Brás de Alportel, a maioria pertence à religião católica (cerca de 6339 pessoas). Existem seis pessoas pertencentes à religião judaica. A saber, que um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (965 pessoas) ou não saber responder (929 pessoas).

Olhão

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

<i>Grupo Etário / Sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>0-14 anos</i>	7502	3861	3641
<i>15-24 anos</i>	4718	2400	2318
<i>25-64 anos</i>	25154	12374	12780
<i>65-74 anos</i>	4284	2060	2224
<i>75 ou mais anos</i>	3738	1479	2259
<i>N.º. População Total</i>	45396	22174	23222

Em 2011, a população residente no concelho de Olhão perfazia um total de 45396 habitantes. Destes, 22174 eram homens e 23222 eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de 25154 pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais jovens com menos de 25 anos (no total cerca de 12220 pessoas) do que idosos com mais de 65 anos (8022 pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

<i>Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Portugal</i>	41619	20302	21317
<i>União Europeia</i>	1146	575	571
<i>Outros países Europa</i>	528	251	277
<i>Total pop. estr. Europa</i>	1674	826	848
<i>África do Sul</i>	1	0	1
<i>Angola</i>	132	70	62
<i>Cabo Verde</i>	170	97	73
<i>Guiné-Bissau</i>	48	25	23
<i>Moçambique</i>	9	4	5
<i>São Tomé e Príncipe</i>	4	2	2
<i>Outros países - África</i>	79	34	45
<i>Total pop. estr. África</i>	443	232	211
<i>Argentina</i>	3	0	3
<i>Brasil</i>	405	165	240
<i>Canadá</i>	5	3	2
<i>EUA</i>	16	4	12
<i>Venezuela</i>	8	3	5
<i>Outros países América</i>	28	11	17
<i>Total pop. estr. América</i>	465	186	279
<i>China</i>	65	31	34
<i>Índia</i>	20	16	4
<i>Japão</i>	2	0	2
<i>Paquistão</i>	3	3	0
<i>Outros países Ásia</i>	11	6	5
<i>Total pop. estr. Ásia</i>	101	56	45
<i>Oceânia (Austrália)</i>	1	1	0
<i>Dupla Nacionalidade</i>	1084	565	519
<i>Apátrida</i>	9	6	3
<i>Total pop. estrangeira</i>	2684	1301	1383

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de Olhão perfazia um total de 45396 habitantes. Destes, 22174 eram homens e 23222 eram mulheres.

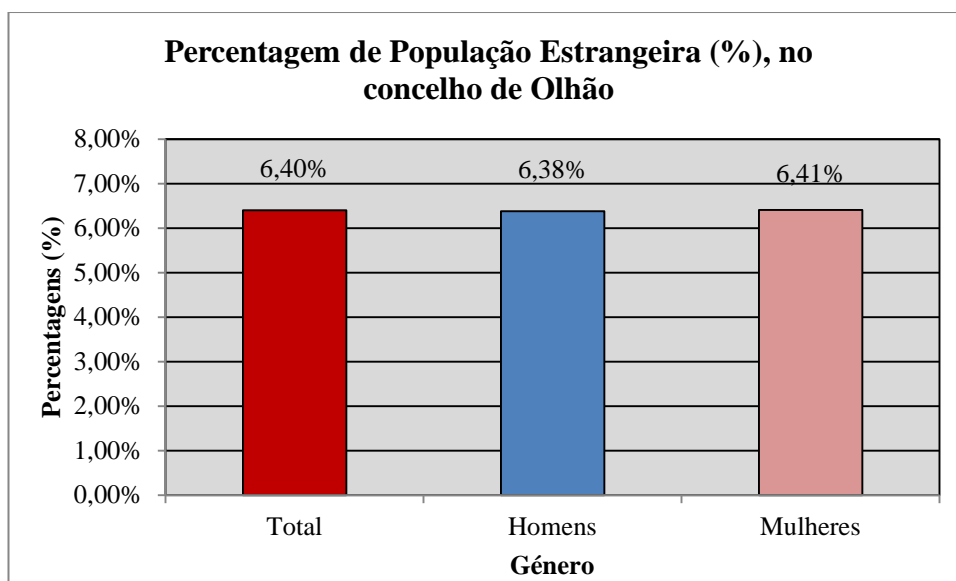
Dos 45396 habitantes, 41619 eram de nacionalidade portuguesa e 2684 eram de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente europeu (1674 pessoas, no total), designadamente, da União Europeia sem Portugal (1146 pessoas). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes.

Podemos afirmar que, no concelho de Olhão o número de imigrantes de homens e mulheres é próximo, 1301 e 1383, respetivamente. Todavia, a emigração da Europa e da América é sobretudo feminina, enquanto a de África, Ásia e Oceânia é masculina.

Existem, ainda, 1084 pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. Nove pessoas não têm nacionalidade definida.

Indicador 3: *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal*

	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>População Estrangeira (%)</i>	6,40%	6,38%	6,41%

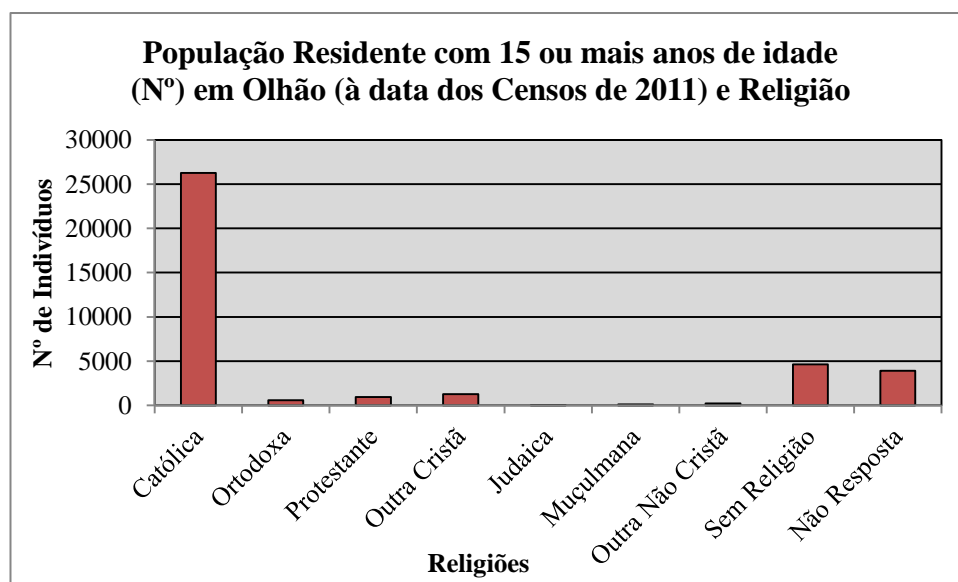


Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de Olhão é de 6,40%. A percentagem de homens estrangeiros é de 6,38% e de mulheres é de 6,41%. Não devemos estranhar que a percentagem de mulheres estrangeiras seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a

população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

Religiões	N.º de Indivíduos
<i>Católica</i>	26280
<i>Ortodoxa</i>	563
<i>Protestante</i>	943
<i>Outra Cristã</i>	1252
<i>Judaica</i>	10
<i>Muçulmana</i>	121
<i>Outra Não Cristã</i>	201
<i>Sem Religião</i>	4623
<i>Não Resposta</i>	3901
N.º. População Total	37894



Das 37894 pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de Olhão, a maioria pertence à religião católica (cerca de 26280 pessoas). Existem dez pessoas pertencentes à religião judaica. A saber, que um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (4623 pessoas) ou não saber responder (3901 pessoas).

Anexo 8-Guião de Trabalho

Como Devo Pesquisar e Selecionar os Indicadores no Instituto Nacional de Estatística (INE)?

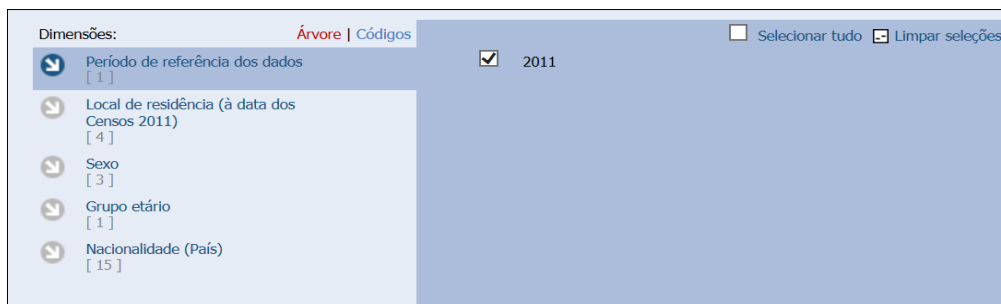
1. Em primeiro lugar, devemos saber quais são os indicadores a pesquisar na página do Instituto Nacional de Estatística (INE). Estes são os indicadores que deves pesquisar no INE:

- 1.1. População Residente (Nº.) por Local de Residência (à data dos Censos 2011) Sexo e Grupo Etário; Decenal.
- 1.2. População Residente (Nº.) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo Etário e Nacionalidade (País); Decenal.
- 1.3. Proporção da População Residente de Nacionalidade Estrangeira (%) por Local de Residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal.
- 1.4. População Residente com 15 e mais Anos de Idade (Nº.) por Local de Residência (2011) e Religião.

2. **Para acederes ao INE:** Abre a plataforma “*Google*” e escreve na barra de pesquisa “**Instituto Nacional de Estatística**”. Quando abrir a página da Internet do INE, no lado esquerdo existe um item denominado de “**Dados Estatísticos**”. Clica neste item com o botão do lado esquerdo do rato. É, a partir deste item, que tens acesso às principais estatísticas elaboradas pelo Instituto.

De seguida, vai abrir uma nova página. Na parte superior desta página, existe um retângulo, onde deves escolher o tema da pesquisa. Neste caso, deves escolher o tema “**População**”. Quando escolheres o tema, abre uma nova página que te permite ainda escolher o subtema e o nível geográfico. Para este trabalho, quanto ao subtema tens de selecionar o item “**Censos da População**” e quanto ao nível geográfico pretendemos que as estatísticas apareçam calculadas para o “**Município**”.

3. Atenta agora ao **indicador 1.1**. Depois de efetuares as seleções anteriores vai abrir uma nova janela. Clica até ao fim da página, para seleccionares a página pretendida para encontrares o indicador. Para o indicador 1.1. deves avançar até à **página número vinte e um**. O indicador 1.1. é o **décimo primeiro** a contar do início da lista dos indicadores. De seguida, vai abrir uma página com os dados, que por defeito aparecem calculados para todo o território nacional, para seleccionares o teu concelho e as demais opções, clica no item “**Alterar Condições de Seleção**”. Quando abrir a nova página vai surgir o seguinte quadro:



-Período de referência dos dados: 2011 (por defeito, esta opção é já seleccionada pela plataforma).

-Local de Residência (à Data dos Censos 2011): deves desseleccionar todas as opções que estão por defeito seleccionadas. Posteriormente, clicas no (+) do item “Continente” e continuas a clicar no (+) até encontrares o município/concelho que te foi atribuído.

-Sexo: por defeito todos os itens são seleccionados automaticamente pela plataforma.

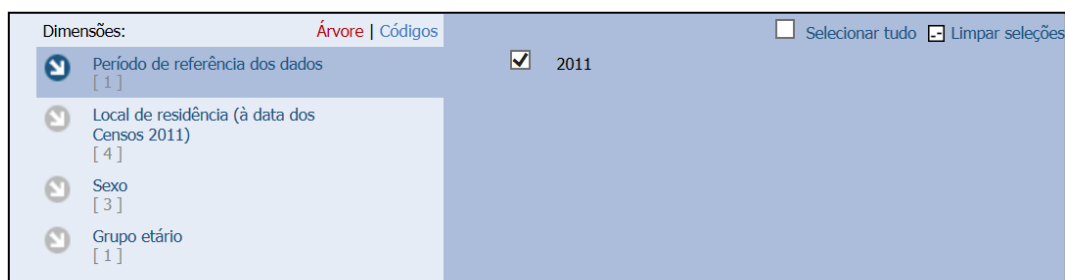
-Grupo Etário: neste item deves abrir (+) e seleccionar todas opções disponíveis na página.

Depois de efetuares estas seleções, clica na opção **“Visualizar Quadro”**. Para importares o quadro para o *“Excel”* clica no seguinte símbolo:



Posteriormente, deves copiar os dados estatísticos para a *“template”* dada pela docente.

4. Atenta agora ao **indicador 1.2**. Retoma os procedimentos iniciais, mas desta vez avança até à **página vinte e dois**, indicador **sete**. Quando abrir o quadro, para alterares as opções deves clicar em **“Alterar Condições de Seleção”**.



Desta vez, quanto ao “período de referência dos dados”, “local de residência (à Data dos Censos 2011)” e “sexo” deves manter as opções que realizaste anteriormente. Por sua vez, quanto o grupo etário terás de manter o “visto” apenas na opção que por defeito aparece seleccionada. Quanto à nacionalidade deves seleccionar as seguintes opções:

Período de referência dos dados
[1]

Local de residência (à data dos Censos 2011)
[4]

Sexo
[3]

Grupo etário
[1]

Nacionalidade (País)
[15]

Total de seleções: 24
Total de células a visualizar: 180 (permitidas:40000)

Total

Portugal

Estrangeira

Europa

União Europeia 27 (S/PT)

Outros países (parcial)

África

América

Ásia


Oceânia

Outros países

Dupla nacionalidade

Dupla nacionalidade portuguesa e outra

Dupla nacionalidade estrangeira

Depois de efetuares estas seleções, clica na opção **“Visualizar Quadro”**. Para importares o quadro para o “Excel” clica no seguinte símbolo: 



Posteriormente debes copiar os datos estatísticos para a “*template*” dada pela docente.

5. Atenta agora ao **indicador 1.3**. Para seleccionares o indicador deves avançar até à página **vinte e quatro**. Este é o **último** indicador desta página. Na opção “Alterar Condições de Seleção” deves apenas seleccionar o teu concelho. O “período de referência dos dados” e o “sexo” são seleccionados automaticamente pela plataforma. Importa o quadro para o Excel e de seguida elabora um **gráfico de barras** para representar os dados.

6. Atenta agora ao **indicador 1.4**. Para seleccionares o indicador deves avançar até à página **dezoito**. Este é o indicador **oito** desta página. Na opção “Alterar Condições de Seleção” deves seleccionar o teu concelho. Na opção religião deves abrir (+) e seleccionar todas as religiões listadas. O período de referência de dados é seleccionado automaticamente pela plataforma.

Importa o quadro para o “Excel” e elabora um **gráfico de barras** para representar a informação estatística.

Bom Trabalho!

Anexo 9-Template

(Nome do Concelho)

Indicador 1: *População Residente (N.º) por Local de Residência (à data dos Censos 2011), Sexo e Grupo Etário; Decenal*

<i>Grupo Etário / Sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>N.º. População Total</i>			

Em 2011, a população residente no concelho _____ (nome do concelho) perfazia um total de _____ habitantes. Destes, _____ (nº de pessoas) eram homens e _____ (nº de pessoas) eram mulheres. Podemos concluir quanto aos grupos etários que, este concelho possui a maior parte da sua população na idade ativa, ou seja, entre os 25 e os 64 anos (cerca de _____ pessoas). Podemos ainda afirmar que existem mais _____ (idosos ou jovens) com _____ (65 anos ou mais/ com menos de 25 anos) (nº de pessoas), do que _____ (idosos ou jovens) com _____ (65 anos ou mais/ com menos de 25 anos) (nº de pessoas).

Indicador 2: *População residente (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011), Sexo, Grupo etário e Nacionalidade (País); Decenal*

<i>Nacionalidade/ N.º. de hab. total e por sexo</i>	<i>Homens e Mulheres</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>Portugal</i>			
<i>União Europeia</i>			
<i>Outros países Europa</i>			
<i>Total pop. estr. Europa</i>			
<i>Angola</i>			
<i>Cabo Verde</i>			
<i>Guiné-Bissau</i>			
<i>Moçambique</i>			
<i>Outros países - África</i>			
<i>Total pop. estr. África</i>			
<i>Argentina</i>			
<i>Brasil</i>			
<i>Canadá</i>			
<i>EUA</i>			
<i>Venezuela</i>			
<i>Outros países América</i>			
<i>Total pop. estr. América</i>			
<i>China</i>			
<i>Índia</i>			
<i>Paquistão</i>			
<i>Outros países Ásia</i>			
<i>Total pop. estr. Ásia</i>			
<i>Oceânia (Austrália)</i>			
<i>Dupla Nacionalidade</i>			
<i>Apátrida</i>			
<i>Total pop. estrangeira</i>			

Tal como foi possível constatar na primeira tabela, em 2011, a população residente no concelho de _____ (nome do concelho) perfazia um total de _____ (nº) habitantes. Destes, _____ (nº) eram homens e _____ (nº) eram mulheres.

Dos _____ (nº) habitantes, _____ (nº) eram de nacionalidade portuguesa e _____ (nº) era de nacionalidade estrangeira. A maior parte dos estrangeiros são provenientes do continente _____ (_____ pessoas, no total) e, particularmente, _____ (nome região ou país) (_____, no total). Seguem-se os estrangeiros oriundos do continente _____ (_____ pessoas, no total), designadamente, _____ (nome do país ou região) (_____, no total). Os restantes estrangeiros, em menor número, são provenientes dos demais continentes (podem ainda colocar alguma exceção, por exemplo, não existe nenhuma pessoa do continente _____).

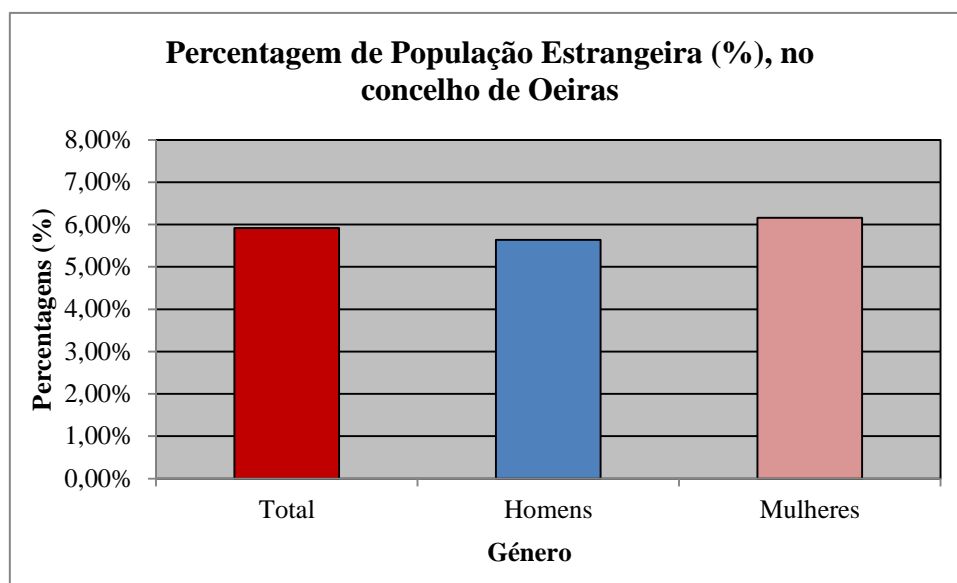
Podemos afirmar que, no concelho de _____ o número de imigrantes de homens e mulheres é _____ (próximo/ ou há mais mulheres do que homens, ou ao contrário), _____ e _____, respetivamente. Todavia, a emigração de _____ (nome continente) e de _____ (nome continente) é sobretudo _____ (feminina/masculina), enquanto que a de _____ (nome continente) e de _____ (nome continente) é _____ (masculina/feminina).

Existem, ainda, _____ pessoas com dupla nacionalidade, sendo que a maioria destas têm nacionalidade portuguesa e uma outra nacionalidade. _____ (Não existe ou existe x números de pessoas) apátrida.

Indicador 3: *Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Sexo; Decenal*

	<i>Total</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
<i>População Estrangeira (%)</i>			

Gráfico: veja-se o exemplo que se segue.

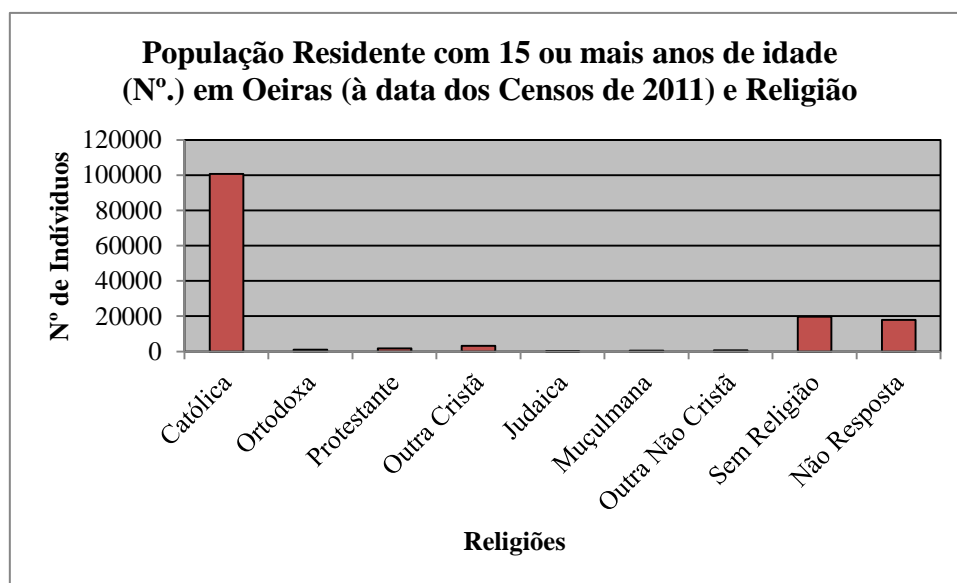


Tal como referimos no indicador 2, a população estrangeira do concelho de _____ (nome do concelho) é de ____%. A saber que, a percentagem de homens estrangeiros é de _____% e de mulheres é de ____%. Não devemos estranhar que a percentagem de _____ (mulheres estrangeiras ou de homens estrangeiros) seja superior à percentagem total, uma vez que as percentagens são calculadas tendo em consideração a população total e a população feminina e masculina. Também o número total de estrangeiros e o número dos que são do sexo feminino e masculino influencia as percentagens obtidas.

Indicador 4: *População residente com 15 e mais anos de idade (N.º) por Local de residência (à data dos Censos 2011) e Religião*

Religiões	N.º de Indivíduos
<i>Católica</i>	
<i>Ortodoxa</i>	
<i>Protestante</i>	
<i>Outra Cristã</i>	
<i>Judaica</i>	
<i>Muçulmana</i>	
<i>Outra Não Cristã</i>	
<i>Sem Religião</i>	
<i>Não Resposta</i>	
N.º. População Total	

Gráfico: veja-se o exemplo que se segue.



Das _____ (nº) pessoas consideradas, isto é, das pessoas com mais de 15 anos de idade do concelho de _____ (nome do concelho), a maioria pertence à religião católica (cerca de _____ pessoas). Não existe nenhum indivíduo pertencente à religião _____ (ou só existem x indivíduos da religião y). A saber, que um número considerável de pessoas afirma não possuir nenhuma religião (____ pessoas) ou não saber responder (____ pessoas).